

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA –
PROPPEC
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS –
CEJURPS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM GESTÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS – PMGPP**

**UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA,
REFORMA DO ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS**

Liciana Carim (LISA) Beck

Itajaí [SC], 2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA –
PROPPEC
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS –
CEJURPS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM GESTÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS – PMGPP**

**UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA,
REFORMA DO ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS**

Liciana Carim (LISA) Beck

**Dissertação apresentada à Banca Examinadora
no Mestrado Profissionalizante em Gestão de
Políticas Públicas da Universidade do Vale do
Itajaí – UNIVALI, sob a orientação do Prof. Dr.
Carlos Eduardo Sell, como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Gestão de
Políticas Públicas / Profissionalizante.**

Itajaí [SC], 2005

Á todos os acadêmicos, que tiveram a oportunidade de participar do Programa Universidade Solidária, e, à todos os acadêmicos que buscam desafios e lutam por equidade e justiça social.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação dificilmente teria se concretizado se não fosse o apoio da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI e do Programa Universidade Solidária - UNISOL, que oportunizaram esta pesquisa. Meus agradecimentos, principalmente, ao Coordenador do Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas Julian Borba, à Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão do Centro de Educação de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais Fernanda Cavedon, ao Coordenador do Departamento de Extensão e Cultura Pedro Floriano dos Santos e à Coordenadora Nacional do Programa Universidade Solidária Elisabeth Vargas.

À todos os integrantes da equipe UNISOL, Projeto Unisol-Xingó 2004, abrangendo acadêmicos, coordenador e comunidade belemita, com os quais convivi e troquei idéias e experiências, em especial ao acadêmico e amigo Roberto Wöhlke, que participou ativamente de todas as etapas desta dissertação, meu eterno agradecimento.

Aos amigos e colegas do mestrado, meus agradecimentos pela participação em idéias e sugestões que se fizeram presentes ao longo das várias etapas do curso, que tiveram seu auge nas profundas discussões e reflexões políticas e sociais, que, regadas a extraordinários e saudosos "jantares", brindavam nosso final de noite.

Agradeço também aos professores do curso de mestrado, que, de maneira mais ou menos direta, participaram da elaboração e do amadurecimento do projeto de dissertação. Em especial, expresso minha gratidão aos professores Guillermo Alfredo Johnson e Julian Borba, cujas disciplinas e atenções paralelas, foram decisivas para o aprofundamento do tema aqui tratado.

Agradeço ao meu orientador Carlos Eduardo Sell, que me apresentou ao amplo universo dos estudos das ciências sociais e políticas, que foram fundamentais para a definição da intenção da dissertação. Com seu profundo conhecimento e uma boa dose de paciência, conduziu-me pelos meandros desta pesquisa e socorreu-me com contribuições valiosas nas nossas reuniões de orientação, enaltecendo ainda mais minha admiração, nossa amizade.

Às minhas amigas pessoais, cuja paciência, apoio e carinho foram muito grandes: D. Elsa, Olávia e Tina. Assim como, à Elaine, Graziela, Gisele, Sabrina, Bete, Patrícia, Cleide, Ana Augusta e Raquel, pelas palavras de incentivo, minha gratidão.

Meu agradecimento sincero, ao André, pelo apoio técnico nas questões complexas de hardware e software, e pela oportunidade de discussões.

À todos, que de diversas formas contribuíram para que esta dissertação tomasse corpo e se tornasse realidade, meus agradecimentos.

Finalmente, quero expressar meus maiores agradecimentos a meus familiares mais próximos, que, nos últimos trinta meses, foram privados de um convívio qualitativamente melhor, em razão da obstinação da autora pela elaboração da dissertação. À minha filha Ana Paula, minha gratidão por, mesmo nos momentos mais difíceis, ter me acompanhado sempre, entristecendo-se e alegrando-se comigo. À Erikinha, pela companhia.

**Eu estava com fome e você pesquisou os efeitos da
Revolução Verde e dos alimentos geneticamente
modificados**

**Eu estava sem teto e você estudou as favelas e os
cortiços**

**Eu estava desempregado e você discutiu sobre o
mercado informal de trabalho**

**Eu estava doente e você falou sobre as conquistas
da medicina e a melhoria na expectativa de vida**

**Você estudou todos os aspectos de minha vida – e
eu, continuo com fome, doente, desabrigado e
sem emprego...**

(de autor anônimo)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	viii
LISTA DE GRÁFICOS	ix
LISTA DE MAPAS	x
LISTA DE QUADROS	xi
LISTA DE FOTOS	xii
LISTA DE SIGLAS	xiii
RESUMO	xv
ABSTRACT	xvi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	5
PROGRAMA UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA	5
1.1 GOVERNO FHC E O COMUNIDADE SOLIDÁRIA.....	5
1.2 PERFIL DO PROGRAMA UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA	14
1.3 UNIVERSIDADE E MUNICÍPIO ENVOLVIDOS	18
1.3.1 Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI	20
1.3.2 Belém de São Francisco	22
1.4 DADOS E INDICADORES QUANTITATIVOS DE BELÉM DE SÃO FRANCISCO..	27
1.4.1 População	28
1.4.2 Habitação.....	29
1.4.3 Saneamento.....	31
1.4.4 Comércio	32
1.4.5 Educação.....	33
1.4.6 Renda.....	34
1.4.7 Saúde	35
1.4.8 Desenvolvimento Humano	36
CAPÍTULO II	41
ESTADO E CIDADANIA	41
2.1 A CRISE E REFORMA DO ESTADO.....	41

2.1.1 O Estado de Bem Estar e o neoliberalismo	42
2.1.2 Reforma do Estado no Brasil.....	46
2.2 CIDADANIA.....	59
2.2.1 Sociedade civil.....	60
2.2.3 Terceiro Setor	66
2.2.3 Capital Social.....	69
CAPÍTULO III	75
REPRESENTAÇÃO DOS ACADÊMICOS SOBRE O UNISOL	75
3.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	75
3.2 ANÁLISE DOS DADOS QUANTITATIVOS	77
3.3 ANÁLISE DOS DADOS QUALITATIVOS.....	85
CAPÍTULO IV.....	115
REPRESENTAÇÕES DOS PROFESSORES E COMUNIDADE SOBRE O UNISOL	115
4.1 A VISÃO DOS PROFESSORES	115
4.2 A VISÃO DA COMUNIDADE.....	132
CONCLUSÃO.....	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160
APÊNDICES	169
ANEXOS	175

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ESTRUTURA ETÁRIA - 2003.....	29
TABELA 2 - TIPO DE INSTALAÇÃO SANITÁRIA.....	31
TABELA 3 - TIPO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	32
TABELA 4 - ALFABETIZAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA.....	33
TABELA 5 - AGENTE COMUNITÁRIOS DA SAÚDE.....	36
TABELA 6 - SATISFAÇÃO COM O PROGRAMA UNISOL.....	78
TABELA 7 - AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS.....	79
TABELA 8 - AVALIAÇÃO DA CAPACITAÇÃO.....	80
TABELA 9 - SUSTENTABILIDADE DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS.....	81
TABELA 10 - AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL.....	82
TABELA 11 - PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO E LIDERANÇAS LOCAIS.....	83
TABELA 12 - IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA UNISOL.....	84

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - POPULAÇÃO TOTAL.....	29
GRÁFICO 2 - CRESCIMENTO DO IDH.....	37
GRÁFICO 3 - SATISFAÇÃO COM O PROGRAMA UNISOL.....	78
GRÁFICO 4 - AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS.....	79
GRÁFICO 5 - AVALIAÇÃO DA CAPACITAÇÃO.....	80
GRÁFICO 6 - SUSTENTABILIDADE DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS.....	81
GRÁFICO 7 - AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL.....	82
GRÁFICO 8 - PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO E LIDERANÇAS LOCAIS.....	83
GRÁFICO 9 - IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA UNISOL.....	84

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - BELÉM DE SÃO FRANCISCO.....	19
MAPA 2 - ITAJAÍ.....	20
MAPA 3 - MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA HIDRELÉTRICA DO XINGÓ.....	27
MAPA 4 - ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL.....	39

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO.....	28
QUADRO 2 - INDICADORES DE RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE.....	34
QUADRO 3 - PORCENTAGEM DA RENDA APROPRIADA POR EXTRATOS DA POPULAÇÃO.....	35
QUADRO 4 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	36

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 - CASA DE TAIPA.....	30
FOTO 2 - CASA DE TAIPA D. HELENA.....	31
FOTO 3 - INFORMAÇÕES SOBRE SAÚDE BUCAL.....	89
FOTO 4 - TRABALHO COM JOVENS.....	90
FOTO 5 - TRABALHO COM GRUPO DE MÃES.....	90
FOTO 6 - REUNIÃO PARA REVITALIZAÇÃO DO FÓRUM DLIS.....	91
FOTO 7 - EXCESSO DE CHUVAS.....	95
FOTO 8 - BONECOS GIGANTES E ATIVIDADES CULTURAIS.....	137
FOTO 9 - ATIVIDADES LÚDICAS.....	138
FOTO 10 - MERCADO PÚBLICO.....	140
FOTO 11 - FEIRA AO LADO DO MERCADO.....	140

LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Belemita de Artistas
ABCDE - Autarquia Belemita de Cultura, Desportos e Educação
ANA - Agência Nacional de Águas
Antaq - Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres
Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAU - Colégio de Aplicação Univali
CEPAL - Comissão Econômica para América Latina
CESVASF - Centro de Ensino do Vale do São Francisco
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar
DLIS - Desenvolvimento Local Integrado Sustentável
DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis
EMEC - Escola Maria Emília Cantarelli
EUA - Estados Unidos da América
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FMI - Fundo Monetário Internacional
FSSEF - Fundação Serviço Especial de Saúde Pública
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES - Instituição de Ensino Superior
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPA - Instituto Pernambucano de Pesquisa Agropecuária
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC - Ministério da Educação
MIT - Massachusetts Institute of Technology (Instituto de Tecnologia de Massachusetts)
ONG - Organização Não Governamental
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
ONU - Organização das Nações Unidas
PE - Pernambuco
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Projeto das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIFEBE - Universidade Fundação Educacional de Brusque

UNISOL - Universidade Solidária

UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí

RESUMO

O presente trabalho tem como tema central a análise do Programa Universidade Solidária, desenvolvido pela UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí – no município de Belém de São Francisco em Pernambuco. O objeto de estudo está voltado ao módulo especial - Projeto Unisol-Xingó, buscando avaliar seus reflexos na ação dos atores sociais envolvidos no processo e buscando refletir sobre esta iniciativa enquanto política social. Neste contexto, o objetivo geral deste trabalho será avaliar a representação social de alunos, gestores e comunidade sobre os benefícios e impactos do Programa Universidade Solidária no município de Belém de São Francisco. Pretende-se descrever as contribuições e os limites deste programa utilizando o método de pesquisa quali-quantitativo. Além desse aspecto, avalia-se o programa no contexto da reforma do Estado, abordando diferentes percepções teóricas, como também, ideológicas em relação ao papel do Estado e da sociedade civil. Diante desse quadro, entende-se que definir novos canais de participação e criar novas formas de articulação entre o Estado e a sociedade são componentes fundamentais no processo de reforma do Estado.

Palavras-chave: Universidade Solidária, reforma do Estado, políticas sociais

ABSTRACT

The present paper has as its main topic the analysis of the Solidary University Program developed by UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí – in the city of Belém de São Francisco in the state of Pernambuco. The object of study is targeted to the special module – Unisol-Xingó Project, trying to evaluate its reflexes in the action of the social actors involved in the process and trying to reflect about this initiative while a social policy. In this context the general objective of this paper is to evaluate the social representation of students, managers and community about the benefits and impacts of the Solidary University Program in the city of Belém de São Francisco. It is intended to describe the contributions and the limits of this program using the quali-quantitative research method. Besides this aspect, the program in the context of the State reformation is evaluated reaching different theory perceptions as well as ideological in relation to the State and civil society role. Facing this situation it is understood that defining new ways of participation and creating new ways of articulation between the State and the society are fundamental components in the process of the State reformation.

Key words: Solidary University, State reformation, social policies.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como tema central a análise do Programa Universidade Solidária, desenvolvido pela UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí – no município de Belém do São Francisco/PE entre os anos de 2002 e 2004. Este programa movimenta universitários de todo país, desde 1995, para interagirem em suas férias durante três semanas, em atividades voluntárias nos municípios mais pobres do país. As responsabilidades envolvem questões relacionadas a informação e assistência técnica em áreas como a educação, saúde e desenvolvimento comunitário. A partir de 1999, o programa instituiu o módulo regional, onde as universidades desenvolvem ações em projetos regionalizados que são preparados e implementados por universidades locais.

Em 2001, através da Universidade Fundação Educacional de Brusque - UNIFEBE, tive oportunidade de participar como integrante da equipe “UNISOL Regional”, no desenvolvimento de atividades de serviço comunitário e social que despertaram meu interesse em refletir academicamente sobre o tema. Os trabalhos foram realizados no município de Saltinho, Extremo-Oeste de Santa Catarina, compreendendo atividades de pesquisa de campo para obtenção de dados relativos a saúde, alimentação, educação, emprego, moradia e saneamento; visitas às famílias mais carentes do município; encontro nas comunidades com efetiva participação dos moradores; atividades de leitura, pintura e brincadeiras com as crianças e um curso de capacitação pedagógica que foi oferecido aos professores da rede municipal de educação.

Já em 2004, na qualidade de mestranda tive a oportunidade de ser integrada a equipe da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, possibilitando minha participação no Projeto Unisol-Xingó, realizado na cidade de Belém de São Francisco em Pernambuco, como pesquisadora e também de certa forma como “voluntária”, pois é impossível deixar de envolver-se tanto com as atividades da equipe, quanto da própria comunidade.

Desta forma, com base nesta experiência pessoal, pretende-se realizar um trabalho que, tendo o Projeto Unisol-Xingó como foco, busca avaliar seus reflexos na ação dos atores sociais envolvidos no processo e busca refletir sobre esta iniciativa enquanto política social. Neste contexto, o objetivo geral deste trabalho será avaliar a representação social de alunos, gestores e comunidade sobre os benefícios e impactos do Programa Universidade Solidária no município de Belém de São Francisco. Os objetivos específicos pretendem discutir o processo

de crise do Estado na América Latina e no Brasil; refletir sobre a relação entre o Programa UNISOL e as políticas sociais no Brasil; caracterizar a situação social do município de Belém de São Francisco; descrever as principais características do Programa UNISOL; analisar o desenvolvimento das atividades programadas e implementadas pelos participantes da UNIVALI no município; identificar núcleo de associações, projetos de desenvolvimento local, sobretudo, reflexos da ação da UNIVALI no município; avaliar a percepção dos alunos e demais integrantes da UNIVALI no Programa UNISOL.

O método de pesquisa utilizado será o quali-quantitativo, pois pretende-se apresentar e interpretar os dados coletados na pesquisa empírica de forma qualitativa, demonstrando, através de questões semi-estruturadas, informações relevantes sobre a avaliação de impacto do projeto, e de forma quantitativa, apresentar através de questões fechadas, de forma estatística o resultado das entrevistas dos acadêmicos, demonstrando-os através de tabelas e gráficos. A observação participante, será outro elemento a ser utilizado na pesquisa, pelo fato da pesquisadora estar integrada à equipe, e desta forma interagindo diretamente com as ações.

Todavia, mais do que descrever as contribuições e os limites deste programa no quadro de sua área de atuação, também buscaremos refletir sobre esta experiência à luz da problemática das políticas sociais no Brasil. Nosso objetivo, neste sentido, será avaliar o programa Universidade Solidária no contexto da chamada “reforma” do Estado e das diferentes perspectivas de promoção de políticas sociais preconizadas hoje por algumas perspectivas centrais das ciências sociais.

Neste contexto, sabemos que o Programa Universidade Solidária – que é extensão do programa Comunidade Solidária – vem sendo alvo de diversas interpretações e análises. De forma geral, estas análises revelam diferentes percepções não apenas teóricas, mas também “ideológicas” sobre o papel do Estado e da sociedade civil na resolução dos problemas sociais. Neste sentido e, ainda que de forma esquemática, podemos dizer que três perspectivas de análise se destacam em relação ao problema em questão.

Segundo uma perspectiva marxista, o programa “Comunidade Solidária” (e, conseqüentemente, o Universidade Solidária) não passa de mais uma estratégia neoliberal do Estado ausentar-se de suas funções sociais. Nesta perspectiva, portanto, as políticas sociais passam a ser de iniciativa da sociedade civil que, sob a ótica do individualismo, deve resolver por si mesma os problemas sociais.

Se a visão marxista é eminentemente crítica, a visão de determinados teóricos, ligados diretamente ao programa, é francamente “otimista”. Para Ruth Cardoso, por exemplo,

"a Comunidade Solidária experimentou um novo modo de fazer projeto social e propôs novo padrão de relacionamento entre Estado e sociedade". Para a autora, "a parceria entre sociedade e Estado amplia recursos e competências, assegurando mais eficiência e transparência às ações sociais" (2002, p. 5-6).

Por outro lado, não há como negar que boa parte dos teóricos contemporâneos do Estado afirmam que as políticas sociais não podem ser pensadas a partir do eixo "Estado" ou "sociedade" de forma unilateral. Ou seja, não se trata mais do Estado monopolizar toda a oferta de direitos sociais, nem da própria sociedade civil ter que assumir toda a responsabilidade sozinha. Nesta visão, presente em teóricos como Giddens (1999) ou Castells (1999), por exemplo, o Estado deve atuar em redes e parcerias com a sociedade organizada. Portanto, é na articulação entre Estado e sociedade civil que podemos enxergar a possibilidade de melhoria do desempenho das políticas públicas, como sugere também a teoria do capital social de Robert Putnam (1996).

Não é nossa intenção resolver por completo este debate que, muito sumariamente, relatamos acima. De qualquer forma, será nossa intenção situar o programa Universidade Solidária no quadro desta questão. Como avaliar esta experiência? Trata-se de mais uma estratégia do neoliberalismo ou seria, de fato, um novo modelo de parceria entre o Estado e a sociedade civil capaz de proporcionar um amplo enfrentamento das questões sociais? Ainda que não tenhamos a pretensão de responder de forma taxativa e cabal a estas perguntas, elas nos proporcionam uma reflexão crítica sobre as iniciativas do Universidade Solidária e ainda nos remetem diretamente ao tema das políticas sociais e do papel do Estado e da sociedade civil no combate a pobreza e a desigualdade social.

Portanto, este trabalho move-se em duplo plano analítico. No primeiro, sob o aspecto micro-sociológico, vamos descrever a experiência da UNIVALI em Belém de São Francisco/PE, detectando a ótica dos atores sociais (coordenadores, alunos e comunidade) envolvidos no processo. No segundo, sob uma ótica macro-sociológica, vamos refletir criticamente sobre a validade desta experiência de enfrentamento dos problemas sociais à luz da discussão sobre o tema da reforma do Estado e de suas funções sociais. Assim, importa frisar que, ainda que o primeiro tema ocupe maior espaço, a dimensão estrutural e política das políticas sociais permeia todo este trabalho.

A estrutura básica da dissertação está organizada em quatro capítulos, distribuídos da seguinte forma. No primeiro capítulo, apresenta-se a origem do Programa Universidade Solidária, que é um sub-programa da Comunidade Solidária, envolvendo vários segmentos da

sociedade civil e Estado, que através da parceria, buscam formas de interação em torno de temas sociais, além de apresentar as características da região de Itajaí e Belém de São Francisco, onde foi desenvolvida a presente proposta.

No segundo capítulo, aborda-se as teorias mais recorrentes na literatura, para explicar a crise e a reforma do Estado enquanto estrutura integrante do trabalho, destacando temas como a cidadania, sociedade civil e capital social. Para essa explicação são privilegiadas as abordagens que se centram nas argumentações de diversos autores e suas vertentes.

No terceiro capítulo, pretende-se apresentar a partir dos estudos realizados a representação social dos acadêmicos sobre o Programa Universidade Solidária, projeto Unisol-Xingó, buscando realizar uma análise dos resultados encontrados.

No quarto capítulo, desenvolve-se a mesma análise, porém relacionada aos professores e pessoas da própria comunidade.

Ao final, apresentam-se as conclusões deste estudo, revelando o estágio de compreensão do tema que foi possível alcançar. As avaliações baseiam-se em inferências e apreciações fundamentadas na base de dados coletados mediante entrevistas e análise documental.

CAPÍTULO I

PROGRAMA UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA

Este capítulo procura fazer um breve apanhado da política social do governo Fernando Henrique Cardoso - FHC, apresentando o Programa Comunidade Solidária, que obteve relevante destaque na literatura. Apresentam-se e discutem-se ainda, diagnósticos, políticas e ações sociais de combate à pobreza, procurando enfatizar as ações do Programa Universidade Solidária - UNISOL, que é um sub-programa dentro do Comunidade Solidária, idealizado e concretizado por Ruth Cardoso, envolvendo vários segmentos da sociedade civil e Estado, que através da parceria, buscam formas de interação em torno de temas sociais.

As ações do Comunidade Solidária fazem parte de um conjunto de iniciativas que envolvem o governo e a sociedade para melhorar as condições de vida da população¹. Segundo seus proponentes é um novo modo de enfrentar a pobreza e a exclusão social no Brasil buscando a participação de todos. No Universidade Solidária, os verdadeiros atores seriam os estudantes, em articulação com os professores e com o movimento social dos municípios onde atuam. Essa troca de conhecimentos entre universidades e comunidades fortaleceria a responsabilidade social dos universitários e transformaria o cotidiano da população. Os estudantes criam uma visão mais apurada da realidade brasileira, ao mesmo tempo em que buscam, com a comunidade, soluções locais para os problemas identificados, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável.

1.1 GOVERNO FHC E O COMUNIDADE SOLIDÁRIA

Segundo Lamounier e Figueiredo (2002), a tarefa de analisar o desempenho de um governo não é simples. Todo governo atua em muitas frentes e se depara com inúmeros desafios que no decorrer do mandato podem afetar o desempenho do conjunto. A ação de governar consiste essencialmente em tomar decisões, que muitas vezes causam divergências e insatisfações. A sociedade em geral não avalia nenhum governo de maneira homogênea, ou

¹ Para uma análise mais profunda do Programa Comunidade Solidária, podemos consultar a tese de doutorado de FREITAS, Rosana de C. M. **A Política de Combate a Pobreza e as Agências Multilaterais: um estudo comparativo entre o Brasil e o México.**

seja, a interferência de fatores subjetivos é relevante no processo. Neste sentido, os autores expressam a dificuldade em três fatores principais (2002, p. 17):

1. eventual *parti pris*, partidário ou ideológico, de quem faz a avaliação;
2. complexidade e mutabilidade do objeto: as ações de qualquer governo abrangem amplo leque de políticas substantivas e envolvem o sempre difícil equacionamento entre recursos e possibilidades;
3. encadeamento causal: nem sempre é possível identificar com precisão o nexo causal entre a situação precedente (a que determinado governante encontrou no país como um todo ou em determinada área), as políticas que sua gestão promoveu e os resultados efetivamente alcançados.

Baseado nas diretrizes e orientações das suas políticas sociais, o governo FHC procura se destacar no sentido de garantir a toda a população o acesso aos direitos sociais, através de políticas financiadas com fontes de recursos estáveis e a partir de tributação progressiva, para que elas assumam efetivamente caráter redistributivo, em uma conjuntura de recursos escassos para a área social. (SCHOLZ, 2002)

Scholz (2002, p. 625), afirma que: "fundamentais para o Brasil são programas capazes de formar cidadãos com um mínimo de dignidade". Conforme a autora, o crescimento econômico, programas de desenvolvimento social, e o aumento da produção e do emprego, são o primeiro passo para acabar com a exclusão social: "Os esforços precisam concentrar-se especialmente na educação, verdadeiro alicerce para a construção de uma sociedade justa".

De acordo com Caixeta: "um dos méritos da gestão de Fernando Henrique Cardoso reside no fato de ter entendido o ensino como uma ferramenta fundamental para dar combate à iniquidade social e à desigualdade econômica entre as várias regiões do País." (2002, p. 549)

Para Ricardo Paes de Barros, diretor de Estudos Sociais do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a velocidade na melhora dos índices de escolarização nos anos de 1990 superou em quatro vezes a dos anos de 1980. No entanto, ele destaca que esses indicadores estão longe da devida atenção que as autoridades brasileiras deveriam proporcionar. Paes de Barros considera tímidos os esforços empreendidos nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso. Em entrevista ao caderno especial "A mancha do analfabetismo" da *Folha de São Paulo* (27/3/2001), ele afirma: "o Brasil passou décadas acreditando que desenvolvimento econômico era tecnologia e máquinas". "Não acreditou que desenvolvimento econômico é investimento maciço em capital humano" (2002, p. 548). De acordo com o autor, a produtividade de um trabalhador analfabeto pode aumentar em até 20% a partir do momento em que for escolarizado. Associando isso à massa de trabalhadores sem

escola, ele prevê que o PIB poderia sofrer impacto positivo se o trabalhador brasileiro tivesse acesso à sala de aula.

Para Caixeta (2002, p. 567), a sociedade parece ter despertado para o problema: "a tarefa à frente da sociedade brasileira é colossal, mas o primeiro passo já foi dado. Só o fato de estar ganhando força a discussão em torno de um sistema de ensino de qualidade e em linha com os novos tempos é um tanto a ser comemorado". "Nesses tempos em que o saber se tornou o capital mais precioso, o mais provável é que o cenário de iniquidade continue a nos envergonhar, a menos que consigamos dar a todos os brasileiros uma educação que nos coloque em igualdade de competição no jogo global".

Segundo Sabbatini (2000), a pobreza é como uma infecção social que se espalha pela comunidade: "A sociedade brasileira tem um dos índices mais baixos do mundo de mobilidade e ascensão social, e uma distribuição de renda escabrosa, pois o nosso sistema educacional faz de tudo para atrapalhar. Em qualquer sociedade, a ascensão social é conseguida através da educação básica e da capacitação profissional".

Com a Constituição de 1988, observam-se alterações substantivas no quadro social. No âmbito das políticas sociais, foram estabelecidas medidas referentes à coordenação nacional da política social e a sua descentralização, como também foram criados mecanismos que tornam viáveis a participação da comunidade na gestão dos programas. Constata-se o aprofundamento da tendência de garantia da participação de diferentes setores organizados da sociedade na gestão das políticas sociais, com presença garantida nos espaços institucionalizados de participação – em todos os níveis de governo – que são os conselhos, uma das mais fortes mudanças no sistema brasileiro de políticas sociais. Trata-se de uma nova relação de parcerias entre Estado e a sociedade. Os conselhos de política social institucionalizam novos mecanismos de expressão, representação e participação de interesses dos movimentos sociais. (LAMOUNIER; FIGUEIREDO, 2002)

Entre os Conselhos destacou-se o Conselho da Comunidade Solidária. De acordo com Scholz (2002, p. 609):

A criação do Conselho da Comunidade Solidária foi anunciada como resultado da constatação de que a sociedade é uma parceria indispensável de qualquer governo no enfrentamento da pobreza e da exclusão social. O Conselho passa a atuar em três frentes: adotando medidas para o fortalecimento da sociedade civil, desenvolvendo um debate sobre temas sociais e criando novos programas de atuação.

Peliano, Resende e Beghin (1995), apresentam em artigo, a concepção e atuação do Comunidade Solidária como um articulador de programas sociais:

O compromisso governamental com o combate à fome e à pobreza passa pela estabilidade da moeda, pelo crescimento econômico e pela redistribuição da renda nacional. Passa também pela prioridade conferida às áreas de saúde e educação, como políticas essenciais para a promoção da cidadania e inclusão social. Passa igualmente pela política de assistência social voltada para a garantia dos mínimos sociais, para o atendimento das necessidades básicas, em especial dos segmentos mais vulneráveis da população brasileira. E, finalmente, passa pela implementação de uma estratégia de ação que possa trazer benefícios imediatos para a parcela da população que não usufrui os benefícios do crescimento do país. Tal estratégia reveste-se do reconhecimento de que o combate à pobreza não se esgota no âmbito restrito das ações sociais. Mas não é cabível imaginar que milhões de brasileiros indigentes possam continuar aguardando os resultados de uma nova fase de desenvolvimento. Eles demandam providências imediatas que só terão eficácia se adotarem de forma continuada e conjunta, mediante união de esforços do governo e da sociedade. (PELIANO; RESENDE; BEGHIN, 1995, p. 20)

O Comunidade Solidária surge a partir de uma experiência brasileira e inédita que emergiu no início de 1993 com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA. O CONSEA priorizou questões de combate à fome e a miséria, justificando a articulação das ações públicas como a melhor estratégia para o enfrentamento da realidade social. Introduziu os princípios de parceria, solidariedade e descentralização como eixos norteadores da ação do governo federal. (PELIANO; RESENDE; BEGHIN, 1995)

O Programa Comunidade Solidária emerge com base na diretriz central do governo Fernando Henrique Cardoso de articular parcerias entre as ações dos diversos níveis de governo e a sociedade. (LAMOUNIER; FIGUEIREDO, 2002)

O governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) assumiu a premissa de que combater a pobreza e a desigualdade é um compromisso do governo como um todo, criando assim o Comunidade Solidária como uma estratégia, de forma à gerenciar ações públicas baseada na integração e descentralização das ações do governo, buscando através da participação e parceria com a sociedade soluções para a melhoria das condições de vida das populações mais pobres.

Apesar das dificuldades político-operacionais verificadas nos primeiros quatro anos de implementação da *Estratégia Comunidade Solidária*, ela logrou sucessos consideráveis na articulação, formulação, implementação, coordenação e acompanhamento de políticas públicas voltadas para o combate à fome e à miséria. (RESENDE, 2000)

Dessa forma, a estratégia de ação da Comunidade Solidária previa a articulação em torno de quatro grandes princípios, a seguir apresentados:

- *Parceria*: na luta contra a fome e a miséria, o entendimento é que as diversas instâncias do governo e da sociedade civil não podem atuar de forma isolada e desarticulada. Para haver parceria requer-se um razoável nível de consenso entre os agentes envolvidos sobre o tratamento a ser dado para cada assunto específico.
- *Solidariedade*: como engajamento ético de quem quer acabar definitivamente com a situação de fome e miséria existente no Brasil.
- *Descentralização das ações*: como forma de estimular a participação da sociedade e melhorar a eficiência e eficácia das ações.
- *Integração e convergência das ações*: no sentido de potencializar os resultados. Acredita-se que o impacto global da implementação simultânea das ações é muito mais potente que o somatório dos efeitos isolados dessas mesmas ações (RESENDE, 2000, p. 22).

Mais razoável é utilizar-se da experiência adquirida para aprimorar estratégias de combate à exclusão social. Para tanto, deve-se *admitir* as inúmeras limitações existentes em qualquer rede de atores que venha a assumir tarefa de tamanha envergadura, procurando, sempre que possível, eliminá-las ou, ao menos, reduzi-las. Assim, aos quatro princípios norteadores da Estratégia Comunidade Solidária – *parceria, solidariedade, descentralização e integração e convergência das ações* – poderiam ser agregados mais quatro:

1. COMPROMETIMENTO – de todos, governo e sociedade civil, com a estratégia de combate à fome e à miséria a ser implementada, sobrepondo-se a quaisquer interesses específicos;
2. PERSEVERANÇA – qualquer estratégia de combate à fome e à miséria não apresentará resultados no curto e médio prazos, independentemente de sua eficiência e eficácia, como bem o demonstra o processo iniciado pelo CONSEA, ainda em 1993;
3. GRADUALISMO – o processo de implementação de políticas de combate à fome e à miséria deve ser continuamente aprimorado e ampliado, utilizando-se, sempre que possível, os ensinamentos obtidos com experiências adquiridas; e
4. MULTIPLICIDADE – não existirá, jamais, um fundo, um programa, ou mesmo uma política que, isoladamente, permita romper com o círculo vicioso da exclusão social; isso somente se dará com a compreensão de todos de que inúmeras ações devem ser implementadas concomitantemente. (RESENDE, 2000, p. 66-67)

Conforme afirma Peliano, Resende e Beghin (1995, p. 23), o Comunidade Solidária atende a três objetivos gerais:

1. Otimizar o gerenciamento de programas federais que se caracterizem por trazer benefícios imediatos para as populações mais carentes do país, promovendo a participação da sociedade no controle da execução, com vistas a ampliar seu alcance, eficácia e transparência.

2. Acolher, potencializar e apoiar, nos limites dos recursos disponíveis, programas, experiências, projetos e iniciativas do governo e da sociedade em áreas de concentração de pobreza que permitam o desenvolvimento de novos mecanismos de implementação de ações - articulados, convergentes, descentralizados e em parceria com a sociedade - com vistas à sua expansão e multiplicação nos anos subsequentes.
3. Identificar novas prioridades e elaborar propostas de ação para governo e sociedade em relação a temas emergenciais e grupos particularmente vulneráveis, como crianças, jovens e desempregados, cujas necessidades e direitos não estejam contemplados de forma adequada nos programas em curso.

Em relação aos princípios e aos objetivos, o Comunidade Solidária identificou um conjunto de ações, somando recursos federais, estaduais e municipais, que resultou em sete objetivos específicos, conforme apresentado por Peliano, Resende e Beghin (1995, p. 23):

1. Reduzir a mortalidade na infância;
2. Melhorar as condições de alimentação dos escolares, trabalhadores e famílias carentes;
3. Melhorar as condições de moradia e saneamento básico;
4. Melhorar as condições de vida no meio rural;
5. Gerar emprego e renda e promover a qualificação profissional;
6. Apoiar o desenvolvimento da educação infantil e do ensino fundamental; e
7. Defender os direitos e promover socialmente crianças e adolescentes.

Uma preocupação prevaiente durante a fase de concepção da Comunidade Solidária foi a de evitar que ela se tornasse um mero conjunto, mesmo que articulado, de programas compensatórios: "É importante ressaltar que o Comunidade Solidária não se resume a ações seletivas de caráter restrito e emergencial. Tudo que é emergencial requer ação imediata, mas nem tudo que produz efeitos imediatos é emergencial." (PELIANO; RESENDE; BEGHIN, 1995, p. 24).

A professora Amélia Cohn, analisando o conjunto de iniciativas governamentais na área social a partir de 1994, cita o Comunidade Solidária como diversidade de atuação. Segundo ela:

O exame do organograma dos diferentes programas e políticas sociais do período mostra um avanço em termos formais, quanto ao seu número e seu leque de atuação, o que faz com que o governo venha cumprindo os compromissos assumidos no que diz respeito à agenda social implementada pela ONU. Mas Cohn diz que se evidencia também a ausência de inovação e timidez no modo de se enfrentar a questão social no Brasil. Ela destaca que o modelo econômico em vigor gera não só desemprego como reduz o impacto dos programas governamentais de criação de oportunidades de emprego e renda. (2002, p. 606)

Numa análise avaliativa sobre o Programa Comunidade Solidária, Silva (2001), defende que o governo não tem um projeto global em relação à pobreza no país, que articule

as políticas social e econômica e que supere a fragmentação da pobreza sob a justificativa de focalização nos mais pobres. Neste sentido, a autora entende por focalização que "não se contrapõe à universalização de direitos sociais e muito menos significa desmonte de direitos conquistados", uma vez que se trata "de uma discriminação positiva de grupos da população que estão demandando atenções especiais para permitir sua efetiva inclusão no acesso à riqueza e aos bens e serviços socialmente produzidos, capazes de se situarem num patamar de dignidade". (SILVA, 2001, p. 9)

Do ponto de vista teórico e acadêmico, Demo (2001) faz críticas à política social do Programa Comunidade Solidária. O autor faz uma analogia entre o programa e, conforme salienta, o primeiro programa nacional de combate à pobreza com alguma solidez, que foi criado originalmente por Betinho. Conforme Demo (2001, p. 67), "Betinho tinha do combate à pobreza noção correta, porque começava com assistência, mas se cumpria sobretudo, na cidadania incluindo a inserção no mercado de trabalho". Significava, "... solidariedade entre os excluídos, no sentido da necessidade de seu despertar e de seu organizar-se politicamente". (2001, p. 68)

Segundo Demo (2001, p. 68), "no Comunidade Solidária, a ligação com a sociedade civil foi paulatinamente cortada. Tornou-se tipicamente programa de primeira-dama, cuja função maior é dar cobertura social ao Plano Real, eximindo o presidente de ter de fazer política social explícita e abrangente".

Conforme afirma Yazbek (2001), o ponto de partida está na explicação do contexto da crise, dos padrões de regulação sócio-estatal com que se defrontam as políticas sociais, em relação às exigências do capital globalizado. Segundo Yasbek (2001, p. 9):

O ponto de partida é o reconhecimento da profunda incompatibilidade entre os ajustes estruturais da economia à nova ordem capitalista internacional e os investimentos sociais do Estado. Uma das conseqüências desta incompatibilidade é o apelo às práticas humanitárias da filantropia para o enfrentamento da questão social no país, onde se agravam as desigualdades sociais e encolhem-se direitos.

Silva (2001), sustenta que o governo FHC vem desenvolvendo uma estratégia fragmentadora da pobreza. No seu entendimento (2001, p. 13):

O enfrentamento da pobreza requer articulação das políticas sociais com a política econômica para redistribuição de renda, geração de emprego com elevação da renda do trabalho, serviços sociais básicos universalizados, portanto, ações globais, articuladas, contínuas, suficientes e focalizadas nos mais pobres, entendendo-se pobreza não só como insuficiência de renda para manter a sobrevivência biológica,

mas como a falta de oportunidades de acesso à riqueza e aos bens socialmente produzidos e capazes de manter a vida das populações num patamar de dignidade aceitável para os padrões civilizatórios alcançados pela humanidade.

Segundo Giddens (1999, p. 95), "As políticas de renovação comunitária não devem ignorar a esfera pública. Uma esfera pública aberta é tão importante em nível local quanto em nível nacional, e essa é uma das maneiras pelas quais a democratização se liga diretamente ao desenvolvimento comunitário."

Em entrevista à revista Indústria Brasileira em julho de 2004, Ruth Cardoso declara que as políticas tradicionais não tinham foco adequado:

A crítica principal às políticas tradicionais é que geram assistencialismo, clientelismo, e a focalização combate tudo isso. É preciso focalizar, mas sem critério estatístico rígido. A participação das comunidades na formulação pode ajudar a resolver a ineficiência de um critério puramente estatístico, imprimindo certo controle social. Não acredito em políticas sociais centralizadas e não participativas. Não se desenha uma política social num gabinete em Brasília para um país com a diversidade imensa do nosso... Para que as políticas sejam eficientes, precisam desenvolver o capital humano. (CAMPOS; PASTOR, 2004, p. 12)

O desafio, conforme Jacobi (2000), portanto, é o de analisar, de um lado, os impactos de práticas participativas que apontam, a partir da manifestação do coletivo, para uma nova qualidade de cidadania, que institui o cidadão como criador de direitos, o que permite abrir novos espaços de participação sociopolítica; e de outro, os aspectos que configuram as barreiras que precisam ser superadas para multiplicar iniciativas de gestão que articulam eficazmente a complexidade com a democracia.

Em termos práticos, Scholz (2002), declara que nem sempre as mudanças alcançam as metas esperadas, mas apresentam inovações quanto à sua concepção. A despolitização dos projetos sociais possibilitou a atuação conjunta entre o governo e a sociedade. Os projetos nessa área, oferecidos a partir de 1994, são apontados por um aspecto definido: trazem medidas que, uma vez implementadas, tendem a melhorar os indicadores sociais das comunidades atingidas.

O Comunidade Solidária, e seus diferentes sub-programas, talvez seja o aspecto das políticas sociais do governo de Fernando Henrique que mais se aproxime da questão colocada pela maioria dos estudiosos da questão social, que é a necessidade de que o governo dê maior ênfase à qualidade das suas propostas nessa área. (LAMOUNIER; FIGUEIREDO, 2002)

Conforme documento do Conselho da Comunidade Solidária (2000, p. 4), "combater a pobreza é fortalecer as capacidades de pessoas e comunidades de satisfazer necessidades, resolver problemas e melhorar sua qualidade de vida". Ainda segundo o documento:

No marco desta concepção endógena de desenvolvimento ganha especial relevância a noção de 'capital social', entendido como as formas de sociabilidade e redes de conexão integradas por indivíduos que compartilhem sentimentos e atitudes comuns de confiança mútua, pertencimento comunitário, solidariedade e reciprocidade. (2000, p.4)

A participação ativa da comunidade, baseada na reciprocidade da confiança, funda-se na liberdade social e política, garantida por um conjunto de políticas públicas como: saúde, educação, trabalho e a própria garantia de participação e gestão pública compartilhada.

Somando esforços, governo e sociedade são capazes de gerar recursos humanos, técnicos e financeiros para agir eficientemente no combate à pobreza.

Segundo relatório do Programa Comunidade Solidária (1997, p. 1), "a distribuição dos recursos tem sido feita com base no critério de privilegiar as regiões mais pobres do Brasil".

Os critérios para a escolha dos municípios atingidos pelo Programa são absolutamente técnicos. Nunca houve interferência ou influência política, mas sim, política governamental de recuperação de áreas carentes e de combate à pobreza. (RELATÓRIO DO PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA , 1997)

Conforme especifica o relatório, há algumas situações difíceis de serem explicadas porque, entre municípios contíguos, um pode ser incluído e o outro não. Isso se deve a critérios estatísticos e, muitas vezes, à falta de recursos para todos. Mas, mesmo assim, é melhor manter o critério técnico do que ceder a pressões eventuais capazes de desmoralizar o programa.

Em outro relatório constata-se que a seleção dos municípios, alvo prioritário da Comunidade Solidária em 1996, por exemplo, tomou por base a relação dos 1.064 municípios mais pobres do país elaborada pelo IBGE e a Secretaria Executiva a partir dos indicadores de pobreza municipal.

A seleção dos municípios mais pobres do país foi feita a partir das listagens construídas com base nos dois critérios relacionados abaixo e publicada em fevereiro de 1995 pelo IBGE, sob o título: Identificação de Áreas de Pobreza no Brasil.

Conforme mencionado:

a - Indicadores de Indigência - Mapa da Fome/IPEA

Esses indicadores classificam os municípios de acordo com a respectiva proporção de famílias indigentes, ou seja, aquelas famílias cuja renda monetária é insuficiente para garantir uma alimentação adequada. Foram selecionados, em cada unidade da federação, os municípios mais pobres cuja soma de famílias indigentes alcançava 10% do total de indigentes de cada estado.

b - Índice de Condições de Sobrevivência - UNICEF/IBGE

Esse índice ordena os municípios com base no índice de Condições de Sobrevivência das Crianças de 0 a 6 anos de idade. Este índice foi construído a partir dos seguintes indicadores: renda e nível educacional do chefe de família, percentual de crianças em domicílios com chefia feminina e percentual de crianças em domicílios com abastecimento de água inadequado. A partir dos municípios que apresentavam índices mais satisfatórios foram incluídos na relação aqueles cuja soma de famílias indigentes alcançava o limite estabelecido de 10% dos indigentes de cada estado. (RELATÓRIO COMUNIDADE SOLIDÁRIA², 1996, p. 6-7)

A originalidade do Programa Comunidade Solidária é apresentada por seus idealizadores, como sendo a proposta de mobilizar recursos institucionais, humanos e organizacionais existentes em prol do universo dos pobres brasileiros, sob a orientação dos princípios da parceria, da solidariedade e da descentralização, orientados pela proposta de evitar a pulverização de recursos e articular o envolvimento dos três níveis de governo e sociedade. No caso, o Programa Universidade Solidária vem sendo construído, sobre um conjunto das parcerias estabelecidas a partir do eixo central formado por universidades e municipalidades. As universidades ingressam no programa com a legitimidade inerente a sua natureza, agregando conhecimento, recursos humanos e materiais que, canalizados para as comunidades, podem resultar em esforços mais bem sucedidos no combate à exclusão social. (SAMPAIO, 1999)

A gestão democrática e participativa da sociedade é fundamental para reorientar a aplicação dos recursos públicos e para valorizar as parcerias. O combate à pobreza é uma missão compartilhada entre a sociedade civil e o Estado.

1.2 PERFIL DO PROGRAMA UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA

O Programa Universidade Solidária - UNISOL, é um sub-programa dentro do Comunidade Solidária, que mobiliza diferentes setores da sociedade e do Estado para trabalhar em municípios nos quais a pobreza é evidenciada num processo de exclusão. Foi

² Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/index.htm>.

criado em 1995, tornando-se uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) em 2002³.

O Programa Universidade Solidária apresenta os seguintes objetivos:

- Investir na formação cidadã de futuros profissionais, fortalecendo a responsabilidade social e desenvolvendo a criatividade e liderança jovem;
- Contribuir para disseminar e consolidar a ação comunitária das universidades brasileiras, fortalecendo a área de extensão;
- Colaborar para o desenvolvimento sustentável das comunidades com atividades realizadas por professores e estudantes universitários que levam informações sobre saúde, educação, organização comunitária, direitos humanos, cidadania e outros temas de interesse da comunidade local;
- Permitir a troca de conhecimentos entre as equipes universitárias e as comunidades. (GUIA DE REFERÊNCIA PARA AÇÕES DA UNISOL, 2003, p. 6)

Ruth Cardoso (1999), afirma que o Programa Universidade Solidária tem tido sucesso na criação de novos espaços e formas de atuação social. Criado em 1995 e realizado desde 1996 em caráter nacional, o programa coloca em contato universidades de todo o país e comunidades nas quais a oferta de serviços e ações sociais é escassa, eventual e descontínua.

A seleção das Instituições de Ensino Superior, para participar do Módulo Nacional, decorre da apresentação de uma Proposta de Trabalho, seguindo orientações da Coordenação Nacional. Nessa proposta, devem estar especificadas as intenções de trabalho que podem ser de continuidade em determinada comunidade parceira da UNISOL, como também, a indicação de um novo município para atuação, porém neste caso, justificando a escolha. (GUIA DE REFERÊNCIA PARA AÇÕES DA UNISOL, 2003)

A avaliação das propostas leva em consideração criatividade e sustentabilidade das ações que apresentem geração de trabalho e renda, formação de multiplicadores locais e envolvimento dos diversos segmentos da comunidade nas atividades a serem realizadas. (id.)

Quanto à seleção dos municípios, estes devem apresentar número de habitantes inferior a 30.000, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, ou já terem participado do programa em anos anteriores. A seleção também pode ocorrer se o município já fizer parte do Programa Comunidade Ativa, que através da formação de fóruns locais, promove o desenvolvimento local, integrado e sustentável. (id.)

³ Para informações complementares sobre OSCIP, sugere-se a leitura: FERRAREZI, Elisabete; REZENDE, Valéria. **OSCIP - Organização da sociedade civil de interesse público**: a lei 9.790/99 como alternativa para o terceiro setor. 2 ed. Brasília: Comunidade Solidária, 2002.

Assim, segundo documentos do programa:

... A chamada questão social não será resolvida unicamente pelo Estado. A ação do Estado nessa área, conquanto necessária, imprescindível mesmo, é insuficiente. Portanto, *os principais problemas sociais do país* não poderão ser enfrentados sem a parceria com a sociedade, sem sua participação e empoderamento. (COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 1995, p. 2).

As parcerias criadas entre o Estado e sociedade civil são imprescindíveis para o alcance de metas comuns, ou seja, a promoção da justiça social. E, em particular no caso das Instituições de Ensino Superior, estabelecer uma relação de troca em que futuros profissionais ganham experiência e conhecimento, e comunidades passam a conhecer e ter acesso a novos mecanismos de promoção do desenvolvimento.

Conforme afirma Sampaio:

Podemos observar que o sucesso da relação de parceria entre as equipes universitárias e municípios está relacionada à adequação entre as propostas da administração municipal, sua linha de atuação e as propostas e linhas de atuação que orientam o trabalho, é preciso haver mais que adequação: é necessário verificar se ambas, prefeitura e equipe, estão atuando conjuntamente em sintonia com as orientações presentes na concepção do Unisol, que buscam a participação, a mobilização da comunidade no encaminhamento de problemas sociais vistos até agora como responsabilidade exclusiva da administração pública. (1999, p. 14)

Segundo o Plano Nacional de Extensão, a extensão é uma via de mão dupla, com trânsito garantido à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da formação da prática do conhecimento acadêmico. Este aprendizado, que estabelece a troca de saberes sistematizados acadêmico e popular, terá como consequência a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. (FÓRUM 1999)

Esta prática acadêmica que interliga a universidade, nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da população, possibilita essa formação do profissional cidadão e assume a produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes, perante à sociedade. (FÓRUM 1999)

Nesse sentido, Brooke⁴ destaca como premissas em educação algumas das idéias que fundamentam a atuação do Programa Universidade Solidária:

Uma das premissas do que penso traduzir bem como serviço comunitário é a possibilidade de envolvimento das universidades, no âmbito dos cursos de graduação, numa discussão moral e ética sobre a sociedade. Outra está expressa na idéia de que a experiência prática pode aumentar significativamente a aprendizagem dos estudantes em todas as áreas do currículo, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino dentro da universidade. (1999, p. 3)

Segundo Putnam (1994), as práticas sociais que constroem a cidadania podem constituir-se num espaço privilegiado para cultivar a responsabilidade pessoal, a obrigação mútua e a cooperação voluntária. As práticas sociais que são inerentes à cidadania relacionam-se com a solidariedade e com o equilíbrio de direitos e deveres. A ampliação da esfera pública coloca uma demanda à sociedade em termos tanto de obter uma maior influência sobre o Estado como de conhecer/estabelecer sua limitação, o que implica que a autonomia social supõe modificar as relações sociais em favor de uma maior auto-organização. (JACOBI, 2000)

O Programa Universidade Solidária caracteriza-se pela adesão voluntária das universidades e dos municípios. Desenvolve um trabalho para melhorar a qualidade de vida de importantes segmentos da população brasileira nas diversas regiões do país. Por meio da ação coletiva de estudantes e professores universitários, lideranças comunitárias e agentes multiplicadores, o programa contribui para a transformação do cotidiano dos municípios, investindo na organização comunitária e na busca de soluções locais. Os projetos desenvolvidos com as universidades transmitem informações criativas sobre saúde, educação, meio ambiente, turismo sustentável, cultura e cidadania.

Vargas (1999), explica que as experiências e avaliações recolhidas durante quatro anos de experiências apresentaram evoluções a partir de iniciativas das próprias universidades:

Nos últimos anos, universidades, comunidades, instituições públicas e privadas de todo país participaram ativamente da construção do Programa Universidade Solidária. Realizado a partir de um modelo de atuação nacional, em que as instituições de ensino superior trabalharam em áreas de geografia e realidade sócio-econômica completamente diversas das suas próprias regiões de origem, o Unisol evolui em 1999, por iniciativa das próprias universidades, para um segundo modelo,

⁴ Nigel Brooke é representante da Fundação Ford no Brasil. A Fundação Ford tem procurado envolver-se na área de extensão universitária nos vários países nos quais atua. É uma das patrocinadoras do programa.

que denominamos Módulo Regional. Nele, as universidades, sem abandonar a atuação nacional, passaram a dedicar-se também às comunidades próximas de seu *campi*. (VARGAS, 1999, p. 5)

A diversidade de demandas e características dos municípios envolvidos no Programa Universidade Solidária, de um lado, e a disponibilidade das Instituições de Ensino Superior para a atuação nas comunidades, de outro, determinou a criação de diferentes modalidades de execução do programa: Módulo Nacional, Módulo Regional e Módulo Especial. (VARGAS, s.d.)

No Módulo Nacional, equipes formadas por estudantes e professores universitários desenvolvem ações culturais e educacionais durante três semanas em municípios do norte e nordeste do País, previamente definidas a partir da realidade local. No Módulo Regional, as ações de extensão são efetivadas pelas universidades em sua própria região, de maneira consorciada e de forma continuada, concretizando o compromisso da instituição e gerando sustentabilidade para a comunidade atendida. E, no Módulo Especial, as atividades desenvolvidas pela IES, partem das necessidades de um município ou público-alvo específico. A coordenação do UNISOL, neste caso, promove articulações buscando parcerias para viabilizar o desenvolvimento dos projetos. (id.)

Para Brooke (1999, p. 4): "a conexão entre teoria e prática traz vantagens para todos. Os estudantes demonstram mais interesse e compreensão dos problemas sociais. A universidade tem ampliada a capacidade de formar jovens com melhor compreensão da realidade."

1.3 UNIVERSIDADE E MUNICÍPIO ENVOLVIDOS

O Projeto Unisol-Xingó é um desdobramento das ações da Universidade Solidária que compõem o Módulo Especial, envolvendo atividades direcionadas a um público específico ou a um objetivo pré-determinado. (VARGAS, s.d.)

O município de Belém de São Francisco localiza-se no sudeste do Estado de Pernambuco e faz parte da mesorregião do São Francisco Pernambucano e microrregião de Itaparica. A cidade possui uma localização privilegiada, pois está situada à margem esquerda do Rio São Francisco. Possui uma área real de 1.842,7 Km², com uma população de 23.000 habitantes, sendo que a população divide-se na área urbana e rural em aproximadamente 50%.

MAPA 1: BELÉM DE SÃO FRANCISCO



FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

O município de Itajaí, sede da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, localiza-se no litoral norte do Estado de Santa Catarina com aproximadamente 147 mil habitantes. Possui uma área total de 304 Km², sendo que 226 Km² de área rural com uma população de 5.544 (ano 2000), e 78 Km² de área urbana com uma população de 141.950 (ano 2000). Está situada na foz do rio Itajaí, a meio caminho entre a capital de Santa Catarina Florianópolis e a cidade catarinense mais populosa, Joinville. É cidade portuária, sendo que, comporta o principal porto catarinense de exportação, o maior porto de desembarque de pescados do Brasil.⁵

⁵ Disponível em: <http://www.itajai.com.br/perfil/apresenta.php>

MAPA 2: ITAJAÍ



FONTE: www.itajai.com.br

1.3.1 Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

Com uma estrutura multicampi, a Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI possui 15 anos de existência, em 2004, sendo a maior Universidade privada de Santa Catarina e a oitava do país, segundo o MEC. Os seis campi, localizados nas cidades de Itajaí (sede), Balneário Camboriú, Biguaçu, Piçarras, São José e Tijucas, permitem atender à comunidade em todo litoral centro-norte catarinense - área de abrangência da Instituição - em comprometimento com o crescimento local e global e em prol da produção e socialização do conhecimento pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão.⁶

A infra-estrutura da UNIVALI, organizada em mais de 163 mil m² de área construída, comporta hoje mais de 31 mil alunos - na Educação Básica, de competência do Colégio de Aplicação da Univali (CAU), na graduação e na pós-graduação.⁷

Atualmente, o corpo docente (1,9 mil) da Instituição é composto de mestres e doutores - índice que ultrapassa, em muito, os 33% exigidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação.⁸

⁶ Disponível em: http://www.univali.br/institucional.php?inst_cd=1

⁷ Idem.

⁸ Idem.

A UNIVALI tem por visão: "ser reconhecida como Universidade de excelência na atividade de ensino, no desenvolvimento e na divulgação de pesquisas e na gestão criativa e empreendedora de projetos sociais."⁹

Sua missão compreende: "produzir e socializar o conhecimento pelo ensino, pesquisa e extensão, estabelecendo parcerias solidárias com a comunidade, em busca de soluções coletivas para problemas locais e globais, visando à formação de cidadão crítico e ético."¹⁰

Conforme relatório Unisol-Xingó da UNIVALI (2003, p. 1):

O trabalho com grupos de protagonismo jovem é um programa permanente em nossa Universidade que começou com a mobilização das viagens para o Programa UNISOL. Hoje, desenvolvemos ações durante todo o ano no sentido de manter mobilizados os acadêmicos para a ação voluntária. O Programa de Serviço Voluntário passou a ser espaço de ação concreta, na busca por soluções aos efeitos degradantes de uma realidade que insiste em nos agredir, possibilitando a formação do acadêmico como uma pessoa autônoma e ciente das igualdades do mundo em que vive, capaz de fazer e executar seus próprios projetos, e um profissional comprometido com a transformação da realidade social do Brasil.

Em relação ao Programa Universidade Solidária, a UNIVALI tem se baseado na busca constante pela qualidade e capacitação dos recursos humanos, formando nas cidades onde desenvolve os trabalhos, multiplicadores de ações.

A UNIVALI participa do programa desde 1996, com projetos realizados em parceria com o UNISOL. As atuações aconteceram em todas as modalidades, iniciando com o Módulo Nacional, partindo também depois, em 1998, para o Módulo Regional, e desde 2002 no Módulo Especial. (CATÁLOGO UNISOL DE PROJETOS SOCIAIS, 2002)

O Módulo Especial, ao qual o Projeto Unisol-Xingó se integra, envolve o intercâmbio de conhecimentos entre universitários de todo país e comunidades do Nordeste do Brasil. As atividades são desenvolvidas no município parceiro ao longo de três semanas, quando são realizadas ações educativas definidas a partir da realidade local, previamente analisada em viagem precursora realizada pelas IES convidadas, no caso, pelo professor coordenador. Após a conclusão dos trabalhos de campo, a continuidade dos projetos executados ocorre por meio do acompanhamento a distância e posterior retorno ao município, para o desenvolvimento de outras ações. (UNISOL, s.d.)

O trabalho em Belém de São Francisco, junto com a comunidade local, órgãos governamentais e não governamentais e organizações da sociedade civil, acontece

⁹ Disponível em: http://www.univali.br/institucional.php?inst_cd=3

semestralmente com intenção em dar continuidade às atividades realizadas pelas equipes anteriores, e criar novas oportunidades, tanto para a universidade, quanto para o município.

Segundo Coelho de Souza (1999, p. 23), "transformar exige conhecimento, diálogo, conjugação de idéias e tempo para implementação e desenvolvimento de ações. Exige, portanto, continuidade".

A UNIVALI iniciou os trabalhos em parceria com a UNISOL, em Belém de São Francisco, em julho de 2002, retornando semestralmente até janeiro de 2004, somando quatro intervenções, portanto, quatro trabalhos de campo.

Segundo Sampaio (1999), é na prática do trabalho de campo, que as expectativas e concepções em relação aos trabalhos desenvolvidos são canalizados.

1.3.2 Belém de São Francisco

Belém de São Francisco, é a cidade onde aconteceu a pesquisa desenvolvida através da UNIVALI em parceria com o Programa UNISOL.

Nesta experiência estiveram envolvidos 10 acadêmicos e um professor coordenador. A saída de Itajaí ocorreu no dia 08 de janeiro de 2004. Partimos do aeroporto de Navegantes e depois de várias escalas em outras cidades, chegamos ao aeroporto de Sergipe. De lá seguimos viagem de ônibus para Piranhas no Estado de Alagoas, onde permanecemos por 2 dias para atividades de integração com a equipe da Universidade de Minas Gerais, a equipe do MIT - Massachusetts Institute of Technology (Instituto de Tecnologia de Massachusetts) e os responsáveis pelo Programa UNISOL: Daniela, Dyacy e Valdenor.

A equipe chegou em Belém de São Francisco no dia 10 de janeiro no início da tarde, debaixo de um sol escaldante, e, exaustos. Não houve qualquer tipo de manifestação por parte das autoridades, nem da comunidade, no entanto, nos deparamos com inúmeros empecilhos. O lugar onde ficaríamos alojados, que inclusive havia sido reservado na viagem precursora não estava preparado para nos acomodar e tampouco disponível. Depois de horas de negociações entre o coordenador e representantes da prefeitura, o empecilho foi solucionado.

Resolvida essa questão, partimos para o nosso primeiro trabalho em equipe - criar condições mínimas de higiene para subsistência. Foi feito um verdadeiro mutirão, do qual

¹⁰ Idem.

inclusive pessoas da comunidade se esmeraram em ajudar na limpeza e na manutenção de problemas elétricos e hidráulicos. Depois de superados todos esses obstáculos, foi marcada uma reunião, com a participação de todos, na qual foram estabelecidas as estratégias para a realização das atividades, que serão apresentadas nos capítulos 3 e 4, através dos depoimentos dos acadêmicos, dos coordenadores¹¹ e de representantes da comunidade.

Encerramos nossas atividades em Belém de São Francisco no dia 28 de janeiro, e partimos no dia 29 pela manhã, de Van em direção à Aracaju, onde pernoitamos e, na manhã seguinte pegamos o avião, novamente com escalas em direção à Navegantes, onde chegamos no final da tarde do dia 30 de janeiro.

Para introduzir a análise da pesquisa é importante iniciarmos os relatos históricos do próprio município.

Relatório de julho de 2003¹², apresenta a formação histórica de Belém de São Francisco, relatada pelo acadêmico de Ciências Sociais Daniel Bampi Rosar.

O sertão nordestino foi colonizado pelos portugueses que viam na expansão territorial a garantia de posse, à sua coroa, desta porção do Novo Mundo. O acadêmico afirma não estar ignorando a existência de povos anteriores, bem como sua forte influência na formação cultural da região. Estes foram pouco a pouco afastados pelo projeto “civilizador” europeu. Primeiro expulsos das terras próximas ao mar adentraram ao seco sertão, chocando-se com outros povos que lá existiam. Em seguida foram novamente espremidos para as margens do São Francisco, ou Opara, como chamava o grande rio, região primeiramente rejeitado pelos colonizadores por julgarem insalubre. E lá acabaram restritos às missões criadas pelos religiosos ávidos por catequizarem os “gentios” que, principalmente nesta região do sub-médio São Francisco, ocuparam algumas ilhas.

No lado baiano, Rosar (2003) teve a oportunidade de conhecer a aldeia de Tumbalalá, junto ao povoado de Pambú (antiga missão jesuítica) na divisa dos municípios de Abaré e Curaçá. Lá vivem índios Truká, da etnia Cariri, que bastante afastados de suas origens culturais, já perderam sua língua e lutam para afirmarem-se como detentores do direito de posse da terra, tendo como agravante a forte miscigenação que muitas vezes é usada para descaracterizá-los como índios. As constantes brigas pelo poder político do grupo, bem

¹¹ Serão analisados depoimentos de 2 coordenadores que participaram em períodos diferentes do projeto Unisol-Xingó em Belém de São Francisco.

¹² Relatório efetuado pela equipe UNISOL de julho de 2003, depois do término das atividades em Belém de São Francisco.

como pelos seus direitos, trouxe a eles fama de violentos. Estão em busca de seus costumes que foram sendo perdidos no tempo de discriminação que vieram sofrendo. Resgataram o ritual do Toré, que está hoje associado a elementos cristãos. Segundo Sr. Antônio, um dos dois pajés deste povoado, é através do Toré que eles entram em contato com os “Caboclos do Mato”, entidades da natureza ligadas a seus ancestrais que “baixam” em alguns participantes que estão sob o efeito de uma substância produzida pela maceração da raiz da Jurema Preta (árvore das margens do São Francisco) em uma pedra ritual, que junto com água é dado a todos os presentes para beber. Durante o ritual são executada danças em torno de um cruzeiro situado no centro do terreiro, que é o espaço onde todas as atividades acontecem, e durante todo o tempo está protegido pelo pajé, que não se responsabiliza por quem queira sair dele antes do fim dos trabalhos. O Toré acontece regularmente de 15 em 15 dias para manter a harmonia e o equilíbrio da tribo e seus integrantes, ou ainda, em ocasiões especiais quando se deseja consultar as entidades sobre algo.

Segundo Rosar (2003):

Pode ser interessante um trabalho no sentido da definição de uma identidade cultural deste grupo, o que cria uma referência na qual poderá se construir uma defesa de seus direitos, bem como gerar uma resistência cultural a massificação que vem sendo acelerada pelo fenômeno da globalização. Se houver interesse no desenvolvimento desta linha de ação nos próximos grupos, sugiro uma investigação sobre a presença e a situação de grupos indígenas em Belém. O índio Truká do mercado pode ajudar, bem como ser um primeiro interlocutor entre a UNISOL e seu grupo.

Às margens do São Francisco, num primeiro momento, foram recusadas pelo colonizador português, e além dos índios e os religiosos catequizadores, negros fugidos da Zona da Mata e outros indivíduos livres ocupavam este espaço. Este povo marginalizado era conhecido por "berreiros", e vivia de pequenas lavouras cultivadas com o auxílio das cheias do rio. Também eram eles que puxavam das margens correntes, ou empurravam com peito varas que fixas ao fundo do “Velho Chico”, moviam as primeiras embarcações a navegarem por este rio. Eram constantemente subjugados pelos fazendeiros que em períodos de grandes secas ordenavam que seu gado fosse levado as margens do São Francisco, e lá pastassem tudo o que encontrassem, inclusive as plantações da qual subsistiam estas pessoas.

Conforme o autor do relatório:

A posse legal, definida pela coroa portuguesa, de grande parte das terras do nordeste brasileiro, inclusive onde está Belém do São Francisco, foi dado a Casa da Torre

situada na hoje conhecida Praia do Forte – BA, que pertencia aos Garcia d'Ávila. Este, por sua vez, tinha a missão de povoar a região, garantindo o domínio português, e por isso arrendavam fazendas através da concessão de sesmarias a pessoas influentes. Estas fazendas eram largas extensões de terra, muitas vezes maiores que alguns municípios atuais, onde os fazendeiros criavam a uma determinada distância um do outro, currais. Em cada curral eram deixados um vaqueiro com uma infra-estrutura mínima, e itens para sua subsistência, como animais de pequeno (galinha, cabra, porco, etc.) e algumas sementes, um cavalo para o trabalho, e a obrigação de cuidar do gado bovino do patrão. Seu pagamento era a “sorte”, ela acontecia uma vez por ano quando ele reunia todo o rebanho, fazia a contagem e ficava com $\frac{1}{4}$ do que havia se reproduzido no ano. Geralmente o fazendeiro comprava, pelo valor que bem lhe entendesse, os bois do vaqueiro para que este não criasse independência, ou privilegiasse os tratos aos seus. Essa prática ainda é usual em muitas fazendas do sertão nordestino e, pelo que pude comprovar, as famílias associadas a esta espécie de relação de trabalho são as com maiores problemas de miséria. (ROSAR, 2003)

Muitos fazendeiros nunca, ou quase nunca, pisaram em suas terras, preferindo ficar no litoral. Belém do São Francisco, no entanto, pôde contar com o fazendeiro colonizador residindo em seu território. Talvez isso tenha alguma relação com a ostentação de riqueza de algumas famílias, descendentes deste colonizador. E também com a contrastante pobreza manifesta de uma forma não vista em nenhuma outra cidade da região oportunamente visitada. Conhecendo algumas cidades do sub-médio São Francisco, o acadêmico afirma não ter encontrado uma diferença tão grande entre pobres e ricos como a existente em Belém, em nenhuma outra cidade de mesmo porte.

De acordo com Rosar (2003):

Destas famílias originaram-se os coronéis que durante muito tempo comandaram a região. Dentre eles o Cel. Jerônimo Pires foi o mais destacado. Ele o Juiz de Joaquim Chrispiniano Coelho Brandão e o padre belga Norberto Phalampin foram às figuras de maior influência da primeira metade do século passado. Conhecendo o planejamento de Belo Horizonte, Cel. Jerônimo Pires pensou algo parecido para Belém, e é graças a isso que hoje a cidade tem as ruas largas. Já nesta época Belém procura copiar os grandes centros. A própria casa do Cel. Jerônimo Pires foge da arquitetura sertaneja, imitando os sobrados das famílias ricas do Recife.

As ruas planejadas da cidade fazem parte, segundo relato do professor Bil do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco - CESVASF, da chamada segunda Belém de São Francisco. A primeira, que é a parte mais velha, foi quase totalmente destruída em 1919 por uma cheia do São Francisco, sendo que a partir daí foi que a “outra” cidade passou a ser ocupada. Para Bil, ainda houve uma terceira cidade, que surgiu com a expansão gerada pelas lavouras de cebola.

Entre as décadas de 50 até 70, Belém de São Francisco viveu seu momento de maior riqueza, proporcionado pelas lavouras de cebola. Ainda hoje se produz muita cebola nas ilhas do município, mas as condições de comercialização já não correspondem às vantagens de antigamente.

Ainda sob os devidos termos do acadêmico, Belém de São Francisco, hoje, sofre pela perda de parte de seu território e sua população devido à construção da Barragem de Itaparica, que resultou num enorme lago atingindo o município. Ela tem nos recursos públicos uma importante fonte de capital. O movimento gerado pela faculdade e alguns projetos de irrigação também trazem riquezas ao município. No entanto uma grande parte da população mais pobre vive esperando programas governamentais assistencialistas.

Conforme o perfil sócio-econômico (1999/2000), apresenta-se uma versão diferente, quanto a formação histórica de Belém de São Francisco.

Por volta de 1793, o casal português Manoel de Carvalho Alves e Inácia Maria da Conceição arrendaram terras da Casa da Torre de Garcia D'ávila, na região ribeirinha do rio São Francisco. A fazenda cresceu e o arraial que se formou foi deslocado, em 1830, para outra fazenda de propriedade de Antônio de Sá Araújo, neto do casal, no município de Cabrobó. A nova fazenda era mais adequada para o estabelecimento de uma feira livre semanal e de um porto, sendo, posteriormente, denominada de Fazenda Belém.

Segundo especificado no documento (1999/2000, p. 8):

Na aldeia da ilha de Araxá, hoje denominada ilha da Missão, segundo informações, existia uma igreja dedicada à Nossa Senhora de Belém. Em 1792, numa grande enchente do rio São Francisco a igreja desabou deixando apenas os escombros. Reza a tradição de que o batismo do nome de Belém à fazenda de Antônio de Sá Araújo teria sido em homenagem à Nossa Senhora de Belém. Nessa fazenda foi construída a primeira igreja - Nossa Senhora do Patrocínio - em 1840, o que favoreceu gradativamente o seu povoamento. Assim, em 12 de outubro de 1885, pela Lei Estadual nº 553 o povoado de Belém passou à Freguesia e 17 anos depois, à Vila (1902).

Em 7 de maio de 1903, a Vila de Belém foi elevada à categoria de cidade pela Lei Estadual nº 597 com o nome de Belém de Cabrobó, permanecendo com esse nome até 1928, quando volta a ser chamada apenas de Belém até o ano de 1943. Depois desse ano, por força de um decreto no governo ditatorial de Getúlio Vargas, a cidade passou a se chamar Jatimã.

Em 1953 a cidade passou então, finalmente, a se chamar Belém de São Francisco. E, a partir da década de 70, o dia 7 de maio passou a ser a data comemorativa, em homenagem à emancipação política do município. (id.)

1.4 DADOS E INDICADORES QUANTITATIVOS DE BELÉM DE SÃO FRANCISCO

O Projeto Unisol-Xingó atua em 29 municípios na região da hidrelétrica do Xingó na divisa de quatro estados (Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe). (VARGAS, s.d.)

MAPA 3: MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA HIDRELÉTRICA DO XINGÓ



FONTE: www.comunitas.org.br

Pode-se afirmar que o posicionamento geográfico de Belém de São Francisco constitui, juntamente com outros fatores de ordem econômica, uma das principais vantagens locais em relação à grande maioria das cidades de Pernambuco. (PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO 1999/2000)

Conforme especificado em levantamento do Perfil sócio-econômico (1999/2000), o município de Belém de São Francisco apresenta dentro de suas condições reais um quadro sócio-econômico e cultural básico de atendimento as principais necessidades e exigências.

Baseado neste documento, apresenta-se a seguir os aspectos que compõem a infra-estrutura do município.

1.4.1 População

O município apresenta uma população de 23 mil habitantes, sendo que 11.065 homens e 11.935 mulheres. A densidade demográfica corresponde a 12,48 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 49,67% que correspondem a 11.424 e no quadro rural 50,33%, ou seja, 11.576 da população. (PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO 1999/2000)

QUADRO 1 - POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

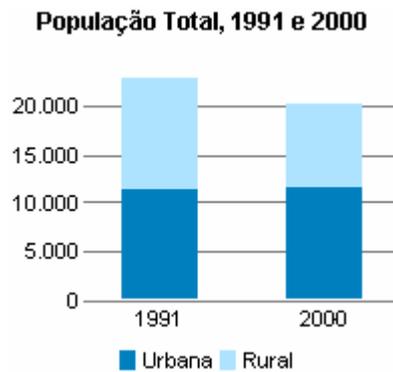
	1991	2000
População Total	23.002	20.208
Urbana	11.424	11.803
Rural	11.578	8.405
Taxa de Urbanização	49,67%	58,41%

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil¹³, a população de Belém de São Francisco, entre 1991 e 2000, teve um decréscimo anual de -1,48%, passando de 23.002 em 1991 para 20.208 em 2000. A taxa de urbanização cresceu 17,60%, passando de 49,67% em 1991 para 58,41% em 2000.

¹³ O Atlas é um banco de dados eletrônico com informações desagregadas sobre os 5.507 municípios brasileiros e 27 unidades da Federação. Baseado nos microdados dos Censos de 1991 e 2000 do IBGE. Permite ao usuário criar seus próprios instrumentos de análise sobre diversas dimensões do desenvolvimento humano, através de mapas, tabelas, relatórios e ferramentas estatísticas. Resultados podem ser impressos ou exportados para serem trabalhados em outros programas. Disponível em: http://www.fjp.gov.br/produtos/cees/idh/atlas_idh.php

GRÁFICO 1 - POPULAÇÃO TOTAL



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Na tabela abaixo, referente a estrutura etária do ano de 2003, pode-se observar que a população do município continuou diminuindo, somando um total de 19.347.

TABELA 1 - ESTRUTURA ETÁRIA - 2003

População Residente por Faixa Etária e Sexo, 2003			
Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
Menor 1	248	216	464
1 a 4	1.018	972	1.990
5 a 9	1.080	1.171	2.251
10 a 14	1.141	1.116	2.257
15 a 19	1.083	1.223	2.306
20 a 29	1.717	1.663	3.380
30 a 39	1.133	1.232	2.365
40 a 49	735	832	1.567
50 a 59	538	655	1.193
60 a 69	315	455	770
70 a 79	223	272	495
80 e +	133	176	309
Ignorada	-	-	-
Total	9.364	9.983	19.347

Fonte: IBGE, Censos e Estimativas

1.4.2 Habitação

Belém de São Francisco apresenta uma estrutura habitacional muito boa no centro. Mas nas áreas periféricas do município, um grande número de famílias moram em áreas

degradadas e em precárias condições de moradia, forçando o governo municipal a implantar, constantemente, projetos emergenciais de recuperação de moradia.

Existem muitas famílias que vivem em condições sub-humanas. As inúmeras casas de taipa, demonstram as condições que vivem grande parte da população. Nas fotos a seguir pode-se observar bem esta realidade.

FOTO 1: Casa de Taipa



FONTE: Arquivo da autora 28/01/2004

FOTO 2: Casa de Taipa D. Helena



FONTE: Arquivo da autora 28/01/2004

1.4.3 Saneamento

Conforme relatório do Perfil sócio-econômico de 1999/2000 do município, num total de 4.453 domicílios urbanos, 61,25% não dispõem de instalação sanitária; 65,9% tem canalização interna de abastecimento d'água e somente 24,88% recebem tratamento adequado de coleta de lixo. Nas áreas rurais a situação também é problemática. As comunidades isoladas merecem uma avaliação especial no que se refere à carência qualitativa de água, à inexistência de esgotamento sanitário e à falta de apoio para a melhoria de suas habitações.

TABELA 2 - TIPO DE INSTALAÇÃO SANITÁRIA

Proporção de Moradores por tipo de Instalação Sanitária		
Instalação Sanitária	1991	2000
Rede geral de esgoto ou pluvial	-	19,3
Fossa séptica	0,5	1,0
Fossa rudimentar	36,9	32,2
Vala	0,2	0,5
Rio, lago ou mar	-	0,2
Outro escoadouro	0,9	0,2
Não sabe o tipo de escoadouro	0,0	-
Não tem instalação sanitária	61,5	46,6

Fonte: IBGE/Censos Demográficos

Para minorar os problemas de saneamento, o governo do município, numa ação articulada com os governos estadual e federal está construindo um canal a céu aberto para disciplinamento e drenagem de águas pluviais conjugado com sistema de saneamento de esgoto sanitário paralelo à obra, beneficiando um significativo contingente populacional. (id.)

Em relação ao consumo de água tratada, a cidade tem demandado uma média de 101.660 m³/mês sob a responsabilidade da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA. (PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO 1999/2000).

O tipo de abastecimento de água pela rede geral, em 1991 atendia 40,6% e em 2000 passou a 59,2%. Incluindo o tipo de abastecimento nas propriedades com poço ou nascente também é possível observar um acréscimo, passando de 0,2% para 5,8%, demonstrando assim, uma melhora para os moradores. Em 1991, aproximadamente 60% da população dependia de outra forma de abastecimento, no entanto, em 2000 percebe-se um acentuado decréscimo, passando para 35%.

TABELA 3 - TIPO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Proporção de Moradores por Tipo de Abastecimento de Água		
Abastecimento Água	1991	2000
Rede geral	40,6	59,2
Poço ou nascente (na propriedade)	0,2	5,8
Outra forma	59,2	35,0

Fonte: IBGE/Censos Demográficos

1.4.4 Comércio

A cidade de Belém de São Francisco disponibiliza de uma rede comercial diversificada formada por supermercados, lojas de tecidos e confecções, sapatarias, farmácias entre a oferta de outros produtos. Possui também um mercado público municipal com 30 box's, onde se comercializam produtos hortifrutigranjeiros no atacado e no varejo, com feiras livres aos sábados. Outro ponto de comércio, é o Mercado do Produtor, que comercializa somente a cultura de cebola do município e de cidades circunvizinhas abastecendo algumas regiões do País. (PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO 1999/2000).

1.4.5 Educação

Segundo relatório do Perfil sócio-econômico do município 1999/2000, na área educacional o município conta com uma rede de escolas públicas e particulares com a oferta de ensino fundamental e médio, distribuídos em três turnos. A rede municipal de ensino disponibiliza de 8 mil vagas localizadas nas zonas urbanas e rural, sendo que desse total apenas 5.163 vagas estão sendo efetivamente ocupadas, o que corresponde a uma média de 70% de sua capacidade física.

Em 2004, o município contava com 76 escolas municipais, e na rede estadual com 4 escolas (Escola Monsenhor João Pires, Escola Tercina Roriz, Escola Dr. Alípio Lustosa e Escola Maria Emília Cantarelli). Vale ressaltar que na área de ensino médio são oferecidas as modalidades de Magistério, Técnico em Agropecuária e Técnico em Contabilidade.

O Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco - CESVASF - mantido pela Autarquia Belemita de Cultura, Desportos e Educação - ABCDE - sediado em Belém de São Francisco, com 23 anos prestando serviços educacionais, oferece cursos de licenciatura plena em Letras, História, Geografia e Ciências, para a formação de professores dos ensinos Fundamental e Médio, predominantemente das redes públicas estaduais e municipais.

A área de abrangência do CESVASF alcança uma microregião dos estados de Pernambuco, Bahia, Alagoas e Ceará, assim, pelo lado pernambucano, além do município sede, também circunda as cidades de Itacuruba, Petrolândia, Cabrobó, Orocó, Santa Maria da Boa Vista, Floresta, Lagoa Grande e, pelo lado baiano, Abaré, Chorrochó, Rodelas, Macururé e Euclides da Cunha, e ainda, Xingó, São José da Tapera, em Alagoas, e Penaforte no Ceará, somando um total de 596 alunos no primeiro semestre letivo de 1999.

TABELA 4 - ALFABETIZAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA

Proporção da População Residente Alfabetizada por Faixa Etária		
Faixa Etária	1991	2000
5 a 9	18,1	27,9
10 a 14	51,9	76,4
15 a 19	66,9	83,9
20 a 49	57,5	69,6
50 e +	39,3	45,9
Total	49,1	63,0

Fonte: IBGE/Censos

Na tabela 4, pode-se perceber que houve um avanço de 13,9% na alfabetização da população, apresentando porém um aumento mais significativo entre os mais jovens.

1.4.6 Renda

O quadro a seguir, apresenta dados sobre a renda per capita do município, demonstrando os resultados pelo índice de Gini.¹⁴

QUADRO 2 - INDICADORES DE RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE

	<i>1991</i>	<i>2000</i>
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	77,8	114,2
Proporção de Pobres (%)	71,5	65,5
Índice de Gini	0,55	0,63

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Conforme pode-se observar no quadro acima, a renda per capita média do município cresceu 46,76%, passando de R\$ 77,82 em 1991 para R\$ 114,21 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 8,38%, passando de 71,5% em 1991 para 65,5% em 2000. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,55 em 1991 para 0,63 em 2000. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL)

No quadro 3, observa-se extratos da população no qual 20% mais pobres representavam em 1991 3,4%, passando em 2000 para 1,8%; 40% mais pobres atingiam 10,2% em 1991 e 7,6% em 2000; 60% mais pobres atingiam 21,7% em 1991 e 16,7% em 2000; 80% mais pobres atingiam 40,1% em 1991 e 32,7% em 2000, o que demonstra que a porcentagem de renda apropriada no ano de 2000 apresentou uma melhora. Já a porcentagem dos 20% mais ricos apresentava em 1991 59,9% e em 2000 aumentando para 67,3%.

¹⁴ O Índice de Gini é uma medida da desigualdade de renda na qual o valor "0" corresponde à igualdade perfeita e o valor "1" à desigualdade absoluta. Índice de Gini é uma das medidas mais usadas para estudos de distribuição de renda. (JANNUZZI, 2003)

QUADRO 3 - PORCENTAGEM DA RENDA APROPRIADA POR EXTRATOS DA POPULAÇÃO

	<i>1991</i>	<i>2000</i>
20% mais pobres	3,4	1,8
40% mais pobres	10,2	7,6
60% mais pobres	21,7	16,7
80% mais pobres	40,1	32,7
20% mais ricos	59,9	67,3

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

1.4.7 Saúde

Fazem parte das unidades do serviço de saúde administradas pelo município o Hospital Dr. José Alventino Lima e o Centro de Saúde Aníbal Lustosa Sobrinho - ANTIGA FSESP (Fundação Serviços Especiais de Saúde Pública). Na rede particular o serviço é oferecido pela Clínica Santa Luzia.

O município conta com a atuação de 33 agentes comunitários de saúde pública, dos quais 27 prestam serviço à população da zona rural e 6 na zona urbana.

A criação de agentes comunitários deu-se em 1991: "motivado por experiências bem-sucedidas de atenção básica à saúde com o concurso de agentes comunitários - moradores especialmente treinados para orientar as famílias da vizinhança acerca de questões de higiene, alimentação e prevenção de doenças."(AUGUSTO e COSTA, 2000 apud SINGER, 2002, p. 517).

O agente comunitário deve ser um líder local, que participe de um treinamento relacionado à questões de higiene e saúde, e que passe esses conhecimentos à população.

Na próxima tabela, percebe-se que o programa de agentes comunitários da saúde apresenta um nível de atendimento bom, porém atinge apenas 33,1% da população.

TABELA 5 - AGENTES COMUNITÁRIOS DA SAÚDE

Programa de Agentes Comunitários de Saúde			
	Dez/1998, Dez/1999, Jun/2000		
	1998	1999	2000
População atendida	-	-	6.751
% população coberta pelo programa	-	-	33,1
Média mensal de visitas por família	2,2	1,2	1,2
% de crianças c/esq.vacinal básico em dia	87,0	94,2	94,2
% de crianças c/aleit. materno exclusivo	51,0	49,1	53,9
Taxa mortalidade infantil por diarreia (*)	-	9,0	-

Fonte: SIAB

1.4.8 Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Belém de São Francisco, no período de 1991-2000, cresceu 15,94%, passando de 0,577 em 1991 para 0,669 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a educação com 50,7%, depois a longevidade, com 26,1% e pela renda com 23,2%. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL)

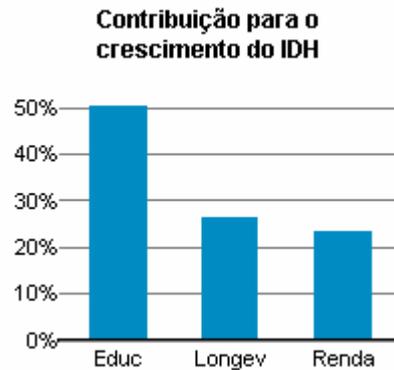
QUADRO 4 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,577	0,669
Educação	0,566	0,706
Longevidade	0,665	0,737
Renda	0,500	0,564

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Neste período, a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, que é 1, foi reduzido em 21,7%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 18,6 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 14,8 anos para alcançar Fernando de Noronha (Distrito Estadual) (PE), o município com o melhor IDH-M do Estado (0,862). (id.)

GRÁFICO 2 - CRESCIMENTO DO IDH



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Segundo a classificação do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em 2000, Belém de São Francisco registrou a marca de 0,669 de IDH-M. O município apresenta uma situação intermediária em relação aos outros municípios do Brasil, ocupando a 3.467^a posição. Em relação aos outros municípios do Estado, Belém de São Francisco ocupa a 36^a posição, sendo que 35 municípios (18,9%) estão em situação melhor e 149 municípios (81,1%) estão em situação pior ou igual. (id.)

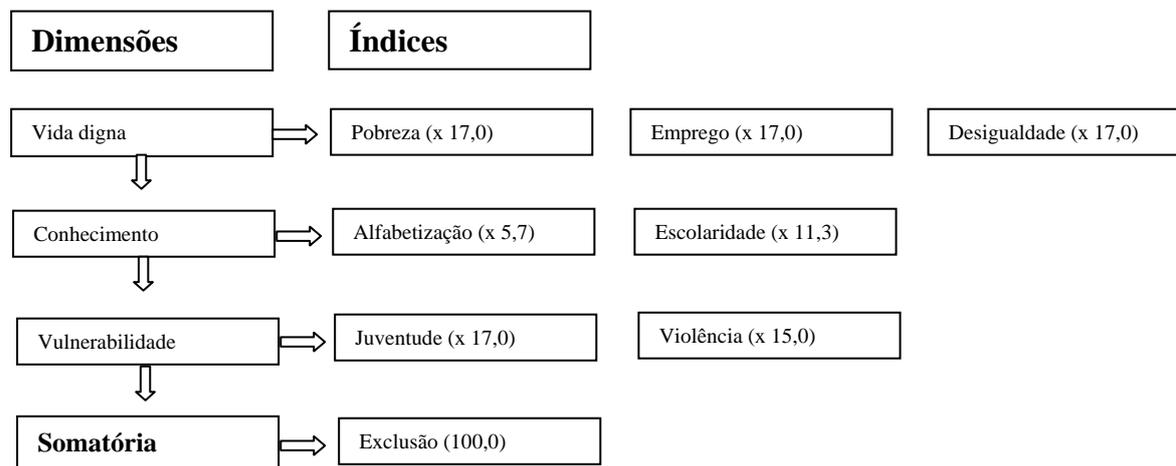
Em reportagem recentemente publicada pela Folha de São Paulo - ONU identifica 13 bolsões de extrema pobreza no Brasil -, o Brasil aparece em um relatório patrocinado pela ONU (Organização das Nações Unidas) como um país de contrastes. Documento apresentado em evento no PNUD, cita entre "regiões atrasadas notáveis" o Nordeste brasileiro. Para visualizar ou identificar onde o Brasil precisa investir e aplicar as recomendações do documento, o coordenador de Avaliação de Políticas e Desenvolvimento Local do PNUD, José Carlos Libânio, apresentou um mapa com 13 bolsões de extrema pobreza, baseando-se em dados do IDH. Envolvem ao todo, 600 municípios, incluindo os que compõem a região do Xingó.

A apresentação geográfica nacional da exclusão social no Brasil, relatada por Pochmann e Amorim (2003), reuniu um conjunto significativo de indicadores sociais e econômicos capazes de desenhar, no mapa brasileiro, a realidade da exclusão. Baseado nessas informações comprova-se que cerca de 42% do total de municípios, equivalendo a 21% da população brasileira, vive em localidades de exclusão social. Por outro lado, apenas 3,6% do

total de municípios, representando 26% da população, residem em áreas que apresentam padrão de vida adequado.

As regiões Norte e Nordeste concentram e abrigam os municípios com maior problema de exclusão social no Brasil. A vulnerabilidade social, reflete-se hoje, entre outros aspectos, por um acesso muito restrito à educação, à alimentação, ao mercado de trabalho. O Estado de Pernambuco apresenta 168 unidades territoriais em situação de exclusão social. (POCHMANN; AMORIM, 2003)

Segundo Campos et all (2003, p. 19), "na construção do *Índice de Exclusão*, síntese das três dimensões da exclusão social, os sete índices parciais compuseram-se segundo a seguinte ponderação:"



O município de Belém de São Francisco ocupa o 4.540º no 'Ranking' a partir da melhor situação social. Para interpretar os resultados de cada município é imprescindível saber que o índice varia de zero a um, e que as piores condições de vida equivalem a valores próximos a zero, enquanto as melhores situações sociais estão próximas de um. Dentro dessa perspectiva apresenta-se os seguintes resultados: índice de pobreza 0,248, índice de juventude 0,491, o índice de alfabetização 0,589, índice de escolaridade 0,331, índice de emprego formal 0,059, índice de violência 0,777, índice de desigualdade 0,053, índice de exclusão social 0,332. (POCHMANN; AMORIM, 2003)

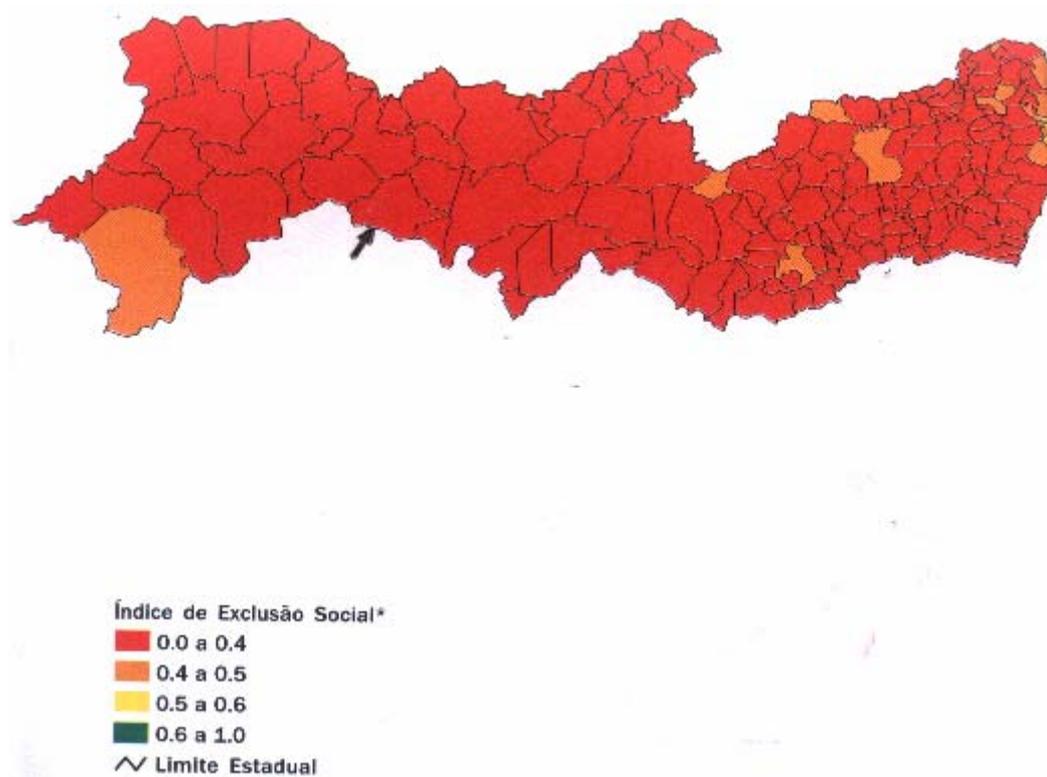
Assim, vê-se desde logo na afirmação de Campos et all. (2003, p. 19):

O *Atlas de Exclusão Social no Brasil* apoiou-se nas experiências pretéritas de análise das manifestações da exclusão, mas procurou ir um pouco além de todas elas. Em relação ao estudo fundado no IDH-M, sua principal referência, o Atlas incorporou uma maior variedade de dimensões da realidade brasileira, como a situação da ocupação e a distribuição dos rendimentos, como a presença da população juvenil e a violência a que ela está cotidianamente submetida dentro de cada unidade de análise. Desta maneira, o Atlas permitiu uma melhor visualização das questões atinentes à exclusão em cada cidade do Brasil.

Porém é importante ressaltar que houveram duas limitações do Atlas da Exclusão social no Brasil, sendo que, a primeira, manteve seu foco na análise dos dados do Censo Demográfico de 2000. E, a segunda, o Atlas tomou cada cidade do país como sua unidade de estudo básica, expondo os oito índices descritos para cada uma. (CAMPOS et al., 2003)

No mapa a seguir pode-se observar os índices de exclusão social do Estado de Pernambuco, destacando o município de Belém de São Francisco, onde percebe-se a situação social, apresentando um índice de 0,332.

MAPA 4 - ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL



Segundo Pochmann e Amorim (2003), "o Nordeste, por sua participação relativa e absoluta entre os municípios com alta exclusão, merece grande atenção. Contando com mais de 28% da população nacional e pouco menos de 33% do total de municípios, essa região abriga 72,1% (1.652) do total (2.290) dos municípios com maior índice de exclusão de todo o país."

CAPÍTULO II

ESTADO E CIDADANIA

Depois de apresentado o objeto de estudo desta dissertação, o objetivo deste capítulo será apresentar os marcos teóricos, normativos e analíticos que vão orientar esta pesquisa. O capítulo divide-se em duas partes. A primeira trata do Estado, pois partimos da premissa de que o Programa UNISOL precisa ser compreendido no contexto das transformações da ação governamental e de suas repercussões no campo das políticas sociais. Por esta razão, tratamos de apresentar os elementos que caracterizam a crise do Estado na modernidade e o processo de reforma do Estado no Brasil. A segunda parte do capítulo trata da ação da sociedade organizada na busca da melhoria das condições de qualidade de vida. A ação da sociedade, no Brasil, durante os anos 90, foi sendo pensada a partir dos conceitos de sociedade civil, terceiro setor e capital social; categorias que são analisadas no decorrer desta segunda parte, embora seja o conceito de capital social que nos servirá como marco teórico e metodológico principal pelo qual faremos nossa análise.

2.1 A CRISE E REFORMA DO ESTADO

A crise do Estado, como afirma Bresser-Pereira (1998, p. 35), "está associada, de um lado, ao caráter cíclico da intervenção estatal, e de outro, ao processo de globalização, que reduziu a autonomia das políticas econômicas e sociais dos estados nacionais."

No final do século XX, conforme Azevedo e Andrade (1997, p. 57), "tanto entre países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento rediscutem-se as novas relações entre o poder público e o mercado."

Segundo Held (1995), apenas os governantes de um Estado paternalista e intervencionista, assumindo responsabilidades, numa atitude de justiça e numa preocupação com o bem estar de cada cidadão em particular, seriam compatíveis com a idéia do bem-estar social. Esta concepção de bem-estar, ou social democrática, ou reformista da política está baseada em algumas idéias e princípios da democracia desenvolvimentista. Mas foi no Estado intervencionista (Keynesiano) em expansão nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, que ele obteve mais clara expressão.

2.1.1 O Estado de Bem Estar e o neoliberalismo

No caso da Europa, sabemos que de acordo com a evolução da modernidade e a própria evolução do estado contemporâneo, passamos de um Estado Liberal para um Estado Social, isto é, a construção do que chamamos de Estado de Bem-Estar Social, o *Welfare-State*.

Segundo Arretche (1995), a classe capitalista ameaçada em sua produção pela força do movimento social organizado, provocou reação direcionada a formas mais centralizadas de formulação de políticas em relação a reformulação do Estado. No caso do *welfare state*, período pós-guerra, isto gerou a coincidência de interesses entre capital e trabalho. Ou seja, tanto a burguesia quanto o proletariado passaram a demonstrar interesse nas políticas sociais, mesmo tendo diferentes motivos. A classe trabalhadora, porque qualquer política que atenuasse as dificuldades e modifique o jogo cego das forças de mercado é bem-vinda. A classe capitalista, porque provê novas modalidades de integração e controle sobre a classe trabalhadora e oferece ainda benefícios ideológicos e econômicos.

Em relação ao *Welfare State* Arretche acentua que:

No caso específico do *Welfare State*, fenômeno do pós-guerra nas economias capitalistas avançadas, o enfrentamento histórico das duas classes antagônicas assumiu a forma de um movimento social organizado e de uma resposta da classe capitalista, sob a forma do Estado centralizado. Naquela conjuntura, a do pós-guerra, este enfrentamento histórico da luta de classes implicou a consolidação de um compromisso de classe. (ARRETCHE, 1995, p. 34)

Segundo Esping-Andersen (1991), muitos liberais temeram a democracia. Contudo, a industrialização superou o mundo dos pequenos proprietários que detinham o capital, formando massas proletárias para quem a democracia era um meio de reduzir os privilégios da propriedade. "Os liberais temiam com razão o sufrágio universal, pois era provável que este politizasse a luta pela distribuição, pervertesse o mercado e alimentasse ineficiências." (1991, p. 86).

Navarro, por sua vez, afirma que: "As reformas do pós-guerra foram possíveis graças à escassez generalizada de mão-de-obra e aos elementos de previdência social providos pela rede social criada pelo Estado de bem-estar." (2002, p. 91)

O conjunto de instituições e práticas estatais ao qual se refere o *Welfare State* Keynesiano, desenvolveu-se no capitalismo ocidental desde a Segunda Guerra Mundial. O *Welfare State* Keynesiano, foi adotado como uma concepção básica do Estado e da prática

estatal em quase todos os países ocidentais, não importa qual o partido no poder, nem alterações de tamanho e tempo. (OFFE, 1984). Para o autor, o *Welfare state* é definido, como:

... um conjunto de habilitações legais dos cidadãos para transferir pagamentos dos esquemas de seguro social compulsório para os serviços organizados do Estado (como saúde e educação), em uma grande variedade de casos definidos de necessidades e contingências. Os meios através dos quais o *Welfare state* intervêm consistem em regras burocráticas e regulamentações legais, transferências monetárias e a experiência profissional de professores, médicos, assistentes sociais etc. Suas origens ideológicas são muito misturadas e heterogêneas, indo desde fontes socialistas até fontes católicas conservadoras; seu caráter, como fruto de compromissos ideológicos, políticos e econômicos interclasses, é algo que o *Welfare State* compartilha com a lógica da decisão política econômica keynesiana. (OFFE, 1984, p. 374)

Ainda, segundo Offe: "A intenção estratégica da política econômica keynesiana é promover o crescimento e o pleno emprego, e a intenção estratégica do *Welfare State* é proteger aqueles que são afetados pelos riscos e contingências da sociedade industrial e criar uma medida de igualdade social." (1984, p. 378). A sociedade industrial deve fornecer os recursos necessários para as políticas de bem-estar social para que se alcance a igualdade social.

Segundo Nogueira (2005, p. 84), " a industrialização acelerou e virou fato marcante em quase todos os países sem que se dessem passos firmes em direção ao desenvolvimento social."

Conforme Faria (1998, p. 42), Titmuss salientou em um ensaio de 1954 , que:

As origens de programas sociais devem ser procuradas na crescente complexidade da divisão social do trabalho, decorrente da industrialização. Como o processo de industrialização acarretou a especialização dos trabalhadores, os indivíduos foram se tornando cada vez mais dependentes da sociedade. Nesse contexto, os serviços sociais seriam a resposta às necessidades individuais ou coletivas, garantindo a sobrevivência das sociedades. A expansão dos serviços sociais revelaria o crescimento das necessidades das sociedades. ... necessidades determinadas pela cultura. O desenvolvimento de programas sociais estaria, portanto, subordinado ao reconhecimento e definição das novas dependências criadas pelo Homem.

O surgimento de programas sociais é um desdobramento necessário de tendências mais gerais posta em marcha pela industrialização. Conforme Arretche (1995, p. 6):

O surgimento de "padrões mínimos, garantidos pelo governo, de renda, nutrição, saúde, habitação e educação para todos os cidadãos, assegurados como um direito político e não como caridade (Wilensky & Lebeaux, 1965: xii) está associado aos problemas e possibilidades postos pelo desenvolvimento da industrialização. De um

lado, os gastos com programas sociais somente são possíveis porque a industrialização permite um vasto crescimento da riqueza das sociedades. (Wilensky & Lebeaux, 1965: 14) A partir da constatação de uma correlação entre as variáveis crescimento industrial e gastos sociais, o autor considera que a primeira é uma condição necessária para a segunda. Dito de outro modo, os programas sociais ou não aparecem ou permanecem insignificantes em sociedades que não produzam um excedente nacional suficiente para financiá-los. (Wilensky, 1975: 24)

A origem dos programas sociais é explicada, conforme Arretche (1995), como resposta funcional à necessidade de constituição da classe operária, condição essencial para o desenvolvimento do capitalismo. O poder estatal é fundamental como política de dominação, e necessária no processo de integração da classe operária.

Conforme Navarro (2002), as manifestações geradas pela classe operária, como as ondas grevistas e o fechamento das fábricas tiveram enorme impacto. O direito da classe capitalista de controlar o processo produtivo passou a ser questionado pelos trabalhadores. Os movimentos operários de fins da década de 60 tomaram de surpresa tanto as organizações operárias como a classe capitalista. Estimulados pelas manifestações dos trabalhadores, os sindicatos passaram a questionar a inviolabilidade dos direitos de propriedade. Os avanços mais progressistas ocorreram nos anos 70, com intervenções no processo de produção e no Estado, forçando os empresários dos países capitalistas mais importantes a compartilhar parte de seu controle sobre o processo produtivo com os trabalhadores. Mudanças semelhantes também ocorreram nos partidos operários.

Esse crescimento operário nos âmbitos da produção e do Estado converteu-se numa ameaça para a classe capitalista. A força da classe trabalhadora determinou mudanças no final dos anos 70 e princípio da década de 80. No âmbito da produção, tem-se acrescentado a centralização da direção e do controle, e a descentralização da execução. A internacionalização da produção foi a principal resposta do capital ante a força do movimento operário. A "fábrica mundial" converteu-se na forma dominante de produção dos anos 80. (NAVARRO, 2002)

Outro tipo de resposta da classe capitalista, frente à força do movimento operário, tem sido a terceirização¹⁵, seguindo o modelo japonês. Com ela se estabelecem redes hierárquicas regionais, consideradas flexíveis e adaptáveis às necessidades do mercado. O modelo japonês requer o enfraquecimento sistemático das organizações sindicais nas fábricas

¹⁵ Na terceirização, a produção baseia-se num núcleo central de trabalhadores e um grande número de fornecedores, e apoia-se fortemente num trabalho mal pago, pobremente organizado e de tempo parcial. Os fornecedores são dependentes do núcleo central e encontram-se subordinados a ele. (NAVARRO, 2002)

e a introdução de estruturas trabalhistas e mercantis que atuam contra a coesão do movimento operário. (id.)

A grande diversidade que surgiu no mundo do consumo foi possível, segundo os autores do pós-fordismo¹⁶, graças à flexibilidade do processo de produção e à sua capacidade de atender as necessidades dos consumidores, processo este, que envolve trabalhadores diversos, ou seja, pode ser multinacional, multiétnica e dos dois gêneros. (id.)

As mudanças no mundo da produção foram facilitadas pelas mudanças no Estado de bem-estar, desencadeadas pela força do movimento operário. Na década de 80, fixaram-se políticas estatais de austeridade, que incluíram a redução dos gastos sociais, o crescimento do desemprego, o enfraquecimento da legislação estatal protetora dos trabalhadores, dos consumidores e do meio ambiente, e a flexibilização forçada do mercado de trabalho através da desregulamentação. (id.)

O Estado de Bem-Estar Social é fruto, de um lado, da pressão do sindicato, dos partidos operários; bem como da construção do pensamento *Keynesiano* voltado para a regulação da economia e da redistribuição das riquezas. Na década de 70 ele entra em crise, e começam a ser implantadas na Europa a partir do governo de Margareth Thatcher e depois nos Estados Unidos da América com Ronald Reagan, as chamadas políticas neoliberais. Autores neoliberais afirmam basicamente que a função do Estado é garantir a ordem e a segurança dos contratos e que quem deveria reger a dinâmica social é o mercado.

Na visão de Laurell:

O neoliberalismo realmente existente não é senão o Estado do grande capital que, por meio da derrota da classe operária, impôs rupturas ou limitações aos pactos corporativos do pós-guerra; implantou uma nova disciplina fabril e uma austeridade salarial, também nos gastos sociais; e descontou sobre os trabalhadores os custos da crise. A derrota proletária foi econômica e política, mas também ideológica, onde o keynesianismo e marxismo estão desprestigiados, e a interpretação estatal virou sinônimo de ineficiência, inflação e privilégios. (LAURELL, 2002, p. 84)

Para Freitas (2004, p. 121), "o termo "políticas neoliberais" é mais utilizado do que "modelo neoliberal", porque o neoliberalismo expressa mais uma ideologia que postula a proeminência do mercado e da livre competição do que um modelo econômico global e homogêneo." Para a autora:

¹⁶ Sobre o tema pode-se consultar a obra de HARVEY, David **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

Essa ideologia apoia-se em uma série de práticas comuns impostas pelos organismos internacionais dominados pelos Estados Unidos e que se aplicam de diversos modos nos distintos espaços nacionais. Trata-se de políticas econômicas desregularizadoras, privatistas e liberalizantes das economias nacionais e dos protecionismos tradicionais existentes nos países do Terceiro Mundo." (2004, p. 122)

Ainda segundo Freitas (2004, p. 124), "o processo pelo qual o neoliberalismo vem sendo implementado nos diversos países da América Latina depende do papel e da presença das economias nacionais na economia mundial."

A incapacidade do Estado para decidir por si só, em um mundo em que as economias nacionais são globalmente interdependentes, manifestam um novo tipo de Estado, que redefine o Estado-nação. O Estado-rede segundo Castells (1999), é a forma institucional que surge e se adapta aos novos problemas da administração pública e gestão política. É uma resposta operacional para a crise estrutural do Estado na era da informação.

Para Giddens (1991, p. 175-176):

A modernidade é inerentemente globalizante, e as conseqüências desestabilizadoras deste fenômeno se combinam com a circularidade de seu caráter reflexivo para formar um universo de eventos onde o risco e o acaso assumem um novo caráter. As tendências globalizantes da modernidade são simultaneamente extensionais e intencionais - elas vinculam os indivíduos a sistemas de grande escala como parte da dialética complexa de mudança nos pólos local e global.

Segundo Giddens (1991), a globalização pode ser defendida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que superam distâncias, de forma que acontecimentos locais possam ser reproduzidos a muitas milhas de distância e vice-versa. "Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modelam" (1991, p. 69-70). A transformação local e a extensão das conexões sociais alcançadas em relação ao tempo e ao espaço, fazem parte da globalização.

2.1.2 Reforma do Estado no Brasil

Todo o contexto acima descrito é fundamental para entender o processo de reforma do Estado em crise no Brasil. Segundo Bresser Pereira (1996), a adoção de uma perspectiva histórica é importante porque ilumina o presente. Os resquícios de antigas interpretações, que tiveram como matriz a interpretação nacional-desenvolvimentista, estão ainda muito presentes

na América Latina. As questões econômicas e políticas são sempre extremamente ideológicas, refletindo o conflito de interesses de classes.

As interpretações do subdesenvolvimento da América Latina e de suas correspondentes estratégias de desenvolvimento podem ser apresentadas de acordo com um critério histórico e ideológico, como segue:

1. interpretação da vocação agrária ou interpretação liberal-oligárquica, que, a partir de 1930, sofre a competição da
2. interpretação nacional-desenvolvimentista, subdividida em:
3. interpretação nacional-burguesa ou centro-periferia (1930-64), e
4. *interpretação da nova dependência* (década de 70-meados dos anos 80); esta entra em conflito com a
5. *interpretação autoritário-modernizante ou burocrático-capitalista* (1964-meados dos anos 70); após a grande crise dos anos 80, a interpretação burocrático-capitalista e a da nova dependência são substituídas, respectivamente, pela
6. *interpretação neoliberal* (meados dos anos 70-até o presente) e pela
7. *interpretação da crise do Estado* (meados dos anos 80 - até o presente) e correspondente *estratégia social-liberal*. (BRESSER PEREIRA, 1996, p. 33)

A crise econômica da década de 80 levou a direita e a esquerda, os social-democratas ou social-liberais e os conservadores a reformularem suas interpretações. A direita foi favorecida pela onda conservadora e neoliberal que ganhou forças na década de 70 em todo o mundo, "em consequência da diminuição das taxas de crescimento dos países centrais, da crise do *Welfare State*, do colapso do consenso keynesiano e, mais amplamente, da crise fiscal do Estado que se tornou então o principal problema em todos os países, desenvolvidos e subdesenvolvidos, capitalistas ou estadistas." (BRESSER PEREIRA, 1996, p. 39). A direita retoricamente passou a adotar um discurso neoliberal de defesa do Estado mínimo, da desregulamentação e da abertura da economia brasileira. Na prática, entretanto, uma parcela significativa da direita continuou a apoiar o protecionismo e a se beneficiar do intervencionismo estatal.

A crise generalizada da esquerda mundial somou-se à crise do nacional-populismo latino-americano, cuja estratégia de industrialização era vista pela esquerda como parte do seu modo de ser. "Quando ela assumiu o poder em 1985, após o processo vitorioso de redemocratização, os setores progressistas tentaram retomar as políticas populistas e desenvolvimentistas que tinham sido bem-sucedidas entre os anos 30 e os anos 40". A política econômica de 1985 e 1986, que culminou com o fracasso do Plano Cruzado, é um exemplo de política econômica populista. (BRESSER PEREIRA, 1996, p. 39)

O populismo econômico segundo Bresser Pereira (1996), pode ser resumido em poucos pontos: desenvolvimento orientado ao mercado interno; proteção à indústria nacional como estratégia industrial básica; desenvolvimento tecnológico como elemento complementar à política de substituição de importações; o déficit público; as altas taxas de juros; aumento dos salários nominais não causam inflação porque são reajustados de forma defasada em relação à inflação; o aumento do salário real pode ser redistributivo; sendo compensado pela redução dos lucros; as empresas estatais são basicamente eficientes, mas não são rentáveis; e a coordenação econômica pelo Estado tende a ser mais eficiente do que pelo mercado. Estas idéias predominantes, hoje são questionadas.

Em oposição a essa perspectiva populista, temos as abordagens neoliberal e social-democrática ou social-liberal da crise do Estado, que compartilham a rejeição ao populismo e ao nacionalismo, mas divergem sobre as causas da crise e sobre o papel do Estado. Para entendermos a Reforma do Estado, é preciso entender a crise. "James O'Connor definiu a crise fiscal do Estado, através da dificuldade do Estado em lidar com as crescentes demandas de diversos setores da economia e de seus grupos sociais correspondentes." (BRESSER PEREIRA, 1996, p. 43)

As raízes da crise explodem nos anos 80, mas na verdade começam antes. Bresser Pereira (1996), cita cinco itens que considera responsáveis pela crise fiscal do Estado na América Latina: (1) déficit público, (2) poupanças públicas negativas ou muito baixas, (3) dívida interna e externa excessivas, (4) falta de crédito do Estado, expressa na falta de confiança na moeda nacional e no curto prazo da dívida doméstica e (5) falta de credibilidade do governo.

Devido aos pesados investimentos do período anterior, a partir do início dos anos de 1980, o setor público passou por um tumultuado processo de endividamento, utilizado para saldar as contas externas e internas do País. (LAMOUNIER & FIGUEIREDO, 2002)

Com a Nova República, esse quadro se agravou ainda mais pelo populismo fiscal do período. A irresponsabilidade fiscal fazia parte do pensamento político, endossado por correntes de economistas que enquadram todas as formas de gestão financeira temerária no plano do keynesianismo. (id.)

No plano fiscal, a Constituição de 1988 criou defesa para os contratados, à custa de um engessamento amplo do setor público. O padrão político trazido pela Nova República era o de loteamento de cargos públicos e da demissão de funcionários do governo anterior. (id.)

Segundo Bressan (2002, p. 371):

A Constituição de 1988 provocou um recrudescimento do modelo burocratizante, tornando a Administração Pública ainda mais rígida e centralizada. Como maior exemplo disso, o texto da Carta Magna transformou todos os funcionários públicos da época, que estavam contratados há mais de cinco anos, em servidores estáveis. Assim, todos eles passaram para o Regime Jurídico Único, incorporando benefícios impossíveis de serem mantidos. A extensão desses privilégios comprometeu de forma drástica o Orçamento da União e a eficácia da Administração pública, gerando distorções salariais, incongruências entre cargos e carreiras, inconsistência no sistema de promoção e uma baixa produtividade, fator sempre associado à baixa motivação do funcionalismo.

A instauração de um regime jurídico único, possibilitada no Brasil pela Constituição de 1988, supunha implantar um sistema de estabilidade rígida e um mesmo tratamento para todos os funcionários públicos civis da administração pública central e dos órgãos descentralizados e fundações, tirando-lhes a autonomia, com propósito de erradicá-los, com a implantação do modelo burocrático. (BRESSER PEREIRA, 1996)

O Estado está em crise porque não tem capacidade de investimento, proporcionando desta forma a estagnação da economia, pois o desenvolvimento é gerado pela ação do Estado. Bresser Pereira (1996), afirma que a crise é proporcionada pela falta de poupança pública do Estado, e não, pelo déficit. Conforme o autor (1997, p. 15):

Em consequência da captura por interesses privados, que acompanhou o grande crescimento do Estado, e do processo de globalização, que reduziu sua autonomia, desencadeou-se a crise do Estado, cujas manifestações mais evidentes foram a crise fiscal, o esgotamento das suas formas de intervenção e a obsolescência da forma burocrática de administrá-lo. A crise fiscal definia-se pela perda em maior grau de crédito público e pela incapacidade crescente do Estado de realizar uma poupança pública que lhe permitisse financiar políticas públicas. A crise do modo de intervenção manifestou-se de três formas principais: a crise do *Welfare State* no primeiro mundo, o esgotamento da industrialização por substituição de importações na maioria dos países em desenvolvimento, e o colapso do estatismo nos países comunistas. A superação da forma burocrática de administrar o Estado revelou-se nos custos crescentes, na baixa qualidade e na ineficiência dos serviços sociais prestados pelo Estado através do emprego direto de burocratas estatais.

Para Diniz (1997), as crises de governabilidade e do Estado são indispensáveis e devem ser focalizadas em suas múltiplas dimensões. "Aspectos conjunturais ligados aos efeitos econômicos e políticos da crise internacional associam-se à dinâmica interna de corrosão da ordem estatista sob a qual se deu a construção do capitalismo industrial no País, gerando um quadro complexo." (id. p. 47)

Na visão da autora, as estratégias de enfrentamento dessas crises não podem deixar de lado a meta da consolidação democrática:

Aumentar os graus de governabilidade de uma ordem democrática implica não apenas melhorar o desempenho da máquina burocrática, mas ampliar a responsabilidade do Estado em face das metas coletivas e das demandas sociais em presença, (...) envolvendo os instrumentos institucionais, os recursos financeiros e os meios políticos de execução das políticas formuladas. (DINIZ, 1997, p. 47)

O conceito de governabilidade envolve 3 dimensões: capacidade do governo para identificar problemas críticos e buscar para esse enfrentamento políticas apropriadas; capacidade governamental de mobilizar os meios e recursos necessários à execução dessas políticas; e a capacidade de liderança do Estado. O desafio das políticas de estabilização e de ajuste não se encontra no âmbito da formulação, e sim, na implementação dos programas governamentais, descaracterizando propostas tecnicamente bem concebidas e consequentemente levando à profundas distorções. (DINIZ, 1997)

Outro componente da presente crise de governabilidade é que: "o governo não tem os meios necessários para executar suas políticas e, sobretudo, falta-lhe autoridade para obter aquiescência às suas determinações." (id. p. 31)

Para Diniz (1997, p. 23), "o termo ingovernabilidade torna-se símbolo da falta de competência do país para lidar com seus problemas, emitindo sinais de que nossos líderes e nossas instituições estariam aquém de nossas presentes necessidades."

Diante da crise, que se acentua pelo processo de globalização, torna-se prioritário reformar ou reconstruir o Estado, ao mesmo tempo que se amplia o papel do mercado na coordenação do sistema econômico. (BRESSER PEREIRA, 1996)

Segundo Martin e Schumann (1999, p. 299) : "a globalização entendida como o desencadeamento das forças do mercado mundial e a perda de poder do Estado é, para a maioria das nações, um processo forçado do qual não podem fugir."

O Estado brasileiro encontra-se econômica e politicamente fragilizado diante da crise dos anos 80, sem contar, como afirma Soares (2001), com os recursos (econômicos e políticos) para enfrentar as medidas de ajuste que se impunham naquele período. Foram contabilizados oito planos de estabilização monetária nesse período, quatro diferentes moedas (uma a cada 30 meses), onze índices de cálculo inflacionário, cinco congelamentos de preços e salários, quatorze políticas salariais, dezoito modificações nas regras de câmbio, cinquenta e quatro alterações nas regras de controle de preços, vinte e uma propostas de negociação da dívida externa e dezenove decretos sobre a autoridade fiscal.

As muitas experiências latino-americanas, parecem indicar que as condições para um processo de estabilização e retomada do crescimento são múltiplas e complexas, envolvem

questões de ordem estrutural que dizem respeito à estrutura econômica, política e social prévia ao ajuste. O caminho de um ajuste estratégico, com uma profunda reestruturação produtiva e tecnológica, parecia estar impedido pela fragilidade do Estado brasileiro. (id.)

Conforme afirma Pereira (1997, p. 81), é importante reconhecer que "o Estado deve ser reformado não apenas como consequência das pressões do mercado internacional por mais agilidade e eficiência, mas principalmente porque o Estado demonstra fracasso nas suas funções de prover e administrar serviços públicos básicos e essenciais aos cidadãos, com qualidade."

Conforme Diniz (2001, p. 15), a centralidade da reforma do Estado significa:

A afirmação de um novo enfoque de maior alcance e abrangência. A ênfase desloca-se para a busca de alternativas e o reconhecimento de que o crescimento e a conquista de um novo patamar econômico não se produzem espontaneamente, senão que são o resultado de políticas deliberadas, de escolhas feitas por elites dirigentes determinadas a reverter situações adversas e elevar o nível de bem-estar da sociedade.

No Brasil, na verdade, nós nunca tivemos um Estado de bem-estar social. A história do Estado no Brasil é diferente, pois nós tivemos a partir dos anos 30, a construção de um Estado Desenvolvimentista¹⁷, de um Estado Corporativo (Boschi, 2002). Estado que vai estar preocupado com a industrialização, com o desenvolvimento econômico, com o desenvolvimento nacional, que vai procurar integrar no Estado corporativo, representantes do empresariado e dos trabalhadores.

Segundo Boschi (2002), no cenário de desconstrução da era Vargas que coincide com o processo expansivo de direitos políticos e sociais consagrados pela Constituição de 1988 e, simultaneamente de crise do Estado, a estrutura corporativa, situa-se, portanto, como uma espécie de matriz institucional para as reformas em curso, na dinâmica da mudança/permanência que tende a caracterizar os processos de transição no Brasil. A lógica do mercado, impulsionada pelos processos de privatização e abertura comercial que, atravessa

¹⁷ O Estado Desenvolvimentista no Brasil assumiu uma forma fortemente centralizada, ou, dito de outro modo, a construção do Estado nacional supôs um longo processo de esvaziamento das capacidades institucionais, administrativas e financeiras dos governos estaduais e municipais. No entanto, no período pós-64, a forma centralizada de gestão inaugurou uma nova orientação para a expansão do Estado: esta efetivamente fortaleceu as capacidades administrativas de estados e municípios, ainda que de forma inteiramente desigual no território nacional, fato este que permite que a descentralização seja hoje uma possibilidade real. Finalmente, ao longo da década de 80, assistimos a um esvaziamento progressivo dos recursos de que dispunha o governo federal para o exercício de suas funções tradicionais, vale dizer, aquelas sob as quais se erigiu como grande protagonista do Estado desenvolvimentista. (ARRETCHE, 1996, p. 56-57)

a lógica de atuação do Estado e impõe novos parâmetros à ação coletiva dos setores organizacionais.

A criação das agências regulatórias como um novo espaço legislativo sem o filtro da representação política nem a possibilidade de controles externos acrescenta ao novo quadro uma dinâmica que contrapõe investidores a consumidores em termos dos limites da ação do Estado, restaurando uma linha de continuidade no papel do executivo como ordenador das relações público/privado. (BOSCHI, 2002)

Boschi (2002, p. 42) explica:

As agências regulatórias constituem a correia de transmissão em uma linha de continuidade entre o papel do Executivo no interior do aparelho de Estado e deste em relação à sociedade. Com essa nova modalidade institucional, recompõe-se potencialmente o padrão de vínculos Estado/sociedade pela via do Executivo, a despeito da idéia de "isolar" a regulação da lógica de funcionamento da burocracia, além da alegada importância da garantia de direitos no âmbito do mercado, a investidores e consumidores igualmente. É tênue a possibilidade de controle por parte do Legislativo, são baixos os graus de transparência dos processos internos, e altos os custos para a democracia com a influência irrestrita de interesses fortemente organizados e com a ênfase na "*accountability* de resultados". Instaura-se, assim, um novo tipo de corporativismo que tem na oposição entre investidores e consumidores, sem critérios de representação, seu novo eixo de conflito e assimetria estrutural.

De 1996 a 2001, o Governo Federal criou nove agências reguladoras, como autarquias especiais, algumas correspondentes aos setores privados e outras criadas a partir de órgãos governamentais já existentes como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, a Agência Nacional de Águas - ANA, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq e a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Nas legislações respectivas, elas tem a missão de defender a competitividade. A presença do consumidor se limita a um processo consultivo. As tarifas devem ser pagas pelo consumidor final. Os dirigentes das agências são nomeados pelo presidente da república após aprovação pelo Senado. Por sua vez, "as agências devem seguir também as políticas e diretrizes dos respectivos Conselhos Nacionais da área, normatizar e fiscalizar o respectivo setor, com exigências de controle de qualidade sobre os produtos."¹⁸ (FALEIROS, 2004, p. 46)

A crise econômica em 1989 - 1990 apresentando agravamento, de um lado, e o esgotamento do Estado Desenvolvimentista brasileiro, de outro, fez surgir o retorno à

¹⁸ Para um estudo mais aprofundado verificar tese de doutorado de RAMOS, Flávio, **Reforma do Estado e Agências Regulatórias**: Estudo sobre responsabilização pública a partir da descentralização de poderes e novos instrumentos de governabilidade - O caso da ANATEL.

ortodoxia, acompanhado da "onda" neoliberal ao Brasil. Segundo Soares as razões apresentam-se porque:

A expressão máxima do esgotamento do Estado Desenvolvimentista deu-se ao final do governo Sarney, quando culminou o processo de transição democrática onde, apesar da evidente hegemonia conservadora na sua condução, também encontramos movimentos sociais ativos e propostas alternativas de gestão política em alguns níveis e setores do governo. A erosão da autoridade governamental com a ausência crescente de legitimidade, enfrentando uma sociedade carente de consensos e hegemonias, sem parâmetros de ação coletiva, sofrendo os impactos de uma economia destruída pela hiperinflação, tudo isso levou à insustentabilidade da situação política e econômica e a um sentimento generalizado da necessidade de uma mudança radical de rumo. (SOARES, 2001, p. 154)

A eleição presidencial, após 30 anos de autoritarismo, através do voto majoritário, consagrou um candidato que propôs uma reformulação profunda. É nesse contexto de ruptura que o Governo Collor lançou seu plano de estabilização e reforma econômica.¹⁹ O combate a inflação era o objetivo central²⁰. Porém, outras propostas emergiram do chamado projeto neoliberal brasileiro. (SOARES, 2001). Assim, conforme a autora:

... colocava-se a proposta de "desregulamentação" da economia que, basicamente, defendia a abolição da regulação do Estado sobre os preços da economia em geral e sobre as relações capital-trabalho. Essa regulação, considerada como geradora de "distorções", seria substituída pelo "livre jogo do mercado", cujos mecanismos de regulação seriam automáticos, tecnicamente isentos, proporcionando assim uma distribuição de recursos mais "racional". (2001, p. 154)

O estabelecimento de um "Estado Mínimo" (Soares, 2001), que cumpra apenas com algumas funções básicas como a educação primária, a saúde pública e a criação e manutenção

¹⁹ A eleição de Collor marcou o início da aplicação do projeto neoliberal no nosso país. Além da oposição popular, esse projeto acaba defrontando-se com resistências do próprio empresariado. Muitos setores deste são atingidos diretamente pela adoção de medidas como o corte de subsídios, a abertura comercial, a reversão de políticas protecionistas. O resultado é uma manobra muito maior para as ações de resistência ao projeto. O movimento para o *impeachment* do Collor foi expressão disto. Seu sucesso representou uma primeira e importante vitória contra a consolidação do projeto neoliberal no Brasil. (FERNANDES, 1996, p. 60-61)

²⁰ De 1979 a 1994 a inflação foi o sintoma mais evidente da crise enfrentada pela economia brasileira. Após o primeiro plano de estabilização ortodoxo, em 1979, a inflação saltou de 40% para 100% ao ano. Após o segundo plano, em 1983, pulou de 100% para 200% ao ano. Após a Plano Cruzado - a primeira tentativa heterodoxa - em 1986, a inflação caiu de 10% ao mês para quase zero, mas um ano mais tarde estava acima de 20% ao mês. Após o plano Bresser (1987), a inflação caiu para quase zero, mas dois anos mais tarde estava próxima de 30% ao mês. Após o Plano Verão (1989), a inflação caiu acentuadamente mas subiu para 80% ao mês um ano mais tarde. O Plano Collor I (1990) reduziu a inflação para próximo de zero, mas um ano depois estava em torno de 20% ao mês. Os planos ortodoxos Arroz com Feijão (1988), Éris (1990), e Marcílio (1991-1992) fracassaram em reduzir o nível de inflação. (CUNILL GRAU, 1998)

de uma infraestrutura essencial ao desenvolvimento econômico, fazem parte das propostas neoliberais.

O modelo no qual se baseava o governo Collor, além da proposta de afastar o Estado das funções que não fossem prioritárias para um desenvolvimento autônomo e auto-sustentado, encontrava-se ainda a idéia de que com a privatização e a redução do tamanho do Estado de modo geral se estaria reduzindo o gasto público, com o que se eliminaria o déficit público, sobretudo o da inflação. (SOARES, 2001)

No início dos anos de 1990, o governo Fernando Collor havia consagrado, pela primeira vez em mais de dez anos, valores de equilíbrio fiscal. Houve redução significativa na dívida pública mobiliária, com o confisco no início do governo. Apesar da reforma administrativa atabalhoada, o governo Collor manteve respeito surpreendente às boas normas fiscais, redução na massa de salários do setor público e na dívida interna.²¹ (LAMOUNIER & FIGUEIREDO, 2002)

O ajuste fiscal obtido no governo Collor foi desmontado na transição de Itamar Franco, que concedeu aumentos na folha de pagamentos e atrapalhou a tentativa de saneamento financeiro do setor elétrico, proibindo reajustes tarifários que repusessem a inflação. (id.)

Outro discurso neoliberal dizia respeito à chamada liberação do comércio exterior. Segundo Soares:

Seu propósito essencial seria o de tornar a nossa economia mais "internacionalizada" e "moderna", fazendo com que as estruturas produtivas internas pudessem competir "livremente" no mercado internacional. Alcançaríamos assim o fim último de "ingressarmos no primeiro mundo", palavra de ordem recorrente, no limite da exaustão, em todos os discursos do presidente Collor. (2001, p. 155)

Para Montaño (2003, p. 29), "a Reforma do Estado está articulada com o projeto de liberar, desimpedir e desregulamentar a acumulação de capital, retirando a legitimação

²¹ O governo de Fernando Collor, que lidera a partir de 1990, as reformas econômicas e o ajuste fiscal, reflete bem a nova concepção que guia a transformação da administração pública, orientada exclusivamente para a diminuição do aparelho do Estado pela demissão de funcionários e pela eliminação de órgãos. Com efeito, resultado da Medida Provisória 150, de 15/3/90, até meados de agosto de 1990, haviam sido demitidos aproximadamente 145.000 servidores civis e 43.000 postos em disponibilidade. Entre 1990 e 1992, a evolução do volume de servidores públicos na administração federal mostra que o número total de funcionários diminuiu de 1.427.758 em 1990, para 1.324.523 em 1992 (redução de 103.235 no número de servidores públicos). (CUNILL GRAU, 1998, p. 201)

sistêmica e o controle social da lógica democrática e passando para a lógica da concorrência do mercado."

Com o intuito de orientar esse processo, em 1989 realizou-se uma reunião entre os organismos de financiamento internacional de Bretton Woods²² (FMI - Fundo Monetário Internacional, BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial), funcionários do governo americano e economistas latino-americanos, para avaliar as reformas econômicas da América Latina, o que ficou conhecido como Consenso de Washington. "As recomendações desta reunião abarcaram dez áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberação financeira, regime cambial, liberação comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual." (MONTAÑO, 2003, p. 29)

Além dos ajustes fiscais e do balanço de pagamentos, reformas estruturais, orientadas para o mercado, eram vistas como essenciais para Bresser Pereira (1996), que em janeiro de 1993, depois de alguns anos, também reuniu-se em Washington com um grupo de especialistas, para discutir e obter apoio político para o programa de estabilização e reforma econômica. (MONTAÑO, 2003)

Para ele, "o caso da implementação de reformas orientadas para o mercado no Brasil constitui um bom exemplo de dificuldades causadas por efeitos distributivos, na medida em que agravou a obtenção de uma ampla coalizão política". (PEREIRA, 1997, p. 85). Como estas reformas afetam os principais atores político-econômicos brasileiros porque comprometem a redistribuição de recursos de poder, gerou incertezas que prejudicaram a realização de uma ampla coalizão a favor de reformas macroeconômicas. (MONTAÑO, 2003)

Conforme Boschi (2002, p. 6):

O impacto das reformas operadas ao longo dos anos 90 no Brasil é por vezes subestimado por avaliações apressadas que tendem a sugerir uma substituição do Estado pelo mercado. Embora possa ter ocorrido um enfraquecimento do Estado, sobretudo em termos de sua capacidade de implementação de políticas sociais, não é fato que as reformas orientadas ao mercado tenham destituído o Estado de sua capacidade de intervenção. Se em outros contextos essa capacidade ficou

²² No final da 2ª Guerra Mundial em 1944, diante da eminência de uma segura vitória militar, os aliados convocaram uma conferência monetária e financeira para estabelecer as orientações do "liberalismo global" que haveria de prevalecer na emergente ordem mundial do pós-guerra. Temas fundamentais da conferência foram a elaboração das novas regras do jogo que devia reger o funcionamento da reconstituída economia mundial e a criação das instituições encarregadas de assegurar sua vigência. Essa divisão de tarefas entre a promoção do livre comércio, a estabilização macroeconômica e as reformas estruturais haveria de originar em 1947, o General Agreement on Trade and Tariffs (GATT) e as instituições gêmeas que nasceram das deliberações de Bretton Woods: o Banco Mundial em 1945 e o Fundo Monetário Internacional um ano depois. (BÒRON, 1996)

sobremaneira comprometida, no caso brasileiro é surpreendente a recomposição que se opera, tanto no plano das iniciativas do Estado, quanto no plano da resposta dos atores privados em termos de readaptação e reconstrução da representação dos interesses privados. Trata-se de mudanças estruturais de envergadura as quais, num espaço bastante curto de tempo, levaram à redefinição do ambiente institucional, cuja característica central é a redefinição do papel estratégico do Estado frente aos atores organizados e destes entre si.

A lógica central do neoliberalismo subordina as políticas sociais às políticas macroeconômicas e às regras do mercado. Essas políticas são colocadas em movimento contrário ao processo de desmercadorização, instituído pelo movimento pró-universalização dos direitos sociais, desenvolvido pela Social Democracia, nos países de capitalismo avançado, e, no Brasil, pelo movimento de redemocratização da década de 1980. Trata-se de um movimento de desconstrução das políticas sociais, orientado pelo neoliberalismo, ideologia dominante no Brasil a partir dos anos 1990. "O projeto neoliberal, portanto, não exclui a vigência de uma política social mínima. Contrapõe-se, com radicalidade, aos direitos sociais e, em decorrência, a uma política social pública conduzida pelo Estado, impondo limites políticos democráticos à lógica do capital, tal como a experiência desenvolvida pelo *Welfare State* nos países capitalistas centrais." (SCHERER, 2001, p. 112)

Segundo Esping-Andersen, que considera-se um teórico social-democrata:

É lamentável que aqueles que desejam defender o *welfare state* ... gastem suas energias persuadindo o público de que o *welfare state* não solapa os incentivos, as poupanças, a autoridade ou a eficiência... O que a direita reconheceu muito melhor do que a esquerda é que os princípios do *welfare state* são incompatíveis, diretamente, com um sistema de mercado capitalista... O *welfare state* morde a própria mão que o alimenta. A sua principal contradição é a... tensão entre o mercado e a política social. (Apud OFFE, 1984, p. 379-380)

Bóron (1996), destaca como problema da aplicação das receitas neoliberais de estabilização e de ajuste estrutural, condições sociais menos promissoras para que as economias em questão possam sobreviver às imposições da abertura comercial e da liberalização dos mercados.

O Brasil vem passando na década de 1990 por mudanças dramáticas na sua economia. Armando Castelar Pinheiro (1999), acentua a abertura ao comércio e ao investimento estrangeiro, as privatizações, fim de uma série de monopólios, inclusive inscritos na Constituição, e, desde 1994 redução da inflação para níveis mais baixos de sua história. Porém as transformações mostraram limitações, o país continua a conviver com altos níveis de pobreza, com uma das mais desiguais distribuições de renda do mundo, e com níveis

de produtividade e investimento muito inferiores aos necessários para um crescimento e uma posição mais justa da sociedade.

À medida que a abertura, a desregulamentação e a privatização deixam de ser novidade e que se distancia no passado a crise por que passou o país na "década perdida", ou seja no período de 1989-1990, mais se questiona se serão essas reformas suficientes para colocar o país na rota do crescimento acelerado. (PINHEIRO, 1999)

O Estado liberal caracteriza-se, principalmente, conforme Toledo (2002, p. 72), pela "separação entre Estado e economia e pela tentativa de reduzir a política à chamada sociedade política". Ou seja, de um lado, um Estado de cidadãos e, de outro, uma sociedade de proprietários, desta forma causando o fim do "conceito de classe social". Segundo o mesmo autor, o liberalismo provocou uma grande desigualdade social e um grande conflito e antagonismo entre burguesia e proletariado na área econômica e política, desenvolvendo assim, ideologias, partidos e revoluções socialistas.

No Brasil, a percepção da natureza da crise e, em seguida, da necessidade de reformar o Estado ocorreu de forma acidentada e contraditória. Entre 1979 e 1994, o Brasil viveu um período de estagnação da renda *per capita* e de alta inflação sem precedentes. Em 1994, finalmente, estabilizaram-se os preços com o Plano Real, garantindo a retomada do crescimento. A causa fundamental da crise econômica foi a crise do Estado - uma crise que ainda não está plenamente superada, apesar de todas as reformas já realizadas. (BRESSER PEREIRA, 1996)

A administração Collor formalmente terminou em setembro de 1992, quando foi substituído pelo vice-presidente Itamar Franco.

A administração Itamar Franco enfrentou os mesmos problemas. Inicialmente, ao novo presidente faltaram as qualidades de liderança necessárias para estabilizar a economia e preencher o vácuo político com o novo projeto de desenvolvimento. Somente quando Fernando Henrique Cardoso foi convidado para o Ministério da Fazenda, em 1993, o quadro de fato começou a mudar. Em 1994, Fernando Henrique conseguiu estabilizar os preços e poucos meses depois foi eleito presidente com grande maioria. A eleição de Cardoso demonstrou que a modernização havia ocorrido, que a sociedade brasileira havia mudado, e que a retórica nacional-desenvolvimentista e populista já não fazia mais sentido. Além disso, ficou claro que, sem uma coalizão política que abrangesse parte das massas, as elites políticas não teriam poder para promover o ajuste fiscal, estabilizar de vez os preços e definir uma nova estratégia de desenvolvimento. (BRESSER PEREIRA, 1996)

Para Diniz (1996, p. 5), é preciso "pensar a reforma do Estado em estreita conexão com o tema da consolidação democrática." O tema da democracia deve estar permanentemente presente para não se perder de vista que o Estado é um conjunto de disposições onde deve-se considerar as expectativas dos cidadãos. Qualquer reforma que vise alterar a configuração das instituições públicas só terá validade se ampliar e incluir em seu interior a cidadania.

No caso brasileiro, a legitimidade da reforma do Estado, conforme Diniz (1996), consiste em torná-lo um instrumento institucional político capaz de incorporar os preceitos da democracia em sua estrutura, fazendo com que a máquina administrativa assuma seu papel no plano político, instância adequada para as discussões e grandes decisões de interesses coletivos. Para a autora mais do que discutir o papel do Estado relacionado ao mercado, agora é importante colocar este Estado a serviço do interesse público, com o propósito de satisfazer necessidades públicas, orientado por decisões políticas e não por uma suposta racionalidade burocrática.

Conforme Przeworski (1996), a eficiência do Estado não está em saber se ele deve ou não intervir no mercado, mas sim, quanto a sua capacidade de articular com o mercado uma busca exemplar de eficiência, ou seja, construir instituições que dentro de uma racionalidade encontre padrões de correções sempre que o interesse público exigir, quando o mercado caminhar em direção contrária às expectativas dos cidadãos.

O autor propõe uma reforma em que o cidadão seja certificado das ações do Estado na sociedade. Nesse sentido, é fundamental afirmar que a verdadeira reforma é a transparência da ação estatal dentro do mercado, em todo tempo voltada para o interesse público.

Para Przeworski (1996, p. 34), uma reforma do Estado deve considerar o papel das instituições como mecanismos "que permitam à sociedade realizar seus objetivos coletivos, dentro de limites constitucionais, por conferirem ao governo a capacidade de intervir na economia e por submetê-lo ao controle popular."

Azevedo e Andrade (1997, p. 77), por sua vez, declaram que o processo de reforma é complexo. Para os autores:

Uma reforma do Estado de profundidade não se faz de forma voluntarista, ela exige, como argumenta o governo, equipe técnica competente, projeto político, etapas de curto, médio e longo prazos, e a mobilização e envolvimento dos atores interessados. As precariedades das conquistas econômicas e mesmo as suas possibilidades de retrocesso - em virtude da ainda crônica crise fiscal do Estado - têm levado paulatinamente o governo federal a reformular sua estratégia inicial e buscar novas

alianças e apoios institucionais. Independente dos acertos e erros do governo no encaminhamento da reforma, setores expressivos da oposição, além de diversos atores da sociedade civil, têm também tomado consciência da necessidade de uma articulação mais ampla para enfrentar constrangimentos estruturais do Estado brasileiro, que transcende os eventuais ocupantes do governo.

Segundo Bresser-Pereira, o Estado é um sistema de poder organizado que se relaciona dialeticamente com outro sistema de poder difuso mas efetivo, que é a sociedade civil. Na visão do autor ela é a forma através da qual as classes dominantes se organizam fora do Estado para controlá-lo e pô-lo a seu serviço. A sociedade civil não deve portanto, ser confundida com o povo. O povo pode ser considerado como sendo o conjunto dos cidadãos detentores dos mesmos direitos; a sociedade civil é constituída pelos cidadãos organizados e classificados em relação ao poder dos grupos a que pertencem. O Estado exerce formalmente o seu poder sobre a sociedade civil e o povo. Na realidade, a sociedade civil é a fonte de poder do Estado na medida em que determina os limites e condicionamentos para o exercício do poder.

2.2 CIDADANIA

A cidadania segundo Bresser-Pereira (1998), se expande e se afirma na sociedade conforme os indivíduos adquirem direitos e aumentam sua participação na criação do próprio Direito. Sendo assim, os direitos estão no centro das idéias de Direito, Estado e cidadania. Os direitos que constituem a cidadania são sempre conquistas, resultados de um processo histórico pelo qual indivíduos, grupos e nações lutam por alcançá-los e concretizá-los.

Embora o termo "cidadania" possua uma conotação fortemente jurídica, no decorrer dos últimos anos seu conteúdo semântico passou a ser ampliado, passando a denominar todas aquelas formas de ação que signifiquem o envolvimento dos indivíduos com problemas públicos e sociais. Passou-se a falar, inclusive, de "cidadania ativa" para distinguir esta concepção de cidadania de sua versão meramente jurídica²³. Ao longo deste processo, as formas organizadas de participação social receberam diferentes tratamentos analíticos, seja a partir do conceito de sociedade civil, terceiro setor ou capital social, que vamos analisar doravante.

²³ Vide VIEIRA, Liszt. Notas sobre o conceito de cidadania. BIB, 2001, n. 51, p 35-48.

2.2.1 Sociedade civil

Segundo Bobbio (1987), "a expressão "sociedade civil" é geralmente empregada como um dos termos da grande dicotomia sociedade/Estado."

Para dar uma definição positiva de "sociedade civil" é necessário buscar tudo aquilo que foi desordenadamente empregado pela exigência de limitar o âmbito do Estado. Pode-se dizer que a sociedade civil é o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais têm o dever de resolver através da mediação ou da repressão. (BOBBIO, 1987). Segundo o autor:

Sujeitos desses conflitos e portanto da sociedade civil exatamente enquanto contraposta ao Estado são as classes sociais, ou mais amplamente os grupos, os movimentos, as associações, as organizações que as representam ou se declaram seus representantes; ao lado das organizações de classe, os grupos de interesse, as associações de vários gêneros com fins sociais, e indiretamente políticos, os movimentos de emancipação de grupos étnicos, de defesa dos direitos civis, de libertação da mulher, os movimentos de jovens etc. (BOBBIO, 1987, p. 36)

É na sociedade civil, que se desenvolvem os processos de legitimação, especialmente nos períodos de crise institucional. "A solução de uma grave crise que ameaça a sobrevivência de um sistema político deve ser procurada, na sociedade civil, na qual podem ser encontradas novas fontes de legitimação e portanto novas áreas de consenso." (BOBBIO, 1987, p. 37)

A contraposição entre sociedade civil e Estado reflete uma situação real. Os dois processos - "do Estado que se faz sociedade e da sociedade que se faz Estado estão longe de se concluir e, exatamente por conviverem não obstante a sua contraditoriedade, não são suscetíveis de conclusão." (BOBBIO, 1987, p. 51). Estes dois processos representam bem as duas figuras do cidadão participante e do cidadão protegido, ou seja, "do cidadão que através da participação ativa exige sempre maior proteção do estado e através da exigência de proteção reforça aquele mesmo Estado do qual gostaria de se assenhorear e que ao contrário, acaba por se tornar seu patrão." (BOBBIO, 1987, p. 51) "Sob este aspecto, sociedade e Estado atuam como dois momentos necessários, separados mas contíguos, distintos mas interdependentes, do sistema social em sua complexidade e em sua articulação interna." (BOBBIO, 1987, p.52)

Segundo Gómez (2003, p. 12-13):

A expressão *sociedade civil* foi "redescoberta" com enorme êxito nos anos 80 para se referir, fundamentalmente, aos processos e às estratégias de democratização política desenvolvidas no Leste Europeu e na América Latina por grupos de oposição que, em aberto confronto com o Estado, propunham-se superar as situações de ditadura até então vigentes. A partir de um uso normativo simplificador e dicotômico que opunha a sociedade civil ao estado (...), a expressão não só se revelou altamente eficaz no plano da ação política (...) como se popularizou com notável rapidez, entrando numa dinâmica de transbordamento legitimador para os mais diversos domínios ou âmbitos das relações sociais. Porém uma vez deslanchada a dupla transição econômica e política (...), a complexidade e a profundidade das aceleradas mudanças da realidade econômica e política tornaram essa noção crescentemente problemática tanto do ponto de vista da análise quanto da ação.

Foi a partir da sociedade civil que se difundiu grande parte das transformações políticas. É imprescindível deixar de citar a atuação de movimentos sociais, ONGs e sindicatos em âmbitos diversos que compreendem áreas locais, regionais e até internacionais. Assim como, é fundamental destacar a contribuição de muitos desses atores na "ampliação do debate democrático nas sociedades e na incorporação de uma cidadania participativa em distintas instâncias e assuntos do governo." (GÓMEZ, 2003, p. 13)

Nogueira (2005, p. 59) afirma que: " a sociedade seria cooperativa, parceira: não um campo de lutas ou oposições, mas um espaço de colaboração e de ação construtiva (voluntariado)". Para o autor, a sociedade civil seria um espaço diferente do Estado, "depende bem mais de iniciativa, empreendedorismo, disposição cívica e "ética" do que de perspectiva política, organização política e vínculos estatais". (2005, p. 59)

Para Sell (2003, p. 26), "seja através de sua ação diante do poder público, seja através das suas articulações em forma de fóruns, a sociedade civil é vital para a construção da esfera pública e para a promoção da democracia participativa." Segundo o autor, a contribuição da sociedade civil na promoção da democracia participativa, é muito presente, pois, os atores interagem com o Estado na busca de soluções para os problemas sociais.

A relação das organizações da sociedade civil com as políticas públicas vêm intensificando-se, assumindo múltiplas faces, abordando uma temática central da agenda social e democrática. Na realidade, "a sociedade civil não é um espaço angelical, mas uma arena de conflito, que envolve forças sociais e poderes fáticos." (GÓMEZ, 2003, p. 15)

Segundo Gómez (2003), a sociedade civil na América Latina deseja cumprir com apreço um papel na qualidade e no aprofundamento da democracia, passando em primeiro lugar, pela existência de dinâmicas associativas voluntárias que não se subordinem ao Estado, aos partidos políticos e ao mercado, embora seja inevitável romper todas as relações. É

necessário que esses grupos sejam politicamente ativos, exercendo o poder social na sociedade, na economia capitalista e no Estado, contribuindo para a educação informal pública, o debate político, a participação cidadã e a transparência e responsabilidade do poder político e econômico. Em segundo lugar, as associações voluntárias da sociedade civil só terão um papel decisivo na propagação de valores, instituições e práticas democráticas, se elas enfrentarem dois desafios: por um lado, remodelar suas orientações, padrões organizacionais e funcionamento concreto; por outro lado, construir modelos de desenvolvimento econômico alternativos, buscando mudanças efetivas que atinjam as estruturas de dominação e desigualdade social que atravessam o Estado e a sociedade como um todo.

Segundo o mesmo autor, a globalização pode se tornar uma ferramenta produtiva na abordagem e na análise das transformações que afetam a vida social e a condição humana no mundo contemporâneo.²⁴ As ONGs, aparecem dentro de organizações da sociedade civil, no qual grande parte de sua agenda é internacionalizada, como possibilidade de formulação de compromisso e de tomada de resoluções, as quais, em princípio, interfere em políticas públicas dos Estados nacionais.

Grande parte do trabalho das ONGs ocorre no campo da sociedade civil, no qual a intervenção em relação a políticas públicas muitas vezes está associada com uma dimensão educativa do trabalho desenvolvido por elas. Atuar no âmbito da transformação da consciência social, envolve uma questão essencialmente cultural e de importante atuação para as ONGs. (GÓMEZ, 2003)

O surgimento da sociedade civil brasileira nas palavras de Avritzer (1994, p. 285), está associada a três fenômenos principais:

1º) o surgimento de atores sociais modernos e democráticos; 2º) a recuperação por esses atores da idéia de livre associação na relação estado-sociedade, lado a lado com o questionamento de formas privatistas de relação estado-sociedade; 3º) a constituição de estruturas legais, públicas e políticas capazes de levar à institucionalização dos anseios político-culturais da sociedade civil. O processo pelo qual esses atores surgiram, adquiriram uma nova identidade democrática e passaram a pressionar o Estado e o sistema político a se adaptarem a uma nova concepção acerca da moderna institucionalidade democrática foi um longo processo que certamente não chegou ainda ao final.

²⁴ A globalização não diz respeito apenas à criação de sistemas em grande escala, mas também à transformação de contextos locais e até mesmo pessoais de experiência social. Nossas atividades cotidianas são cada vez mais influenciadas por eventos que acontecem do outro lado do mundo. De modo oposto, hábitos de estilos de vida locais tornam-se globalmente determinantes. (GIDDENS, 1996, p. 13)

Para Gohn (2002, p. 301), "a construção de uma nova concepção de sociedade civil é resultado das lutas sociais empreendidas por movimentos e organizações sociais nas décadas anteriores, que reivindicaram direitos e espaços de participação social". Essa nova concepção ampliou a visão da relação Estado-sociedade, legitimando a existência de um espaço ocupado por uma série de instituições situadas entre o mercado e o Estado, fazendo um papel de mediação entre os indivíduos organizados, papel este desempenhado pelas ONGs e, as instituições do sistema governamental.

Segundo Durão (2003), é preciso abordar o papel das organizações da sociedade civil a partir do enfoque do seu papel na democratização da sociedade e não pela ótica instrumental de atuação na execução de políticas públicas. Sobre essa nova concepção ele afirma:

Se temos como referência principal e ponto de partida a necessidade de fortalecimento da esfera pública, é necessário promover uma nova concepção da relação entre o público e o privado, a qual sobreponha a ética da solidariedade à do privatismo e à do individualismo, as quais são a marca da globalização neoliberal. Esta deve afirmar o primado do público sobre o privado. O interesse público deve ser pensado na ótica da universalização da cidadania, com vista à superação da tradição histórica brasileira de uma cidadania restrita. Neste sentido, devemos reafirmar a centralidade do estado na universalização das políticas públicas. (2003, p. 33)

Todos esses pontos questionam o que é "fim público", o que traz implicações inclusive legais na chamada Lei das OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público)²⁵. A sociedade civil tem poder instituinte, no qual o público vai além do estatal.(Durão, 2003)

Amaral (2003), destaca que em âmbito nacional, a expansão do "terceiro setor" é, em parte, resultado da redemocratização do país, reproduzindo iniciativas da sociedade civil, e da responsabilidade social. "Como todo processo histórico, essas mudanças têm influência externa, especialmente das ONGs e organismos de fomento e cooperações internacionais, mas também é resultado da própria trajetória brasileira." (AMARAL, 2003, p. 34)

A reforma do Estado brasileiro, "precisa recuperar o sistema de representação política e reverter o estado precário de mobilização da sociedade", conforme Amaral, (2003,

²⁵ A Lei nº 9.790/99, que introduziu a figura da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), tem como objetivos estabelecer uma qualificação que responda às formas recentes de atuação das entidades do terceiro setor, incentivar a parceria com o Estado e implementar mecanismos adequados de controle social e responsabilização. A criação da figura da Oscip é uma tentativa, ainda a ser avaliada, de organizar e estimular as relações entre o Estado e o terceiro setor, buscando, inclusive, minimizar o risco de irregularidades e desvios de dinheiro público, com a criação de uma comissão de avaliação de desempenho e a concentração de auditoria independente, quando o valor do projeto exceder um teto determinado. (AMARAL, 2003, p. 54)

p. 36). Segundo o autor, é importante que a sociedade civil ganhe capacidade de mobilização e articulação política para construir-se como espaço público capaz de contrabalançar o poder do Estado.

O aprofundamento da democratização é vital para a reconstrução do Estado. "Assim, a multiplicação dos espaços sociais, a expansão de novas formas de solidariedade, cooperação e participação democrática é que garantirão a convivência no longo período de maturação das reformas". O Estado precisa de transparência, da união da democracia representativa com a participativa, de inovação política e institucional, de participação popular nas decisões e operações estatais e, mais importante, de real responsabilização governamental. (AMARAL, 2003, p. 36)

A introdução de programas direcionados aos grupos pobres atribui-se tanto por recomendações programáticas quanto por pressões reais originadas nos aumentos da pobreza e da desigualdade que acompanharam a crise e os ajustamentos processados. (DRAIBE, 1997) Na década de 80, mesmo contando com programas dirigidos aos grupos pobres, não houve no Brasil uma estratégia deliberada de erradicação da pobreza. Em 1995, já no governo Fernando Henrique, o país iniciou um novo e integrado programa de combate à pobreza, o Programa da Comunidade Solidária, que focaliza em grupos de baixa renda um conjunto de programas sociais, tanto os emergenciais quanto universais e, finalmente, os de geração de emprego e renda. (DRAIBE, 1997)

Em artigo que examina comparativamente as principais tendências de reformas das políticas e de programas sociais das políticas e de programas sociais na América Latina²⁶, Draibe (1997, p. 241) afirma:

Os programas de assistência social dirigidos aos segmentos pobres, em quase todos os países, mostram as seguintes e semelhantes características: apoiam-se desde o início em formas mistas de parceria público/privado; situam-se sob sistemas decisórios fortes e nacionais; não contam com redes de interesses fortes de sustentação, salvo partidos e altas autoridades políticas, dado o potencial clientelista que detêm; tendem a ser operados descentralizadamente e as modalidades predominantes são os municípios, organizações de beneficiários e as ONGs; as transferências de recursos tendem a ser fracas e insuficientes (salvo projetos de fundos sociais) e finalmente, são focalizados, ainda que variam muito os critérios de focalização."

²⁶ Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica e México, foram os países selecionados para uma investigação mais ampla, desenvolvida no âmbito do Projeto Regional de Reformas de Política Pública levado a cabo entre 1991 e 1994 pela Cepal.

O esforço simultâneo e articulado de várias frentes, é fundamental para reverter os problemas sociais brasileiros, no qual o fortalecimento da sociedade civil e a multiplicação de experiências de parceria têm papel decisivo na reinvenção institucional do Estado e da sociedade de bem-estar. (FRANCO, 2000)

Estudos empíricos sobre a dinâmica dos processos sociais e políticos no Brasil, interpretando a visão da questão teórica mais abrangente das relações Estado/Sociedade apresentados por Diniz e Boschi (1977) buscam situar o tema em atores como: Schwartzman que emprega a noção de patrimonialismo; Martins que utiliza a modernização conservadora; e Velho cujo foco central é o capitalismo autoritário:

Segundo Schwartzman, (...) deve-se atribuir importância à formação de um estado patrimonial, cujas características básicas seriam um acentuado grau de autonomia, centralização e, portanto, dotado de uma relativa capacidade antecipatória na absorção e resolução de conflitos sociais.

Tanto em Martins quanto em Velho, a ênfase no papel do Estado parece coincidir com uma visão de que o aspecto da conservação tende a predominar sobre o da renovação. (...). (Apud DINIZ e BOSCHI, 1977, p. 13-15)

Segundo Diniz (1998), a conjugação dos enfoques histórico e conjuntural objetiva romper com as limitações existentes na maioria das análises, buscando alternativamente, repensar a reforma do Estado em conexão com o aperfeiçoamento institucional do país em direção a uma ordem democrática plena.

Nos anos 90 essa tendência neoliberal começa a ser colocada de novo em questionamento e surgem novas propostas de política social, cujo representante máximo talvez pudesse ser identificado na figura de Anthony Giddens (1999). De forma simplificada o que Giddens vai propor é que precisa haver uma sintonia, uma integração entre o Estado e sociedade civil. É na articulação entre o Estado e as forças organizadas da sociedade que se deve ir construindo as políticas sociais. Para o autor:

Estado e sociedade civil deveriam agir em parceria, cada um para facilitar a ação do outro, mas também para controlá-la. O tema da comunidade é fundamental para a nova política, mas não só como *slogan* abstrato. O avanço da globalização torna um foco comunitário tanto necessário quanto possível, por causa da pressão para baixo que exerce. "Comunidade" não implica a tentativa de recapturar formas perdidas de solidariedade local; diz respeito a meios práticos de fomentar a renovação social e material de bairros, pequenas cidades e áreas locais mais amplas. Não há fronteiras permanentes entre governo e sociedade civil. (1999, p. 89-90)

2.2.3 Terceiro Setor

Segundo Montañó (2003, p. 54), "o conceito "terceiro setor"²⁷ se expande recentemente, nas décadas de 80 e 90, a partir supostamente da necessidade de superação da dualidade público/privado e da equiparação público/estatal."

Para o autor, o termo é construído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado como "primeiro setor", o mercado como "segundo setor" e a "sociedade civil" como "terceiro setor". Ele classifica a divisão em neopositivista, estruturista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, desistorizando assim a realidade social. "Como se o "político" pertencesse à esfera estatal, o "econômico" ao âmbito do mercado e o "social" remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista." (MONTAÑO, p. 53)

Desta forma para o autor existe uma falta de rigor teórico e distância ideológica da realidade social em relação ao conceito de "terceiro setor".

Conforme Rico 1998, (Apud Montañó 2003, p. 152):

A empresa cidadã atua nos espaços do mercado e do Estado, propondo-se colaborar com este no que se refere à implementação de políticas e programas sociais. Reconhece a incapacidade atual do Estado em enfrentar sozinho os problemas sociais, mas entende que a responsabilidade pela Gestão de políticas e Programas de erradicação da pobreza é, sem dúvida, sua competência (do Estado). (RICO, 1998, p. 28). Este dilema é resolvido por Rico da seguinte forma: essa dificuldade de investimento em programas sociais que efetivamente enfrentem a miséria e a exclusão social, obriga o Estado a estabelecer parcerias com a sociedade civil. A escassez de recursos faz parte de um cenário que praticamente coloca a responsabilidade civil do cidadão e do empresário como indispensáveis ao enfrentamento da questão social. (RICO, 1998, p.31)

No Brasil, nas palavras de Bresser Pereira (1998), entre a reforma desenvolve-se uma publicização fora do estado, criando as organizações sociais, que recebem transferências de

²⁷ "Terceiro Setor" é uma designação residual e vaga com que se pretende dar conta de um vastíssimo conjunto de organizações sociais que não são nem estatais nem mercantis, ou seja, organizações sociais que, por um lado, sendo privadas, não visam fins lucrativos, e, por outro lado, sendo animadas por objetivos sociais, públicos ou coletivos, não são estatais. Entre tais organizações podem mencionar-se cooperativas, associações mutualistas, associações não lucrativas, organizações não governamentais, organizações quasi-não governamentais, organizações de voluntariado, organizações comunitárias ou de base, etc. as designações vernáculas do "terceiro setor" variam de país para país e as variações, longe de serem meramente terminológicas, refletem histórias e tradições diferentes, diferentes culturas e contextos políticos. (SANTOS, 1999, p. 250)

atividades do próprio Estado. Para isto concebe-se um tipo de propriedade pública não estatal, ou seja, o "terceiro setor".

Segundo Fernandes (1994), além do Estado e do mercado, há um terceiro setor²⁸ que surge no mundo como um terceiro personagem. Defini-se como não governamental e não-lucrativo, sendo organizado, independente e mobiliza as pessoas para ações voluntárias, a ponto de transformar seus modos de agir e pensar. Para o autor essa terceira definição - as associações voluntárias, transformarão as relações entre o Estado e o mercado.

Conforme o autor, as associações voluntárias crescem ao largo das comunidades, definindo-se por algum propósito comum:

Ao incluir as associações no perfil do terceiro setor, obtem-se um cenário incomparavelmente mais diverso e disperso das organizações que proliferam nas "bases" da sociedade. Com efeito, as associações projetam a variedade individualizante para o plano das formas coletivas e reforçam aí o valor das opções individuais. Enfatizam a dimensão voluntária, fruto de decisões estritamente individuais. Implicam, portanto, um pertencimento igualmente responsável por estar ali, já que, em princípio, só está quem quer estar. Nesta medida, as regras de participação nas associações tendem a ser igualitárias. Elas internalizam, em tamanho pequeno, as formas democráticas de governo." (1994, p. 91)

Para Fernandes (1995), a existência e atuação desse setor oferecem um índice para a vitalidade social de valores morais, estéticos e religiosos. Para o autor (1995, p. 33):

Ser não governamental e sem fins lucrativos não implica, claro, estar em outro mundo, alheio às influências do Estado e do mercado, ou imune ao condicionamento social. (...) As instituições do terceiro setor incorporam a necessidade de auto-reprodução e assumem os cacoetes dos órgãos corporativos. Geram um mercado de trabalho específico. Influenciam a legislação em seus mais variados domínios e condicionam orçamentos governamentais, empresariais e individuais. (...) constituem uma esfera institucional distinta, com características derivadas justamente da negação do motivo de lucro e do poder de Estado. (...). Exercitar e promover a adesão voluntária aos valores como fins em si mesmos é a sua razão de ser específica.

Ruth Cardoso reconhece e qualifica esse processo. "Tenho a convicção de que o conceito de "Terceiro Setor" descreve um espaço de participação e experimentação de novos modos de pensar e agir sobre a realidade social. Sua afirmação tem o grande mérito de romper

²⁸ O conceito é amplo com certeza e passível de múltiplas qualificações em sua determinação positiva. Os três setores interpenetram-se e condicionam-se de tal maneira que a definição exata dos limites e motivo de controvérsias e variações no tempo e no espaço. Para aprofundar a discussão sobre este tema ver FERNANDES, Rubem César. **Privado porém Público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

a dicotomia entre público e privado, na qual público era sinônimo de estatal e privado de empresarial. Estamos vendo o surgimento de uma esfera pública não-estatal e de iniciativas privadas com sentido público. Isso enriquece e complexifica a dinâmica social.

O "Terceiro Setor", por sua vez, é um campo marcado por uma irreduzível diversidade de atores e formas de organização. Na década de 80, foram as ONGs que, articulando recursos e experiências na base da sociedade, ganharam visibilidade enquanto novos espaços de participação cidadã. Hoje entende-se que o conceito de "Terceiro Setor" é bem mais abrangente, incluindo as múltiplas experiências de trabalho voluntário, pelas quais cidadãos exprimem sua solidariedade através da doação de tempo, trabalho e talento para causas sociais. Mais recentemente, tem-se observado o fenômeno crescente da filantropia empresarial, pela qual as empresas concretizam sua responsabilidade e compromisso com a melhoria da comunidade."²⁹ (ALVES, 1999)

O "Terceiro Setor" é uma proposta de experimentação social, uma tentativa de trabalho conjunto que pretende reunir instituições muito diversas. "O sucesso desta experimentação não depende somente destes atores, mas também da democratização das instituições que regulam a vida social e da redefinição de seus objetivos em prol da equidade e da justiça social, de uma nova proposta de relação do Estado com a sociedade civil." (ALVES, 1999, p. 10)

No Brasil, segundo Jacobi (2000), o tema das políticas sociais e o das desigualdades sociais devem ser analisados como elementos constitutivos da cidadania de sujeitos sociais coletivos. As transformações político-institucionais e a ampliação de canais de representatividade dos setores organizados para atuarem junto aos órgãos públicos, como conquista dos movimentos organizados da sociedade civil, mostram a potencialidade de construção de sujeitos sociais identificados por objetivos comuns na transformação da gestão da coisa pública, associada à construção de uma nova institucionalidade. Quando se fala de "participação dos cidadãos", deve-se enfatizar que se trata de uma forma de intervenção na vida pública com uma motivação social concreta, que se exerce de forma direta, baseada num certo nível de institucionalização das relações Estado/Sociedade.

Para a transformação qualitativa do Estado é necessário investir em recursos humanos. Para Azevedo e Andrade (1997, p. 69):

É necessário investimento contínuo de médio e longo prazos em recursos humanos que paralelamente à revalorização das profissões do setor público priorize o usuário na prestação dos serviços. Para os mentores desta nova postura a reforma do sistema administrativo exige uma mudança qualitativa do perfil profissional do funcionalismo, especialmente dos seus quadros de nível médio e superior.

2.2.3 Capital Social

Uma nova política social, em vez de procurar remediar as conseqüências assoladoras da lógica da acumulação, se faz indispensável no desenvolvimento sustentável. Nos últimos anos, o conceito de Capital Social vem crescendo, devido à percepção de seus impactos na reformulação das práticas de desenvolvimento. A percepção do ser humano como ator social vem conquistando espaço nas teorias convencionais, buscando trabalhar com apoio mútuo e solidariedade baseado na eficiência social coletiva. (RATTNER, 2003)

A sustentabilidade deve ser construída socialmente, buscando acordos de natureza social e econômica, além de favorecer um conjunto de técnicas sociais capazes de induzir à ação social coordenada e ajudar no desenvolvimento do capital social, criando grupos e associações com o intuito de priorizar as pessoas, envolvendo estrategicamente os atores sociais.

O capital social tem sido identificado como um componente integral do desenvolvimento econômico e social, que qualifica e quantifica as interações sociais de uma sociedade. Ele aparece como uma ferramenta útil para auxiliar a comunidade e governo a resolverem problemas socialmente relevantes.

Putnam (1996), apresenta que o bom desempenho do governo democrático do norte da Itália é devido à presença do capital social, que é expresso nos sistemas horizontais de participação cívica de uma comunidade. Desta forma, quanto mais cívica é a região, mais eficaz será o governo. A apresentação dessa teoria de Putnam é considerada aqui a literatura básica para a discussão sobre o capital social nas atividades desempenhadas pelo Programa Universidade Solidária junto a comunidade. No entanto, para uma análise mais abrangente, buscamos também em outros autores explicações para o tema.

O termo capital social foi definido independentemente por Pierre Bourdieu e por James Coleman nos anos 80, com laços sociais que possibilitam vantagens e oportunidades a

²⁹ CARDOSO, Ruth; “**Fortalecimento da sociedade civil**”. **Terceiro Setor**: desenvolvimento social sustentado. São Paulo, Ed. Paz e Terra; 1997.

indivíduos e comunidade. A análise de Bourdieu focaliza os benefícios que resultam em virtude da participação dos indivíduos em grupos e o papel que a sociedade pode trazer aos indivíduos. O sociólogo francês definiu capital social como "o agregador de recursos, reais ou potenciais, que possibilitavam o pertencimento duradouro a determinados grupos e instituições." (ARAUJO, 2003, p. 25)

Coleman também usou o termo para escrever os recursos dos indivíduos que emergem de seus laços sociais. Para o sociólogo americano, o capital social é criado por indivíduos racionais que atuam livremente para construir o capital social que maximizará suas oportunidades sociais e econômicas. (ARAUJO, 2003). O autor define como fundamental, a confiança entre os indivíduos que fazem parte do mesmo círculo estreito de relações, pois ela reduz os custos das transações entre eles. (PUTNAM, 1996). Para Putnam (1996, p. 181), "a mais importante dessas regras é a reciprocidade." A reciprocidade pode ocorrer quando se troca um favor por outro, ou também quando há uma expectativa generalizada que, ao se fazer um favor, haverá uma retribuição no futuro. Em sociedades nas quais as pessoas acreditam que serão retribuídas, existe maior probabilidade de trocas, de reciprocidade.

Fukuyama (1999, p. 1) usou a seguinte definição para capital social: "é uma norma informal momentânea que promove a cooperação entre dois ou mais indivíduos". Para o autor, as normas que constituem o capital social podem alcançar desde normas de reciprocidade entre dois amigos, como também, formas de doutrinas mais elaboradas e complexas.

Já para Araujo (2003), estamos diante de uma ferramenta que vem despertando um debate acadêmico sério voltado para a experimentação de novas estratégias de desenvolvimento em comunidades carentes. A autora explica que:

Capital social não é um instrumento que opera solitariamente. Reflete uma maneira integrada de agir e de interagir que tem na confiança e na cooperação as moedas da boa sociedade. Não é substituto de nada, assim como não supõe que o mercado possa ser o substituto do estado. (ARAUJO, 2003, p. 57)

O capital social será tanto mais forte quanto mais permitir a ampliação do círculo de relações sociais em que vivem aqueles que participam de sua construção.

O conceito de capital social, ganhou notoriedade a partir do livro de Robert Putnam, intitulado - Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna, publicado em 1993. É o resultado de uma pesquisa multidisciplinar de vinte anos, iniciada em 1970, e que visou

acompanhar o processo de implantação pioneira da descentralização administrativa da Itália, "Essa medida de descentralização se deu no âmbito de uma ampla discussão mundial em torno dos fracassos dos governos centralizados, da necessidade de valorizar o poder local, fortalecer as comunidades, promover o desenvolvimento sustentado." (ARAUJO, 2003, p. 12)

Ao examinar especificamente o desempenho institucional, Putnam "busca compreender a diferença de desempenho institucional recorrendo a outras variáveis e acaba por valorizar sobretudo a cultura cívica, o civismo, a cultura política, as tradições republicanas, em suma, fatores importantes para a existência de capital social." (ARAUJO, 2003, p. 14)

Araujo ressalta que, para Putnam, a cultura cívica podia atuar positivamente sobre as instituições. "A cultura cívica, associada à confiança interpessoal, traduz-se em um recurso fundamental de poder para os indivíduos e para as sociedades, em um capital - capital social - cujos benefícios são comuns a todo o grupo ou a toda a sociedade." (ARAUJO, 2003, p. 15). A autora afirma que:

Uma sociedade cuja cultura pratica e valoriza a confiança interpessoal é mais propícia a produzir o bem comum, a prosperar. A cooperação voluntária, assentada na confiança, por sua vez, só é possível em sociedades que convivem com regras de reciprocidade e com sistemas de participação cívica. Em sociedades que tenham capital social, que, a exemplo de outras formas de capital, é produtivo e possibilita a realização de certos objetivos que sem ele seriam inatingíveis. "O capital social facilita a cooperação espontânea" e minimiza os custos de transação. (ARAÚJO, 2003, p. 17)

Conforme Araujo (2003), os sistemas de participação cívica remetem à atuação em vários tipos de associações, voluntárias ou não, que representam uma gama de possibilidades de cooperações em que cada um tem grau de propriedade e de importância relativamente igual e que promovem regras de reciprocidade, melhoram a informação, redimensionam a confiança e possibilitam futuras colaborações. "Confiar e usufruir das vantagens de confiar produz mais confiança." (id. p. 19)

A cultura cívica, a confiança, reciprocidade, são a chave do sucesso para o desenvolvimento e para a democracia. Para Putnam (1996), apesar do fator temporal, é possível mudar hábitos e dinâmicas sociais de forma a produzir capital social.

Segundo Reis (2003), a pesquisa sobre a política italiana realizada durante duas décadas por Putnam revela porque afinal, as instituições políticas das diversas províncias

italianas apresentam entre si desigualdades no desempenho, mesmo tendo instituições políticas idênticas.

O estudo da experiência regional italiana contribui com evidências empíricas assinaladas por Putnam (1996, p. 24):

Tomando as instituições como variável independente, investigamos empiricamente como a mudança institucional influencia a identidade, o poder e a estratégia dos atores políticos. Depois, tomando as instituições como variável dependente, examinamos como o desempenho institucional é condicionado pela história.

Para esse autor, o desempenho prático das instituições, é moldado pelo contexto social em que elas atuam. "Assim como um indivíduo pode definir e defender seus interesses diferentemente em diferentes contextos institucionais, também uma instituição formal pode atuar diferentemente em diferentes contextos." (1996, p. 24)

Putnam busca a explicação para diferenciais de desempenho de instituições idênticas em contextos sociais distintos, conforme afirma Reis (2003). Para explicar a correlação encontrada, recorre à noção de "capital social e produz a conjectura de que seria a confiança interpessoal o mecanismo por excelência pelo qual o capital social produziria seus efeitos sobre o desempenho institucional." (id., p. 39)

Reis (2003), em seu artigo sobre Capital Social e Confiança, destaca de um lado, o círculo virtuoso democrático, no qual a existência de laços de confiança mútua reforça os mecanismos de cooperação entre os habitantes e favorece o desempenho das instituições políticas. De outro lado, na ausência de formas espontâneas de cooperação, a ordem impõe-se no chamado círculo vicioso autoritário. As instituições, subordinadas à vontade dos poderosos funcionam precariamente, gerando um grau de incerteza entre os atores quanto ao futuro. O mau desempenho institucional reafirma e reforça, assim, os traços de desconfiança mútua.

Segundo documento do Conselho da Comunidade Solidária (2000), virtudes cívicas como solidariedade, reciprocidade, confiança e cooperação para o benefício mútuo são velhas noções que ganham novo valor e significado. Não há comunidade na qual recursos entendidos como capital social não estejam presentes. O desafio para os responsáveis das políticas públicas consiste em articular a oferta de programas e serviços públicos com a identificação e mobilização deste capital social local, de modo que os destinatários e beneficiários participem da implementação das ações propostas.

Putnam (1996), e sua equipe, ao estudarem por vinte anos as diferenças regionais da Itália, perceberam que as regiões com maior índice de capital social (que eles denominaram de "regiões cívicas") eram as que promoviam o crescimento econômico, ao contrário das regiões com menos associações e mais hierarquia política. Uma das explicações é que as regiões cívicas deixam as instituições públicas eficazes, justamente porque aumenta a comunicação entre cidadãos, fortalece o consenso sobre decisões comunitárias, consolida organizações sociais e a economia local, gera cooperação voluntária. A confiança gera ação comunitária.

Estudos sobre capital social como os de Robert Putnam (1996), demonstram que a existência de laços e conexões entre os cidadãos, não são apenas a pedra de toque do associativismo cidadão como também tornam as pessoas mais solidárias, honestas e saudáveis, tolerantes da diversidade, sensíveis às necessidades dos mais frágeis, mais capazes de transformar problemas privados em questões públicas. Segundo Putnam (1996, p. 177):

A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. O capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.

Na esteira do influente trabalho de Putnam (Melo, 1999, p. 82), "várias análises enxergaram estoques importantes de capital social nas comunidades de baixa renda". No entanto, muito pouco discutiu-se "sobre a efetividade das políticas públicas".

Amartya Sen (2000), afirma que o desenvolvimento de um país pode ser compreendido como a expansão das liberdades que as pessoas possuem. Liberdade de escolha, de realização que, obviamente se aproxima do grau de confiança que cada cidadão possui em relação à sua sociedade. Mas as liberdades, segundo o autor, dependem de condições sociais, por exemplo, educação e saúde, e políticas como por exemplo a liberdade de participar de associações e fiscalizações públicas. Finaliza sugerindo que o exercício da liberdade sustenta-se por valores que, por sua vez, são influenciados por discussões públicas e relações sociais, fundadas na liberdade de participação.

Refletir sobre a realidade brasileira, de uma forma a perceber suas contradições e problemáticas torna-se um grande desafio, contribuindo para a construção da cidadania. A conquista da cidadania revela-se nas relações sociais, e, estabelecer uma analogia entre a ação de diferentes setores organizados da sociedade, abriu espaço para analisar diferentes

categorias, que visam os mesmos fins, ou seja, buscam melhores condições de qualidade de vida, para populações atingidas pela privação.

Esta investigação iniciou-se a partir da temática da reforma do Estado, no entanto, outras questões foram surgindo e sendo incorporadas ao contexto, pois numa postura dialética concretiza-se a totalidade na medida em que consegue-se destacar as relações da globalidade. A abordagem dos temas sociedade civil, terceiro setor e capital social foram determinantes, pois permeiam esta reflexão.

À sociedade civil cabe o papel de organizar-se para que o Estado seja competente, e, nesse sentido, é fundamental a necessidade de uma cidadania que determine a qualidade do Estado. O terceiro setor, vem sendo objeto de debate, especialmente quanto ao seu papel num contexto de mudanças das relações Estado/sociedade. Podemos estabelecer que a interação do terceiro setor com o Estado, acontece em três situações principais: prestação de serviços, pressão política sobre o Estado, e apoio, com sugestões e exemplos alternativos de ação. O capital social tem como característica peculiar, o fato de estar valorizando mais explicitamente as relações entre as várias institucionalidades. Na análise de Putnam:

... tanto reciprocidade/confiança quanto dependência/exploração podem manter unida a sociedade, mas com diferentes níveis de eficiência e desempenho institucional. Uma vez inseridos num desses dois contextos, os atores racionais têm motivos para agir conforme suas regras. A história determina qual desses dois equilíbrios estáveis irá caracterizar uma dada sociedade. (1996, p. 188)

A confiança é um elemento básico do capital social. Segundo Putnam (1996, p. 180): "A confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança."

Para finalizar, sociedade civil, terceiro setor e capital social não serão considerados nesta pesquisa como termos antitéticos. Sem negar suas diferenças, também são óbvias suas semelhanças. De qualquer forma, o conceito privilegiado será o de "capital social", por entendermos que o mesmo consegue relacionar melhor a variável organização comunitária e desempenho institucional. Isto não exclui a sociedade civil ou o terceiro setor. Reformulando a linguagem de Putnam, isto significa: quanto maior a densidade da sociedade civil ou do terceiro setor, melhor o desempenho das ações governativas e sociais.

CAPÍTULO III

REPRESENTAÇÃO DOS ACADÊMICOS SOBRE O UNISOL

O objetivo deste capítulo é apresentar a representação dos acadêmicos no Programa Universidade Solidária (UNISOL), Projeto Unisol-Xingó, identificando os avanços conseguidos e buscando realizar uma análise dos resultados encontrados.

3.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

No decurso de nossas análises, utilizamos como referência a teoria das representações sociais.

A teoria das representações sociais operacionaliza um conceito para trabalhar com o pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade. Parte da premissa de que existem formas diferentes de conhecer e de se comunicar: a consensual e a científica, cada uma gerando seu próprio universo. O universo consensual se constitui na conversão informal, na vida cotidiana, enquanto o universo reificado se cristaliza no espaço científico, com suas normas de linguagem e sua hierarquia interna. Ambas, apesar de terem diferentes propósitos, são eficazes e indispensáveis para a vida humana (ARRUDA, 2002).

Na teoria de Moscovici (Guareschi; Jovchelovitch, 2000), a representação social refere-se ao posicionamento e localização da consciência subjetiva nos espaços sociais, com o sentido de constituir percepções por parte dos indivíduos. Nesse contexto, as representações de um objeto social passam por um processo de formação entendido como um encadeamento de fenômenos interativos, fruto dos processos sociais no cotidiano do mundo moderno.

São as intervenções sociais, que de diversas formas geram as representações sociais. Assim, Jovchelovitch (2000, p. 81) confirma que:

As representações sociais são uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente. Nesse sentido, elas são um espaço potencial de fabricação comum, onde cada sujeito vai além de sua própria individualidade para entrar em domínio diferente, ainda que fundamentalmente relacionado: o domínio da vida em comum, o espaço público.

A teoria das representações sociais está hoje no centro de um debate interdisciplinar sobre a relação das construções simbólicas com a realidade social num mundo que aparece permeado de sinais onde os meios de comunicação de massa influenciam culturalmente, ela se dispõe a investigar de que forma os sujeitos sociais se apropriam dessa realidade social, como dão sentido a ela e, finalmente, por que decidem pela sua transformação. A grande questão com que nos deparamos hoje é: como explicar as imagens, símbolos e representações que circulam e dão forma aos saberes que uma sociedade desenvolve, sobre aquilo que ela teme ou deseja questionando como esses saberes são atravessados pelas relações de poder e dominação. Segundo Jovchelovitch (2000, p. 64 - 65):

As rupturas que a TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS propõe recolocam nos espaços constitutivos da teoria e do método em PSICOLOGIA SOCIAL um lugar para o mundo social e seus imperativos, sem perder de vista a capacidade criativa e transformadora de sujeitos sociais. (...) a TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS se articula tanto com a vida coletiva de uma sociedade, como com os processos de construção simbólica, nos quais sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, entendê-lo e nele encontrar o seu lugar, através de uma identidade social. Isso significa deixar claro como as representações sociais, enquanto fenômeno psicossocial, estão necessariamente radicadas no espaço público e nos processos através dos quais o ser humano desenvolve uma identidade, cria símbolos e se abre para a diversidade de um mundo de Outros.

A teoria das representações sociais sustenta a tese de que uma representação de mundo, constituída por um sistema de crenças e valores, e que não é apenas individual, mas também social, regula, justifica e fundamenta as razões para o fazer e o agir das pessoas. A função das representações sociais encontra-se alinhada com o princípio de fazer com que se tornem familiares categorias que são para nós desconhecidas. Tal processo, denominado por Moscovici de *ancoragem*, ocorre quando relacionamos algum fenômeno que nos é estranho com outro que nos é mais próximo. (GUARESCHI, JOVCHELOVITCH, 2000)

A representação social é uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo o objetivo prático e servindo à construção de uma realidade comum a um conjunto social.

3.2 ANÁLISE DOS DADOS QUANTITATIVOS

O objetivo da análise quantitativa é apresentar e interpretar, de forma estatística, os dados coletados na pesquisa empírica. Faz-se a apresentação dos dados coletados através da aplicação de 7 questões fechadas que foram direcionadas à 8 acadêmicos³⁰ da UNIVALI integrantes da equipe UNISOL. O resultado será demonstrado através de tabelas e gráficos.

Os métodos de pesquisa seguem procedimentos sistemáticos para cada tipo de investigação, com o intuito de fazer a descrição e explicação de fenômenos.

O método quantitativo segundo Richardson (1999, p. 70), "caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto das modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas...". Amplamente utilizado, representa "a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação," possibilitando, uma margem de segurança quanto às conclusões.

Quanto à amostra escolhida para objeto de pesquisa, utiliza-se a não probabilística intencional, na qual o pesquisador está interessado na opinião de determinados elementos da população, por exemplo, líderes da comunidade. Pode-se constatar isso nos dizeres de Marconi e Lakatos (2002, p. 52):

O pesquisador não dirige, portanto, à "massa", isto é, a elementos representativos da população em geral, mas àqueles que, segundo seu entender, pela função desempenhada, cargo ocupado, prestígio social, exercem as funções de líderes de opinião na comunidade. Pressupõe que estas pessoas, por palavras, atos ou atuações, têm a propriedade de influenciar a opinião dos demais.

No momento, para esta explicação são privilegiadas as abordagens que se centram nas argumentações dos acadêmicos. Trata-se portanto de um conhecimento real, que de várias maneiras, está presente no dia-a-dia dos entrevistados, no debate de seus grandes problemas e questões. É nesse sentido que entendemos o papel da atividade acadêmica, objetivando atingir uma mudança na realidade social, mediante o atendimento das carências sociais e a criação de um ambiente que favoreça o desenvolvimento sustentável.

³⁰ A equipe Unisol era composta por 10 acadêmicos, mas apenas 8 fazem parte da amostra.

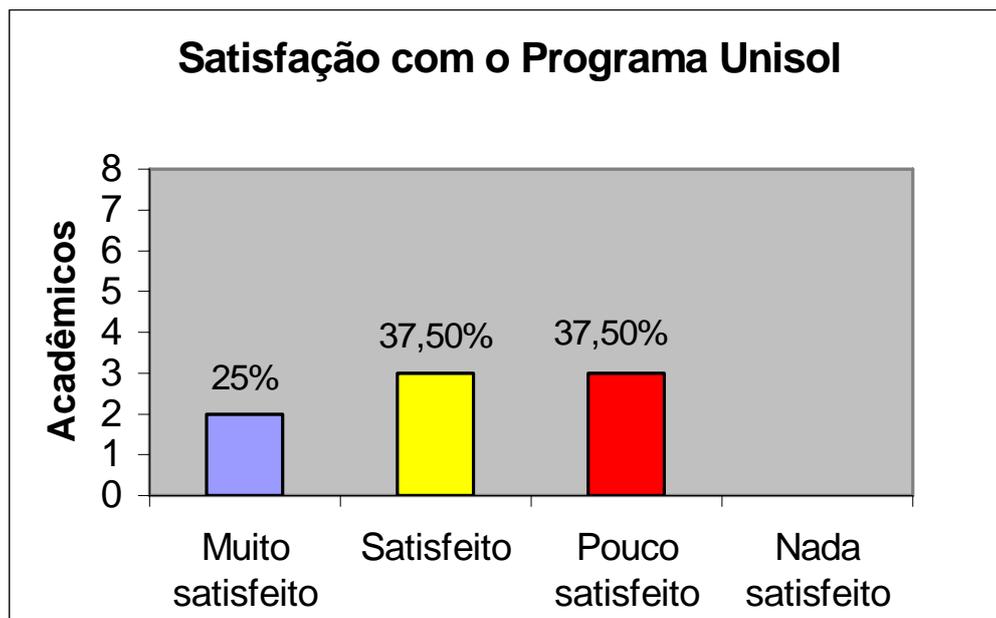
Inicialmente procura-se fazer uma abordagem quanto ao grau de satisfação dos acadêmicos, em relação a sua participação no programa UNISOL. Os números apontam que:

TABELA 6: SATISFAÇÃO COM O PROGRAMA UNISOL

CATEGORIA	NÚMERO	PERCENTUAL
Muito satisfeito	02	25%
Satisfeito	03	37.50%
Pouco satisfeito	03	37.50%
Nada satisfeito	-	-
TOTAL	08	100%

FONTE: A autora

GRÁFICO 3



Pode-se perceber que os acadêmicos alcançaram um grau de satisfação variado. 25% disseram-se muito satisfeitos, 37.50% satisfeitos e 37.50% pouco satisfeitos. Todos os participantes declararam o nível de satisfação, em relação às diferentes atividades exercidas por eles.

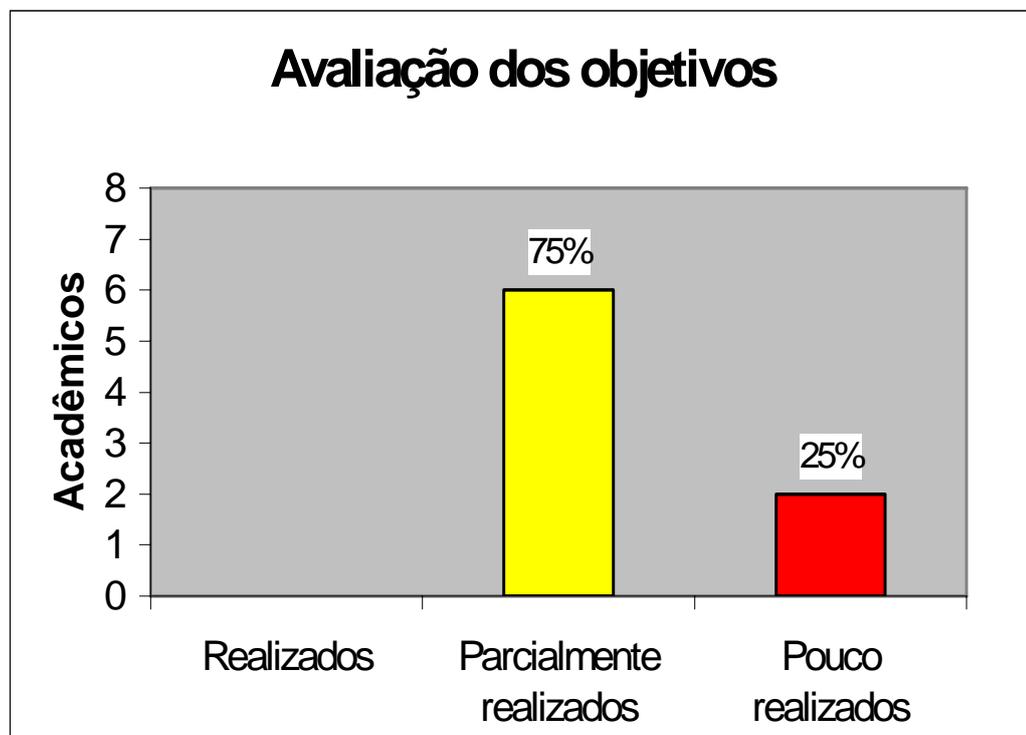
Pergunta-se também aos acadêmicos, sobre sua avaliação quanto ao cumprimento dos objetivos propostos no Programa UNISOL neste ano de 2004. O entrevistados expressaram as seguintes opiniões:

TABELA 7: AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS

CATEGORIAS	NÚMEROS	PERCENTUAL
Realizados	-	-
Parcialmente realizados	06	75%
Pouco realizados	02	25%
TOTAL	08	100%

FONTE: A autora

GRÁFICO 4



Sobre o cumprimento dos objetivos, percebe-se que nenhum dos acadêmicos acentuou que eles foram plenamente realizados. 25% declararam que poucos foram realizados. Porém a grande maioria, ou seja, 75% dos entrevistados disseram que os objetivos foram parcialmente realizados. Podemos definir com isso, que as atividades desenvolvidas pela equipe foram na sua maioria implementadas. Embora algumas com mais sucesso que outras.

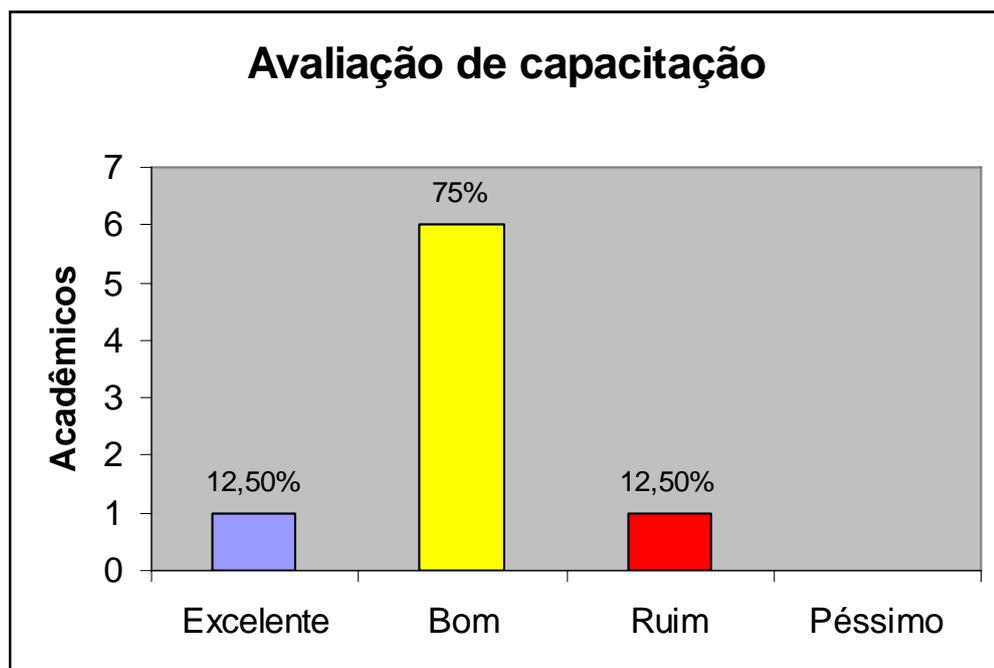
Outra questão apresentada, relaciona-se a preparação/capacitação do grupo UNISOL. Os entrevistados se posicionaram da seguinte forma:

TABELA 8: AVALIAÇÃO DA CAPACITAÇÃO

CATEGORIAS	NÚMEROS	PERCENTUAL
Excelente	01	12.50%
Bom	06	75%
Ruim	01	12.50%
Péssimo	-	
TOTAL	08	100%

FONTE: A autora

GRÁFICO 5



Pode-se perceber que a grande maioria dos acadêmicos, sentiu-se preparada para participar do programa UNISOL. A capacitação do grupo foi realizada durante 2 semanas, envolvendo atividades diversas, procurando uma maior integração entre a equipe.

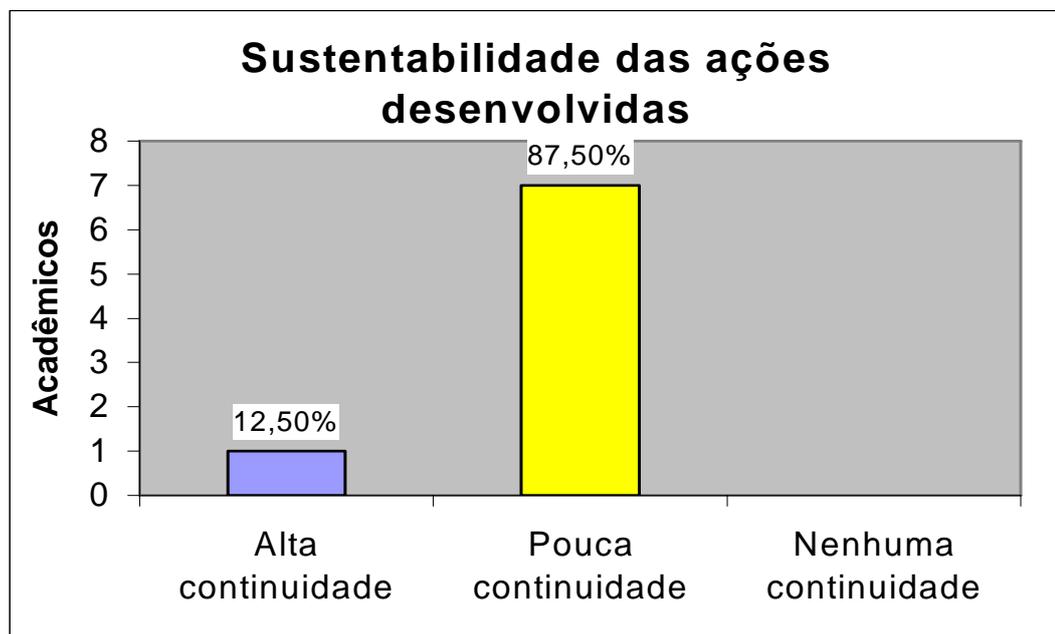
Em relação à sustentabilidade das ações desenvolvidas em Belém de São Francisco pela equipe do Programa UNISOL, obtivemos os seguintes dados:

TABELA 9: SUSTENTABILIDADE DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS

CATEGORIAS	NÚMEROS	PERCENTUAL
Alta continuidade	01	12.5%
Pouca continuidade	07	87.5%
Nenhuma continuidade	-	-
TOTAL	08	100%

FONTE: A autora

GRÁFICO 6



Observa-se que a maioria dos entrevistados, ou seja, 87,50% dos acadêmicos reconhece pouca continuidade na sustentabilidade das ações desenvolvidas. A partir de nossas observações pessoais, podemos justificar isso, em razão da comunidade apresentar uma certa acomodação em dar continuidade às atividades desenvolvidas, depois que o grupo deixa a cidade. As pessoas se envolvem bastante enquanto os trabalhos estão sendo realizados em parceria com a equipe UNISOL, porém quando termina o período de permanência na cidade, ocorre um acentuado desinteresse por parte da comunidade em dar prosseguimento nas ações. Contudo, temos exemplos de associações que foram implementadas e que continuam funcionando até hoje, fundamentando, assim, a afirmação de alta continuidade da sustentabilidade das ações, declarada por um membro da equipe.

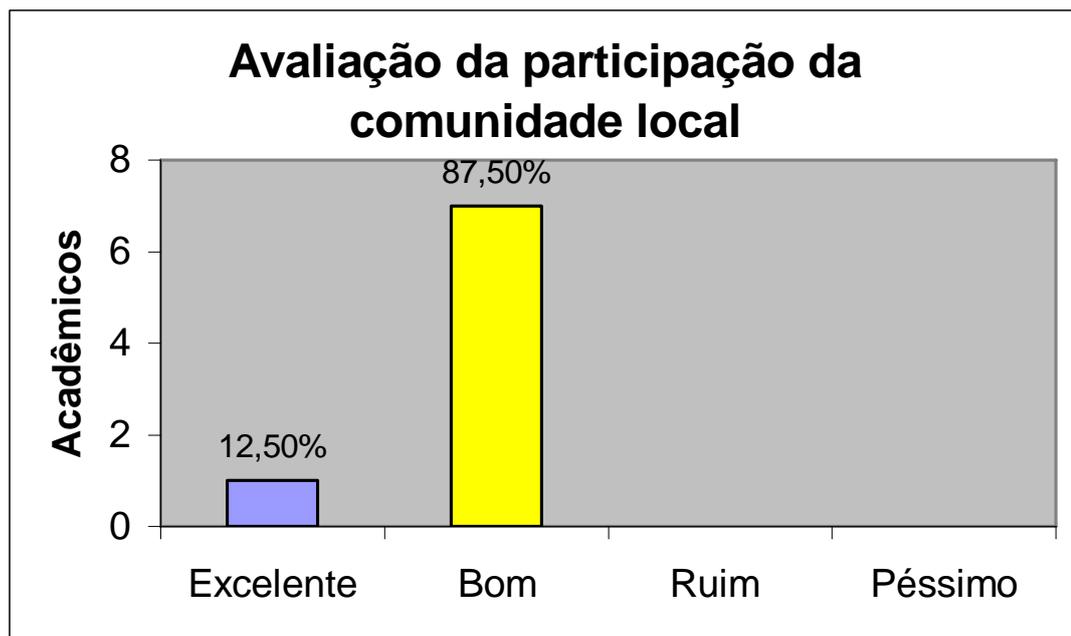
O envolvimento, assim como a participação da comunidade local (população) nas atividades desenvolvidas, também foi avaliada pelos acadêmicos como pode-se observar abaixo:

TABELA 10: AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL

CATEGORIAS	NÚMEROS	PERCENTUAL
Excelente	01	12.5%
Bom	07	87.5%
Ruim	-	-
Péssimo	-	-
TOTAL	08	100%

FONTE: A autora

GRÁFICO 7



O envolvimento da comunidade de Belém de São Francisco, apresenta uma participação efetiva. Durante os 21 dias, período de estadia da cidade, existiu um envolvimento muito bom por parte da comunidade. As pessoas procuraram realmente se inteirar nos projetos, participando das palestras, oficinas, reuniões e até das brincadeiras que são realizadas com as crianças. A maior dificuldade encontrada, foi a questão da

pontualidade. A comunidade é bem flexível quanto aos horários, o que algumas vezes prejudicou o andamento dos trabalhos.

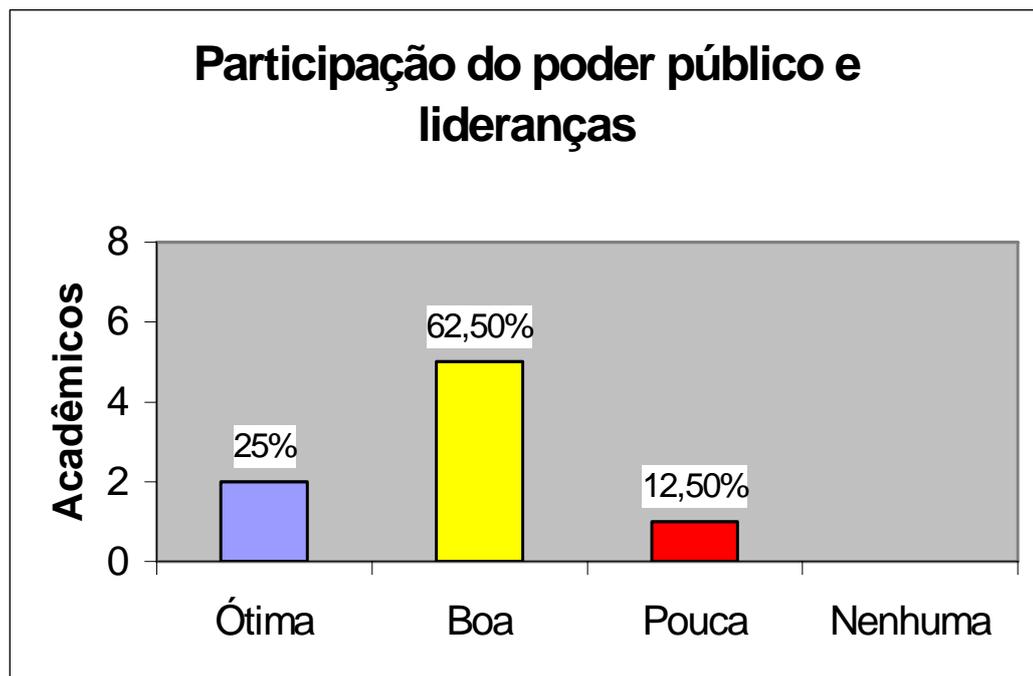
Outro questionamento indagava a participação do poder público e lideranças locais junto ao programa UNISOL. A análise dos entrevistados apresenta os seguintes dados:

TABELA 11: PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO E LIDERANÇAS LOCAIS

CATEGORIAS	NÚMEROS	PERCENTUAL
Ótima	02	25%
Boa	05	62.50%
Pouca	01	12.50%
Nenhuma	-	-
TOTAL	08	100%

FONTE: A autora

GRÁFICO 8



Pode-se verificar através dos resultados que há uma boa participação por parte do poder público e das lideranças locais, apresentando um percentual de 62.50%. Dois acadêmicos revelaram uma ótima participação, ou seja, 25%. E, apenas um entrevistado (12.5%) declarou pouca participação em relação ao programa.

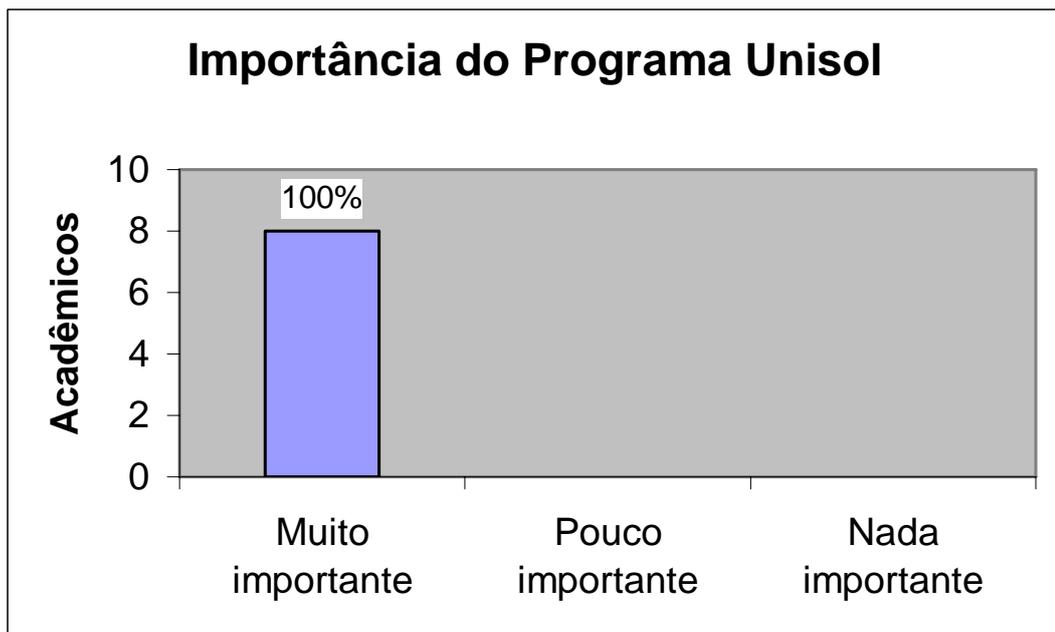
A última questão procurou saber qual o grau de importância do Programa UNISOL para o acadêmico. Vejamos qual a opinião dos entrevistados:

TABELA 12: IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA UNISOL

CATEGORIAS	NÚMEROS	PERCENTUAL
Muito importante	08	100%
Pouco importante	-	-
Nada importante	-	-
TOTAL	08	100%

FONTE: A autora

GRÁFICO 9



Neste item podemos observar que todos os entrevistados (100%) destacaram a importância do Programa UNISOL. A contribuição para a vida acadêmica, é evidenciada na relação de troca de conhecimentos junto à comunidade. A reciprocidade entre a equipe UNISOL e a própria comunidade foi muito grande. Troca-se muito conhecimento. A experiência é muito marcante e gratificante. As transformações realizadas durante os 21 dias, comprovam que é possível fazer mudanças que trazem benefícios na vida do acadêmico e também para a comunidade local.

As dimensões consideradas não são estáticas, podendo receber influência de uma série de fatores. A formação da percepção dos integrantes da equipe, é também influenciada por acontecimentos específicos, considerados importantes, que acabam marcando por meio das situações o que se passa em determinada área. Medir os impactos de um projeto em tão pouco espaço de tempo, pode eventualmente, trazer declarações que podem ser distorcidas. Parte das dificuldades deste acompanhamento se deve a aspectos geográficos, especialmente à distância entre as localidades e à dificuldade de acesso.

Dentre os desafios e dificuldades do programa, evidencia-se como principal, a insuficiência de empenho por parte da comunidade local, ocasionando conseqüentemente a falta de continuidade nos projetos implantados e iniciados pelo UNISOL. Apesar da falta de conexão dessas questões com as atividades do programa, muitos são os pontos positivos do UNISOL em Belém de São Francisco, que revelam aspectos inovadores na sua concepção e na sua operacionalização.

Os resultados obtidos até agora mostram que pequenos projetos podem constituir uma solução viável e importante para o desenvolvimento sustentável da população. Dessa forma, a comunidade é beneficiada: as crianças e os jovens buscam possibilidades promissoras para inserção na sociedade, a cultura local se fortalece e as pessoas não envolvidas diretamente com as atividades são estimuladas porque as trocas internas são intensificadas.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS QUALITATIVOS

Neste momento apresenta-se a análise dos dados qualitativos, resultantes das entrevistas gravadas, interpretando as declarações dos acadêmicos que compõem a pesquisa. Por estar integrada à equipe, e ter acompanhado de perto as atividades, ou seja, como observador participante, se está sujeito a intensificar a objetividade das informações, e tornar-se como observador, um membro do grupo de modo a vivenciar o que eles vivenciam.

A observação participante conforme Marconi e Lakatos (2002, p. 90), "consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais dele."

A pesquisa qualitativa segundo Richardson (1999, p. 90) "pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados..." Conforme o autor (1999, p. 79), "o método qualitativo difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas."

Para a coleta de dados, utilizamos a entrevista como instrumento de investigação. A entrevista segundo Marconi e Lakatos (2002, p. 92), "é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social."

A escolha de questões semi-estruturadas para todos os envolvidos na pesquisa, forneceu informações relevantes para o processo de avaliação de impacto. Com esses dados pretendemos fundamentar a percepção dos alunos sobre os benefícios ou impactos do Programa UNISOL em Belém de São Francisco.

Para a interpretação dos dados coletados, emprega-se a técnica denominada de "análise de conteúdo". Entre as várias definições, menciona-se a seguinte:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN³¹, apud RICHARDSON, 1999, p. 223)

Para análise das entrevistas só serão utilizados trechos significativos para nossas reflexões. Os depoimentos dos acadêmicos foram fundamentais e trazem evidências sobre suas potencialidades e limitações. Esta dimensão caracteriza o enfoque dado às questões, constituindo-se num elemento importante para análise dos resultados das ações. Os mesmos procedimentos elencados aqui ampliam-se aos dados de professores e comunidade, objetos do próximo capítulo.

³¹ BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

Na primeira questão, foi perguntado aos acadêmicos entrevistados quais eram os objetivos do Unisol. Vejamos algumas respostas significativas:

***Entrevistado 1:** "Tem vários objetivos, mas dentre o maior deles deve ser provavelmente o da Unisol, que é a Universidade Solidária, a gente passar um pouquinho da nossa experiência, do nosso conhecimento às pessoas, digamos não mais carentes, mas mais necessitadas, que era o lugar onde foi, foi no nordeste, acho que é isso o objetivo, ser solidário."*

Entre os objetivos destacados observa-se que certos alunos tem uma visão mais assistencialista. Declaram que o objetivo é ser solidário e, levar às pessoas mais carentes e necessitadas, um pouco do conhecimento e da experiência adquirida na universidade. Inclusive quando se chega à cidade, a comunidade pergunta: - Ah! O que vocês trouxeram para nós dessa vez? Segundo Sposati (1995), assistencialismo é a prática que organiza e presta assistência a membros carentes ou necessitados de uma comunidade, em detrimento de uma política que os tire da condição de necessitados. É uma ajuda para minimizar temporariamente a miséria social de seus usuários. Não se preocupa com a eliminação dos problemas nem a sua redução de forma a beneficiar o capital social.

Contudo, é necessário reconhecer que a postura manifesta dos envolvidos não deixou de corresponder a um processo de aprendizado entre as iniciativas dirigidas, proporcionando o estabelecimento de relações de reciprocidade entre as partes envolvidas, ou seja, entre a comunidade e os acadêmicos. Assim, o processo de aprendizagem é mútuo, de troca de valores e saberes, e a aprendizagem resultante é engajada, na medida em que é gerada a partir da reflexão consciente sobre a realidade local.

***Entrevistado 4:** "(...) os objetivos principais são: ir a campo nas comunidades carentes principalmente no nordeste (...) ir de encontro a atividades que tornem a comunidade mais auto sustentável e mais capaz para resolver seus problemas, para resolver problemas econômicos, sociais, de saúde, todas as áreas que o programa possa abranger de uma forma independente, não criar ainda mais dependência de outros organismos externos (...) então o objetivo realmente é esse a meu ver, criar ações, fazer essas ações com as pessoas através de treinamento, através de dinâmica e das técnicas mais variadas, de geração de renda, de passar o conhecimento mesmo (...)"*

Pode-se constatar na idéia acima, que os objetivos estão relacionados em transmitir a comunidade, através da promoção de ações das experiências acumuladas dentro da academia, o reconhecimento de um campo de interesses comuns e da viabilidade e importância de uma ação conjunta, respondendo assim, de forma positiva e participativa, sob uma expectativa de desenvolvimento sustentável em que é possível contemplar aspectos econômicos, sociais, ambientais, da saúde, como parte de um processo de resgate e promoção da dignidade humana. Podemos perceber aqui, uma contradição, ou seja, ao contrário da visão assistencialista anteriormente destacada, encontramos uma comunidade com autonomia e sustentabilidade, confirmando uma visão dualista no grupo.

A proposta acima, surge do Comunidade Solidária através de um novo programa chamado de Comunidade Ativa em 1999, com o objetivo de estimular o desenvolvimento sustentável em cidades pequenas do interior do País por meio de políticas de microcrédito. A idéia é investir em atividades que criem renda, desenvolvimento social e postos de trabalho, dentro do que realmente a cidade necessita. Assim teoricamente, substituindo aos poucos as políticas assistencialistas do Comunidade Solidária por ações do Comunidade Ativa. (SCHOLZ, 2002)

***Entrevistado 6:** "(...) primeiro integrar o acadêmico, dar a ele a realidade, a noção do país, de certo modo do nordeste em especial e a outra era fazer com que se desenvolvesse essas regiões. (...) os objetivos da Unisol são muito mais voltados aos acadêmicos, a dar a eles uma realidade contextualizada, dentro dos problemas sociais do país e o fator de desenvolvimento da região é uma parcela muito pequena de contribuição dos acadêmicos, mais vale a realidade, o choque que se deparam, para depois eles atuarem mais solidariamente nas suas profissões e nas regiões de onde vieram, de onde são de origem."*

Além do conhecimento, pode-se verificar também em outra idéia que mais se destacou, o objetivo voltado ao mundo acadêmico, a grande contribuição para a vida, para a formação do acadêmico. Os estudantes passam a conhecer uma realidade diferente, de problemas sociais, desenvolvendo atividades integradas à sua formação. Outro aspecto que merece reflexão é o fato do projeto Unisol-Xingó ocorrer numa região marcada pela pobreza e mergulhada num cenário de baixo nível de desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, o projeto pode contemplar intervenções nas atividades produtivas da comunidade, na medida

em que inserir um componente voltado para a geração de emprego e renda, que possibilite a melhoria da qualidade de vida das comunidades por meio do desenvolvimento sustentável.

Na segunda questão os acadêmicos entrevistados relataram o que foi alcançado, quais as metas que foram cumpridas em Belém de São Francisco. A tendência dos alunos foi relatar as atividades que desenvolveram, como mostram os depoimentos:

Entrevistado 3: "Dentro de nossas ações nós conseguimos cumprir no meu entender, que era levar informações sobre saúde bucal, principalmente sobre a doença cárie, a doença periodontal de fazer com que as pessoas entendessem que a escovação é a coisa mais importante na odontologia, ou seja, saber escovar bem os seus dentes, eliminar o máximo a placa bacteriana é o primeiro passo, o começo de tudo, o fato mais importante para não ocasionar estas doenças principais, que são a doença cárie e a doença periodontal."

FOTO 3: INFORMAÇÕES SOBRE SAÚDE BUCAL



FONTE: Arquivo da autora

Entrevistado 4: "(...) acho que a gente conseguiu cumprir os objetivos, que era implantar práticas de projetos pedagógicos que não existiam entre os professores municipais (...)"

Entrevistado 8: "Nosso objetivo foi trabalhar com jovens (foto 4) e dar um alternativa a mais como geração de renda e dinâmicas sobre a questão ambiental. (...) trabalhar com oficinas de reciclagem. (...) E trabalhamos com mães (foto 5) também, posto de saúde, foi muito legal porque teve interesse por parte delas. (...)"

FOTO 4: TRABALHO COM JOVENS



FONTE: Arquivo da autora 21/01/04

FOTO 5: TRABALHO COM GRUPO DE MÃES



FONTE: Arquivo da autora 27/01/04

Entrevistado 6: "Bom, em Belém de São Francisco vejo que há uma grande deficiência por parte do próprio planejamento das atividades. São atividades que a gente tenta fugir do assistencialismo, mas fica difícil porque são planejadas a curto tempo, que tem que logo apresentar resultados. (...) com relação a organização comunitária, faltou um pouco de preparo, melhor organização, melhor sistematização, mas acho que a gente conseguiu pelo menos avançar em muito pouco, com relação ao Fórum DLIS, o desenvolvimento sustentável local na região de Belém de São Francisco, a gente muito rapidamente passou por eles e certo modo discutiu a necessidade da constituição desses fóruns, fóruns temáticos de discussão, tentamos ainda formar uma ONG para que possa captar recursos para o município e desenvolver, embora repito que com muito pouco tempo, com muito poucos recursos e com muito pouco preparo, são todas críticas que possivelmente possam ser agregadas ao Unisol para ser repensado o trabalho, que seja mais sustentável."

FOTO 6: REUNIÃO PARA REVITALIZAÇÃO DO FÓRUM DLIS



FONTE: Arquivo da autora 28/01/04

Inicialmente é preciso explicar que a equipe foi dividida em grupos, os quais abrangeram as áreas da saúde, educação, associativismo, comunicação, trabalho com jovens, atividades com os idosos. Dentro desse processo os acadêmicos relataram as ações que foram efetivadas na área que estavam atuando, ou seja, levar informações sobre saúde bucal,

trabalhar esta questão com os idosos, integrar os diversos grupos de jovens ao fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS. Alguns fatores foram fundamentais para o desenvolvimento, como o trabalho com oficinas de reciclagem, dando uma alternativa a mais como geração de renda e dinâmicas sobre a questão ambiental. Para que as propostas avancem na direção da qualidade, foram implantadas práticas de projetos pedagógicos com os professores da rede municipal, e oficina com computadores conectados à Internet envolvendo crianças e adolescentes. Trabalhar com o associativismo e também cooperativismo com o objetivo de gerar renda, tentar fazer com que as pessoas de alguma forma conseguissem aumentar sua renda, a criação de associações, também resultam em avanços significativos: a Associação Solidária de Pais e Amigos de Pessoas com Necessidades Excepcionais, a Associação Belemita dos Agricultores, a Associação Belemita dos Artistas, e outras associações de moradores. A criação de associações é sempre sugerida por todas as frentes do programa, como uma forma de facilitar a atuação da própria categoria. Entre os resultados da iniciativa, merecem destaque também a revitalização do fórum DLIS, e a organização comunitária. Nesse sentido, pode-se analisar através dos depoimentos as realizações e frustrações dos acadêmicos, pois mesmo encontrando respostas positivas na comunidade, isso não significa que não existam problemas e resistências. Cabe destacar aqui que os acadêmicos, de forma geral, avaliam as atividades de maneira isolada, não refletem sobre o programa como um todo.

Na terceira questão, os entrevistados relataram o que acreditam que não foi cumprido durante o período em que estiveram em Belém de São Francisco. Na análise da trajetória das atividades desenvolvidas na cidade, são facilmente encontradas manifestações de alunos sobre as dificuldades na realização cotidiana do trabalho tendo em vista a preparação "teórica" que receberam e as diferenças entre a "realidade" encontrada.

***Entrevistado 4:** "A primeira que me vem a cabeça e que foi bem marcante, foi a horta comunitária, lá com o pessoal do IPA - Instituto Pernambucano de Pesquisa Agropecuária (...). O chefe do IPA disse que tinha um laboratório lá todo equipado para fazer umas análises de cebolas para fazer o trabalho que eles desenvolvem há quase 25 anos. (...) e que esse laboratório estava a disposição durante todo o mês que a gente estava lá, e que ele precisava de um estagiário da área de biotecnologia e eu fiquei muito triste por saber que a gente tinha no grupo uma pessoa da área de biotecnologia, (...) mas ela não teve conhecimento de que poderia estar desenvolvendo isso. (...)*

então, eu acho que mais uma vez se deveria ter-se preparado melhor (...)"

Entrevistado 5: *"(...) Quando o Unisol chega na cidade, os projetos que a gente tenta colocar em prática na cidade, tem tudo para dar certo, mas alcançar isso é complicado, (...) Então, quer dizer é aquela coisa, tu começa o trabalho, aí quando tu voltas, seis meses depois tu tens que (...) ver o que é que aconteceu. Recapitular, remendar, curto período para fazer isso tudo (...) Um dos objetivos do Unisol, que os trabalhos tenham continuidade, mas só que sem Unisol eles não tem continuidade, sem, a comunidade não consegue."*

Entrevistado 6: *"(...) Acho que o grande déficit dessa equipe, quer dizer, dessa vez, foi com os conselhos municipais, pensando na questão do controle social dos conselhos municipais na participação e inclusão da sociedade civil na discussão de políticas públicas através dos conselhos. (...) e lá há uma necessidade, uma carência muito grande nesse sentido, tentamos trabalhar os conselhos, mas não foi o suficiente, acho que ali devia ser melhor discutido este tipo de projeto."*

Observa-se que parte dos acadêmicos relacionam as diversas tarefas não cumpridas nas áreas trabalhadas à falta de preparação. As críticas estão voltadas para a questão da saúde, horta comunitária, conselhos municipais e falta de continuidade por parte da comunidade. Nesse sentido, é fundamental criar condições favoráveis para o surgimento de conselhos setoriais estratégicos, a fim de que a população efetivamente exerça o controle social sobre os recursos e serviços públicos. Além disso, os alunos ressaltam também dificuldades internas. Este clima favorecia a intolerância, mas não anulava os movimentos de tentativa de transformar a realidade e conquistar novos quadros. A integração tem um papel extremamente importante na melhoria da qualidade dos serviços prestados pela equipe e das relações sociais, humanas e interpessoais, além de contribuir para o aperfeiçoamento continuado de seus integrantes. A falta de união e integração, também foram apontadas como aspectos que prejudicaram o desenvolvimento de algumas atividades. Foi acentuado inclusive a presença dos norte-americanos, pertencentes do MIT - Massachusetts Institute of Technology (Instituto de Tecnologia de Massachusetts). É importante salientar que esta parceria entre o UNISOL e o instituto norte-americano foi uma experiência inovadora, e também desafiadora. Muitas vezes, a construção de um projeto inovador envolve um longo e árduo processo, permeado de mudanças, recuos e descontinuidades.

Entrevistado 8: "(...) o grande erro ou grande pecado que esse projeto em Belém de São Francisco teve foi a falta de união do grupo. (...) A gente foi preparado de uma determinada forma e vem um outro grupo, caiu de pára-quedas. (...) Em vez de acolher, a gente já foi com uma idéia meio distorcida desse grupo que ia chegar. Nada estava claro. E até a gente estava perdido nas ações que a gente ia fazer, nas atividades. (...) Acho que teve um mal preparo também nosso. (...) Faltou parar e ver o que pode ser melhorado. É uma coisa assim, ficou muito a Deus dar, a gente sentiu muita interferência desse grupo que veio. (...)"

Entrevistado 1: "Realmente conseguir atingir as áreas rurais que naquele momento estavam mais necessitadas, a chuva na verdade não deixou a gente ir de carro as áreas rurais, o acesso não foi permitido (...)"

Conforme Brandão (1997, p. 53), "a atividade formadora deve levar as pessoas a se ultrapassarem a si mesmas, saberem vencer dificuldades, habituarem-se a superar obstáculos de estudo e descoberta. Este é o grande sentido da formação: despertar a potencialidade dos jovens, de forma que se sintam encorajados a crescer intelectual e eticamente."

Para o autor, é preciso haver no ensino universitário uma boa dose de ensino prático, dinâmico, motivador para valorizar a aprendizagem teórica e fazer a interligação entre o embasamento teórico com embasamento nos fatos decorrentes. "É preciso valorizar as realizações universitárias que levam a abrir o horizonte cultural do jovem, de modo que, no decorrer da intensa atividade relacionada com o estudo de suas disciplinas curriculares, se possam criar espaços diversificados de participação em atividades artísticas e humanísticas." (BRANDÃO, 1997, p. 25)

Outro aspecto levantado como empecilho foi o fator climático. O excesso de chuvas, impossibilitou que vários trabalhos fossem realizados. A distância entre as localidades é de difícil acesso, e com as chuvas o problema se tornou maior. Assim como os acadêmicos não puderam atingir seus propósitos, também a comunidade não pode por muitas vezes chegar até os locais onde estavam acontecendo reuniões, palestras e outras atividades. É o que mostra a foto 7.

FOTO 7: EXCESSO DE CHUVAS



FONTE: Arquivo da autora 14/01/04

Na quarta questão foi pedido aos entrevistados quais as falhas que eles conseguiram identificar. Os relatos apontam falhas diversificadas, oscilando muito de um acadêmico para outro. Fica claro que não há um consenso entre os entrevistados, sobre uma falha específica. Enquanto um acadêmico aponta um fator como responsável pelas falhas, outros percebem deficiências em outros setores, surgem problemas paralelos. Nesse sentido, os acadêmicos enfrentam vários obstáculos para conquistar seus objetivos. Contudo, cada entrevistado apontou duas ou mais dificuldades, que podem ser observadas a seguir:

Entrevistado 8: *"Faltou em primeiro lugar a união do grupo. Segundo lugar, foi a falta de preparação nossa, como oficinairos, o que nós vamos propor? Eles querem isso? Então na viagem precursora que o coordenador fez, a grande crítica que eu faço é o seguinte: ele foi, conversou com a comunidade, mas ele tem que manter um diálogo, uma rede com esses grupos que já estão trabalhando lá. Chegar nesse grupo de mães e falar: o que vocês querem que eu traga. E a partir daí voltar e falar para a gente, o que a gente pode estar trabalhando lá.(...) E em cima disso já começar elaborar o projeto. Pensando em custo, benefício, ou seja, já levar alguma coisa."*

Entrevistado 6: *"Com relação aos conselhos municipais faltou um melhor preparo da própria equipe que foi da Unisol e faltou articular melhor com as pessoas, com os líderes comunitários, com os*

conselheiros e as falhas que houve também no processo de construção do Fórum DLIS, foi com relação ao tempo, (...) não houve uma conscientização para a necessidade do Fórum, (...) o que faltou realmente, foi uma melhor capacitação, uma melhor discussão do tema, rever as necessidades do grupo se era isso mesmo que eles gostariam e coisas desse tipo."

A falta de preparação foi enfatizada pelos acadêmicos, como também, a falta de informações, que ocasionaram um mal aproveitamento. A viagem precursora³² é muito importante, pois nela o coordenador faz uma avaliação das demandas existentes no município, identifica pessoas "chave" da comunidade para dar continuidade às ações, e principalmente transmitir essas informações para os acadêmicos, para juntos planejarem as estratégias de trabalho. Outro aspecto destacado, é quanto à falta de articulação com os líderes comunitários para que realmente houvesse uma maior conscientização, principalmente em relação ao fórum DLIS, verificando as condições que possibilitam que esse tipo de política pública se tornasse um instrumento de intervenção para reduzir os crescentes patamares de desemprego, agregando políticas de geração de renda, incentivando a organização comunitária.

Entrevistado 1: *"Bom, acho que no dia em que a gente chegou estava um pouco mal organizado, não sei se foi por causa da época política (...), a gente não sabia se ficava no alojamento, (...) estava aquela confusão, a gente chegou cansado, aquele calor infernal, todo mundo morto de sede, morto de fome, morto de cansado e não sabia onde ficar (...) acho que deveria ser mais organizado, (...) foi muito triste, nós cansados e ainda tendo que limpar toda aquela sujeira, para poder se alojar,(...)"*

Entrevistado 4: *"(...) acho que houve um descompasso muito grande que a meu ver poderia ter sido resolvido se tivesse um melhor treinamento, (...) o que me deixou muito triste foi saber que dentro desse grupo que a gente formou aqui, todo mundo tinha muito potencial e se foi explorado até 15 ou 20 por cento, foi muito na minha opinião, então as pessoas que foram, tinham potencial sim, mas, foram sub utilizadas."*

³² O trabalho propriamente dito inicia-se com a Viagem Precursora. O coordenador de equipe agenda uma visita ao município selecionado para fazer os primeiros contatos com as lideranças locais e com a comunidade, visando conhecer a realidade e identificar as demandas para a adequação da proposta de trabalho aprovada pela Coordenação. Nessa visita, o coordenador de equipe, junto com a Prefeitura, determina o local em que o grupo será hospedado, o tipo de transporte a ser utilizado pelo grupo no município, o espaço físico para a execução das atividades e conhece os veículos de comunicação existentes, de forma a facilitar a divulgação das atividades. (UNISOL. **Guia de referência para ações do Unisol**. Módulo Nacional. Mimeo)

A questão da organização também foi levantada, na qual acadêmicos relatam as situações que mais os impressionaram. Depois de horas de viagem, já tomados pelo cansaço, chegaram a cidade e ainda não havia um lugar definido para hospedagem. Depois de algum tempo, contornada essa situação, foi preciso criar condições mínimas de subsistência, pois o lugar estava inadequado para uso. Outro aspecto acentuado foi o mal aproveitamento do potencial que os acadêmicos tinham. Essa falha foi atribuída à falta de um melhor treinamento.

Entrevistado 5: "(...) falta de continuidade. Essa é a maior, e a que mais prejudica os trabalhos. O tempo mesmo, três semanas é pouco. (...) fazer alguma coisa acontecer de verdade, para deixar marcas na comunidade, para beneficiar essa comunidade, três semanas é pouco e, dozes semanas até hoje [somando as quatro intervenções], (...) eu não culpo nem o Unisol. Doze semanas é pouco tempo para você fazer alguma coisa acontecer numa comunidade atrasada décadas, eles não vivem no ano de 2004, eles vivem no máximo década de 80. (...)”

Outro aspecto relacionado, foi a falta de continuidade das ações. Isso ocorre pela limitação de tempo, pois os trabalhos são efetuados apenas durante três semanas, isso multiplicado por dois, pois são realizadas duas viagens por ano. Esse período é muito restringido, como pode-se observar no relato acima. Para atuações mais efetivas na comunidade, é imprescindível um trabalho ininterrupto. A fase atual do projeto implica acompanhamento constante do trabalho para que a articulação entre as diferentes esferas continue se efetivando.

A quinta questão direcionada aos acadêmicos, pede que eles deixem sugestões em relação ao programa. Dentro deste contexto surgem as mais variadas propostas, no sentido de condicionar as ações para alcançar melhores resultados. Este importante ponto de discussão apresenta um conjunto de questões para a reflexão que certamente irá contribuir para um público amplo refletir e renovar seus interesses por este tema. Cabe destacar, que após a apresentação da síntese do pensamento de cada acadêmico, há sempre uma breve análise complementar que pode servir ao leitor interessado em aprofundar as questões tratadas.

Entrevistado 8: "(...) Pegar pessoas que já estejam envolvidas em algum projeto social, em algum programa de extensão, que já está

trabalhando. (...) Tem que ter uma experiência de campo, tem que ter uma realidade, tem que ter uma visão de mundo. (...) Tudo bem, foi feita a seleção das pessoas, foram feitas as entrevistas, a partir daí o que nós vamos fazer. O coordenador como encarregado vai propor reuniões mensais, pelo menos um ano, e vão todo mês elaborar um bom projeto para ir a campo. Isso significa o que? Estudo, preparação e a viagem precursora é o início desse projeto. (...)"

Entrevistado 7: *"Avaliação primeiramente. (...) E eu acho que a seleção podia ser diferente. A seleção não deveria ser só porque a gente participa ou porque a gente faz uma entrevista, acho que tem que ser pelas notas da faculdade, tem que ver o que tu tá fazendo na faculdade, tem que ser uma seleção mais profunda. Para ver a capacidade da pessoa."*

Entrevistado 2: *"(...) na verdade você conhece muito pouco as pessoas e nesse sentido você acaba comprometendo os trabalhos do grupo, então eu já começo a ver por aí a maior crítica que faço com relação as formas da inscrição e as formas de escolher o aluno para trabalhar, (...) tirar o pensamento adestrado de atividades assistencialista, (...) e outra coisa a Unisol nacional tem programas com instituições que ajudam ela, (...) Ter claro, instituições que façam parceria sim, mas a partir do momento que a instituição for solicitada para tal aí tudo bem, mas não uma coisa imposta."*

Os entrevistados sugeriram um trabalho mais complexo em relação à seleção dos candidatos. O protagonismo dos diferentes atores envolvidos em relação ao projeto certamente será o responsável pela continuidade do mesmo. Assim, a perspectiva de efetividade de um projeto como esse e o seu impacto dependem, em grande medida, da disposição real e objetiva de dar tratamento adequado ao problema. Como dinâmica, um serviço integrado e multidisciplinar, as ações desenvolvidas pelos alunos requerem um comprometimento maior. Afinal, nesta perspectiva, constitui uma expectativa do programa. A fragilidade do programa não está na esfera das intenções pessoais, mas na ausência de mecanismos institucionais, que efetivamente garantam a possibilidade de envolvimento de todos os interessados e apropriação dos resultados pela comunidade como um todo.

Entrevistado 6: *"De que as equipes futuras da Unisol estivessem mais engajadas com a questão social, engajadas no sentido da co-responsabilidade, de que existem patrocinadores e que existe uma equipe da Unisol pagando para que os alunos estejam lá e que os alunos estejam comprometidos realmente com o trabalho, com o desenvolvimento local, sustentável daqueles municípios para que não*

seja uma atividade assistencialista de pouco envolvimento, de pouco compromisso e que dê logo benefícios a uma população, que sejam realmente trabalhos de resgates à consciência da cidadania, trabalhos de resgate à consciência dos direitos, que seja um trabalho que promova a capacitação, a instrumentalização da sociedade local de Belém de São Francisco (...)"

O investimento na capacitação e na valorização dos acadêmicos, é outra característica importante. Entrevistados relataram que se houvesse mais informações, ainda no período que antecede à viagem, ou seja, na capacitação, os resultados poderiam ser mais efetivos. Trata-se de atividades que contribuam para que os alunos construam uma consciência coletiva, baseada na troca de experiências, auto-ajuda e fortalecimento dos laços de solidariedade.

Segundo o Guia de referências para ações da Unisol (2003, p. 13), "o sucesso do trabalho a ser desenvolvido no município depende do processo de seleção e capacitação dos universitários que compõem a equipe. Um grupo coeso, bem treinado e bem selecionado é a garantia de um bom trabalho."

Entrevistado 5: *"É difícil falar, (...) mas eu vejo que o trabalho de saúde já está saturado, (...) Deixa a sexualidade um pouco de lado na realidade, vamos trabalhar com as doenças, (...) noções básicas de higiene, porque é cultural a falta de higiene deles, mas a cidade tem objetivos turísticos. (...) Então, como é que eles querem se transformar num pólo turístico se eles não tem condições de atender aos turistas? (...)"*

Outro aspecto que foi sugerido, questiona os trabalhos. O entrevistado declara que o desenvolvimento das atividades deva ser direcionado às ações específicas em tempo determinado. A reduzida quantidade de água disponível na região, o pequeno poder aquisitivo da população, a dificuldade nos transportes, enfim, a falta de infra-estrutura implicam dificuldades adicionais. Assim, partindo de informações sobre a realidade local e do resgate histórico da comunidade, tal metodologia deveria sistematizar os resultados dos trabalhos, pautado no conhecimento dos recursos locais, considerando tais recursos sob o enfoque da sustentabilidade.

A sexta questão traz relatos dos entrevistados destacando a importância, os benefícios desta ação para a comunidade local. Trata-se de responder eficientemente ao conjunto dos problemas sociais existentes.

Entrevistado 2: "(...) O que eu vejo de interessante sobre os benefícios, primeiro a questão cultural, eles querem mostrar que são nordestinos parece que é uma questão de orgulho. (...) você tem a questão da integração do grupo. (...) outra questão é a cidadania como já falei, e outra questão é de apenas falar palavras amigas ou de mostrar coisas que é possível se fazer de sustentação, dar para eles uma questão de que dá para fazer esse projeto (...)"

Entrevistado 5: "(...) Nós temos uma cultura diferente, hábitos diferentes, uma forma diferente de enxergar o mundo, de encarar a vida. A gente tenta levar isso um pouco para eles. (...) os trabalho podem parar, mas alguma semente é jogada. Mas eu acho que um dos maiores benefícios é levar algum conhecimento para eles, não importa em que área (...) E sem contar o carinho que se leva, a atenção, porque é um povo carente demais (...)"

Entrevistado 8: "Vou citar o exemplo dos jovens. (...) Eu vou levar a reciclagem, mas será que eles vão aceitar, será que eles querem isso. Eu não parei para pensar, e ainda bem que eles aceitaram, deu certo e vamos multiplicar isso nas escolas. Então assim, vamos supor de 20 pessoas que eu trabalhei, eu sei que 2 vão levar adiante o trabalho, e para mim já valeu a pena."

Em um país de tamanho continental, marcado por diferenças regionais tão acentuadas, tanto físicas, como produtivas e socioculturais, é compreensível que os indivíduos e famílias pobres apresentem características diversas, conforme a sua região e seu local de residência urbano ou rural. (ROCHA, 2003)

Constata-se nos relatos acima, diversificadas respostas que traduzem a percepção dos acadêmicos, salientando como predominantes questões culturais, integração do grupo, cidadania, conhecimento, enfim oferecer algo mais que proporcione a comunidade uma benfeitoria. Na visão dos alunos a cultura nordestina revela diferenciações extremas, mas relevantes para o desenvolvimento do capital humano. Geertz (1978), conceitua cultura como: "Um sistema de concepções socialmente herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida." Porém, a preocupação com o desenvolvimento local não se

limita a estas questões. Em relação aos jovens o projeto optou por uma linha de trabalho que objetiva somar benefícios sociais aos ecológicos, visando equacionar duas questões hoje prioritárias em nossa sociedade: a questão ambiental e a geração de trabalho e renda para segmentos sociais excluídos. As ações desenvolvidas pelo UNISOL, ainda apresentam poucos progressos, mas de alguma maneira a comunidade sempre acaba se beneficiando.

***Entrevistado 6:** "Ainda pela Unisol eu vejo muito pouco benefício, muito poucas ações que realmente tragam a transformação, o desenvolvimento para o município. Por isso que digo que são dois objetivos da Unisol, mas muito mais voltado a transformação do acadêmico do que da própria comunidade, porque precisam ser projetos mais concretos, projetos mais pensados, mais planejados, projetos que dêem uma continuidade. E trabalhar com comunidade, não se trabalha em um mês, em vinte e um dias, em seis meses ou um ano, são projetos a longo prazo e com longos financiamentos (...)"*

Outro aspecto destacado, demonstra que para haver benefícios na comunidade é preciso rever as formas de trabalho para que haja uma transformação concreta. Intervenções de curto prazo, que atacam apenas pontualmente os problemas são dificuldades encontradas ao longo de seu desenvolvimento. O fato é que objetivos como os de geração de emprego e renda e implantação de projetos não se concretizarão no curto prazo. A atenção quanto aos resultados das ações, levando em conta o período de tempo empenhado nos projetos, constitui um elemento importante no desenho e na gestão de políticas sociais. Outro aspecto fundamental dessa visão é a importância atribuída a continuidade. As preocupações estão voltadas para populações vulnerabilizadas, pouco mobilizadas para uma ação coletiva, com pouca informação e acesso precário aos bens e serviços sociais. Procurando responder a demandas que vão desde a problemática cultural até a econômica, é primordial estabelecer parcerias.

Na sétima questão, os acadêmicos relatam o desempenho do grupo, ou seja, sua articulação e coesão como equipe e como conjunto, ou ainda a integração dos indivíduos enquanto comunidade de trabalho. Aqui os jovens relatam as dificuldades e aprendizados de trabalhar em conjunto.

***Entrevistado 2:** "O desempenho do grupo foi interessante (...) não é aquela concepção de união, mas saímos integrados, (...) e depois teve*

o pessoal do MIT, os americanos, que nem eram todos americanos, tinham várias pessoas de vários países (...) na verdade o grupo foi meio que quebrado, (...) partiu em dois, aqueles que gostavam de conversar com os americanos e aqueles que odiavam este contato (...) é normal (...). Mas, houve muitas intrigas que acabaram atrapalhando o grupo nesse sentido (...) de modo geral faltou integração (...)"(grifo meu)

Entrevistado 3: *"(...) acredito que teve um **desempenho muito bom** porque tivemos problemas desde a nossa chegada, trabalhamos com muitas adversidades, logo na chegada não tínhamos onde ficar realmente, não estava definido adequadamente o nosso local e também tivemos o advento da chuva que nos prejudicou muito, (...) o grupo de Boston foi uma experiência nova (...) três pessoas no nosso grupo tiveram que fazer este intercâmbio de informação na língua inglesa, e também o que nos prejudicou um pouco foram (...) as reuniões diárias sempre se desenvolviam primeiro em português e depois era tudo traduzido para o inglês (...)" (grifo meu)*

As falas acima, revelam uma visão positiva da integração das pessoas no grupo. O trabalho de tradução foi muito importante, pois garantiu o entendimento e a possibilidade de integração entre as duas equipes, proporcionando uma aproximação com a comunidade. Mas, para outros a equipe enfrenta muitas dificuldades para encontrar coesão interna. Os fatores apontados como responsáveis pelas dificuldades foram os seguintes:

Entrevistado 5: *"(...) não houve união do grupo em janeiro, criou-se amizade, mas não se criou companheirismo, não se criou cumplicidade, (...) a equipe que veio do MIT, eu acredito muito que prejudicou, não vou culpar eles, os participantes, o que aconteceu, pessoas diferentes com uma visão de mundo completamente diferente do que a nossa também. Nós já não temos muita noção da realidade do nordeste, quem dirá eles, (...) eles eram pessoas bem isoladas e as pessoas do grupo que tentaram se aproximar deles, acabaram se afastando dos brasileiros então, e também eles não somaram nada ao projeto, não fizeram nada de importante lá dentro da cidade, não fizeram nada de importante para o Unisol. (...)"*

Entrevistado 6: *"Desta equipe, vejo que a gente teve bastante problemas com relação a essa integração do pessoal do MIT e da Unisol, mas de modo geral foi bastante baixo o rendimento da equipe, foi bastante baixo porque tivemos os problemas com as condições climáticas que também não ajudaram, (...) mas, tudo isso devido ao tempo que a Universidade Solidária disponibiliza para os alunos e por não ser um trabalho contínuo, (...) vejo que o rendimento do*

grupo poderia ser melhor, quando melhor instrumentalizados, melhor capacitados (...)"

Entrevistado 8: *"(...) eu fui preparada para uma outra coisa, eu me fechei e não consegui interagir com os americanos. (...) E do grupo faltou união, a base começou muito mal (...) O desempenho do grupo eu acho que foi baixíssimo..."*

Conforme destacado acima, os acadêmicos apontaram um baixo desempenho, combinado a fatores como: falta de preparação, novamente a falta de união do grupo, problemas de integração com o pessoal do MIT, problemas com as condições climáticas, falta de capacitação, curto período de estadia na cidade e falta de continuidade. Além desses aspectos, existem as dificuldades impostas pelo tamanho da equipe, que também foram preponderantes no processo.

Embora ainda distante do nível de engajamento desejável, com os resultados já alcançados na comunidade, é possível definir metas, responsabilidades e métodos, de forma a possibilitar o controle e o acompanhamento da utilização dos recursos humanos disponíveis para a obtenção de melhores resultados.

A oitava questão foi direcionada ao desempenho do coordenador. Os acadêmicos entrevistados foram indagados quanto a capacidade de liderança do coordenador e avaliaram o resultado de seu trabalho. Pode-se constatar aspectos positivos e negativos nos depoimentos dos acadêmicos:

Entrevistado 3: *"Ele desde o começo se mostrou muito solícito em demonstrar os aspectos de Belém de São Francisco, em passar para gente o que é o Unisol, então, na verdade ele desempenhou sua função, a gente teve alguns acontecimentos na cidade de Belém de São Francisco, mas acredito que convivendo com o grupo e com ele, acredito que ele teve um pouco de dificuldades com o pessoal de Boston, (...) acredito que ele se desenvolveu bem, porque ele teve as adversidades e teve que lidar com elas."*

Entrevistado 2: *"(...) ele teve um grande problema, (...) acabou perdendo dinheiro, não que foi culpa dele, obvio, (...) isso foi um desgaste muito grande, (...) então houve um desgaste mental em relação a isso, outra coisa que acabou atrapalhando foi a chuva que impossibilitou muitas vezes o nosso trabalho e até o trabalho de coordenador (...), acalmar pelo menos o grupo, porque o grupo foi*

dividido, tem que deixar isso bem claro, aqueles que gostavam do pessoal dos EUA e aqueles que não gostavam do pessoal do EUA (...) ele tentou fazer esse meio campo (...)"

Entrevistado 4: *"(...) no nível pessoal, de caráter, de integridade, de ideologia a meu ver são brilhantes, tem muito a contribuir, tem muito a incentivar os outros, mas do ponto de vista profissional deixa um pouco a desejar, porque eu acho que não se pode confundir ideologia e sonho e vontade de mudar, vontade de lutar pelas pessoas menos favorecidas, de dar voz a essas pessoas (...) eu acho que tudo isso é brilhante, mas, (...) precisa ter profissionalismo e precisa-se saber aplicar esse conhecimento à vida real e não ficar só no nível da discussão filosófica e do intelectualismo forjado (...)"*

Entrevistado 8: *"(...) acho que faltou um posicionamento talvez até um pouco mais rígido da coordenação. Vários pontos positivos eu também tenho para falar do coordenador, que é a flexibilidade, a adaptação, é uma pessoa que: vamos fazer acontecer. (...) Mas a maior crítica que eu faço à ele é construtiva, é a questão da viagem precursora. (...) Acho que ele fez muito bem, mas o maior pecado foi na falta de rigidez e não ter passado informações essenciais da viagem precursora, que é fundamental."*

A partir dessas considerações, é possível confirmar que o coordenador consegue reunir muitas qualidades a nível pessoal, manifestadas por todos os acadêmicos. Seu desempenho porém foi abalado por fatores alheios à sua vontade, confrontando-o com inúmeras adversidades, questionadas pelos acadêmicos. Entre os vários depoimentos os entrevistados censuram o desempenho do coordenador, acentuando dois aspectos principais como: a falta de maior rigor e a falta de profissionalismo.

Para podermos entender melhor essas afirmações, destacam-se a seguir as responsabilidades do coordenador da equipe UNISOL, segundo o Guia de referência para ações da Unisol (2003, p. 7):

- Agendar a Viagem Precursora com a Prefeitura;
- Reunir-se com as diversas lideranças locais, a fim de colher informações quantitativas e qualitativas sobre o município, para adequação da Proposta de trabalho às demandas da comunidade;
- Definir, com a Prefeitura, local da hospedagem, transporte interno e espaços para as atividades;
- Coordenar o processo de seleção e capacitação dos estudantes;
- Repassar todas as informações sobre a Unisol aos integrantes da equipe;
- Construir um plano de trabalho a partir das demandas municipais;
- Enviar o cronograma de atividades (plano de trabalho) para a Coordenação Nacional da Unisol e para a Prefeitura, antes da chegada da equipe no município;

- Coordenar a execução do trabalho de campo;
- Ser responsável pela alimentação dos integrantes da equipe, utilizando-se do recurso fornecido pela Unisol para esse fim;
- Encaminhar os questionários e os relatórios devidamente preenchidos após o término de cada etapa do trabalho, dentro dos prazos estipulados.
- Entrar em contato com a Coordenação Nacional da Unisol pelo serviço 0800 sempre que necessário.
- Encaminhar questionários e relatórios após o término de cada etapa, avaliando o trabalho desenvolvido e o apoio da administração local às atividades e à comunidade das ações;
- Enviar os recibos devidamente preenchidos e assinados, assim como os bilhetes aéreos utilizados, para a prestação de contas, dentro dos prazos estipulados.

Nossa matriz analítica aqui, consiste em interrelacionar aspectos meramente teóricos com os contextos empíricos que os viabilizem. Conforme pode-se acompanhar nos itens acima, o coordenador tem uma gama de responsabilidades, que segundo as declarações dos acadêmicos não se concretizaram mediante fatores exógenos.

Na questão nove, os entrevistados falaram sobre a participação da comunidade. No que se refere ao perfil quanto à participação, destacou-se que ela não tem uma história social e política de consciência, nem uma postura de trabalho coletivo. Percebe-se isso nos depoimentos a seguir:

Entrevistado 6: "A comunidade dentro das suas limitações, se formos contextualizar bem, participaram assim na medida do possível bastante, tiveram boa participação, mas como digo dentro das suas limitações, sabendo e contextualizando a realidade do nordeste, a realidade com que eles vivem lá, então eles ficam muito surpresos com a nossa atuação, eles ficam muito curiosos com as atuações e eles tentam na medida do possível agradecer da melhor forma possível à equipe. As vezes não é como a gente quer, na verdade gostaria de ver o engajamento deles na própria transformação, mas isso é uma questão cultural e tradicional, não só no nordeste, mas em todo Brasil e aos poucos a gente tem que pensar a mudança nesse sentido, mas houve na medida do possível a participação deles lá."

Entrevistado 8: "Foi boa, com os jovens, (...) todos bem ativos, a gente conseguiu já no primeiro dia que nós chegamos, (...) nós conseguimos trabalhar com eles e fazer esse trabalho, eu vejo que foi bem feito, foi levado, foi trabalhado e a comunidade conseguiu, houve mobilização para que nas atividades eles estivessem trabalhando (...), teve motivação para fazer."

Levando em conta pessoas cujas especificidades não eram consideradas dentro de um mesmo perfil, houve uma boa participação. As questões culturais e tradicionais são muito fortes e acabam interferindo no processo de transformação. Os jovens se mostraram motivados e ativos, na verdade, envolvidos nas atividades. Segundo Rattner³³ (2003, p. 4):

A cultura constitui o âmbito onde a sociedade gera valores e os transmite de geração em geração. Valores positivos favorecem a equidade e a justiça social, na medida em que permeiam os grupos e as instituições sociais, desde a escola e os lugares de trabalho até os tribunais de justiça. Constituem fatores propícios ao espírito empreendedor coletivo e assim, ao desenvolvimento democrático e participativo. São também esses valores que têm potencial de atrair jovens das classes mais abastadas para que engajem em atividades de voluntariado e de militância em ONGs e movimentos sociais, inspirando uma consciência cívica fundamental para a formação da sociedade civil capaz de arcar com uma parte das responsabilidades do desenvolvimento social, em estreita colaboração e parceria com os poderes públicos.

Embora admitindo que haja elementos de continuidade em todo e qualquer processo de mudança, percebe-se que eles são lentos. Esse panorama social configura um espaço propício ao clientelismo político, ainda mais quando se considera o contraste entre a altíssima demanda por serviços de infra-estrutura urbana, saúde e educação, e escassez de recursos do poder público local. O conceito de capital social tem ocupado espaço crescente, devido à percepção de seus impactos na reformulação das práticas de desenvolvimento. Segundo Augusto Franco (2000), o capital social se refere aos níveis de organização de uma sociedade. Existe uma relação direta entre as categorias de associativismo, confiança e cooperativismo atingidos por uma sociedade democrática organizada do ponto de vista cívico e cidadão e a boa governança e o desenvolvimento econômico.

Entrevistado 3: "(...) é um pouco difícil passar as informações para as pessoas porque na verdade elas não tiveram a atenção básica, na verdade estas pessoas não tiveram e não tem o acesso a informação de forma adequada (...) então as vezes trabalhando com a comunidade em geral deu para perceber que as pessoas não tinham poder, não tinham esse entendimento de fazer esse discernimento entre os pontos positivos e negativos, então fica uma coisa como se fosse movimento de massa, se aquele foi eu também vou, deve ser bom. (...)"

No segundo aspecto, foi destacada a falta de informação básica como fator principal do não envolvimento da comunidade. Os traços culturais e sociais da região acabaram

³³ Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/021/21rattner.htm>.

determinando dificuldades, acentuadas pela falta de sistematização e de registros da proposta, tanto no que diz respeito as atividades desenvolvidas, como no que se refere ao histórico da experiência. Um aspecto que chama a atenção é que não existe um comprometimento, o porquê da população agir contrariamente a seus interesses. Este é um vasto campo de pesquisa cuja urgência não pode ser negada, mas cujo interesse demonstra-se escasso pela própria consequência desta experiência.

***Entrevistado 4:** "(...) acho que teve muita gente da comunidade que participou com bastante positivismo, eu destaco a participação da professora do PETI (...), a participação dos professores municipais, a participação das pessoas que simplesmente deram incentivo e disseram "olha sejam bem-vindos, nós estamos esperando muito bem o trabalho de vocês", (...) o radialista da cidade, uma figura muito carismática que ajudou muito nos trabalhos. (...)"*

***Entrevistado 5:** "A comunidade recebe a Unisol muito bem, respeitam muito. O maior problema está nos horários, aquela coisa de marcar uma hora e eles apareciam duas horas depois, isso era um problema, mas de modo geral em alguns trabalhos houve uma participação maciça e em outros não, e isso também envolve um pouco do grupo, envolve um pouco da energia, do ânimo que o grupo passa para a comunidade (...) o grupo talvez não estimulou a comunidade a participar."*

Aspecto particularmente importante nas parcerias firmadas é o que se relaciona com as comunidades e escolas. Os treinamentos e cursos de capacitação mais abrangentes, com participação de educadores, são importantes para a troca de experiências e para a implementação da proposta, como demonstrado pela experiência com o PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: além de freqüentar as aulas regulares, as crianças e adolescentes de 7 a 14 anos participam de atividades de lazer, cultura, esporte e reforço escolar em horário complementar, realizadas no núcleo do PETI, que é um espaço alternativo para realizar as atividades desenvolvidas da jornada ampliada. Aqui é indispensável considerar a participação da equipe UNISOL e a comunidade em geral, que se mobilizaram para reformar o núcleo e contribuir dessa forma para o aperfeiçoamento dessas crianças e adolescentes. Por outro lado, também foi destacada a falta de envolvimento do grupo que acabou refletindo na comunidade, que não respondeu, faltando assim um comprometimento maior de ambas as partes.

Na décima questão, os acadêmicos descreveram como foi a participação das lideranças locais e políticas. Dentro deste contexto destacam-se a seguir as idéias mais representativas.

Entrevistado 3: *"Bom, na verdade a gente teve mais uma novidade, ano eleitoral é um fato que sempre é relevante. Notadamente na rua a gente percebeu que havia um impasse entre alguns partidos e a questão política estava meio conturbada e talvez a gente não foi recebido da melhor forma, mas, tirando a questão política, as outras pessoas que participaram, o pessoal da faculdade da cidade de Belém de São Francisco, os agentes comunitários de saúde, as pessoas que trabalhavam dentro das secretarias (...)."*

Entrevistado 8: *"Inicialmente quando a gente chegou teve uma recepção muito tumultuada, que na verdade me assustou. (...) porque tudo gira em torno da política. Então, a participação das lideranças locais acaba sendo uma questão meio que de enfoque político. É muito delicado essa relação entre projeto social Unisol e lideranças políticas. (...) Observei que tiveram algumas lideranças que vieram até nós por interesses políticos sim. (...)"*

Na visão dos acadêmicos a política é vista como fator que atrapalha. Segundo eles, os políticos pouco ajudaram. A qualidade e a quantidade de resultados de uma política depende fortemente da cooperação entre as lideranças, em seus diferentes níveis e os grupos de interesse e o público alvo da política.

O deslocamento de iniciativas de políticas sociais para esferas subnacionais de governo, estão voltadas ao processo em que novas práticas políticas e de administração pública são instituídas no país, orientadas a um só tempo para a equidade e para uma maior eficiência da ação estatal. Segundo Farah (1998, p. 11):

Nas políticas sociais promovidas pela esfera subnacional de governo no Brasil nos últimos anos, identificam-se tendências de mudança que têm afinidades com algumas das propostas de Reforma do Estado. Tais tendências se articulam em torno de dois eixos principais: o primeiro eixo diz respeito ao conteúdo das políticas, configurando novas políticas sociais, e o segundo incide sobre o processo político e a gestão de políticas públicas, estabelecendo novas formas de gestão, novos processos decisórios e novas formas de provisão de serviços públicos.

A participação das lideranças locais e políticas, é fundamental no acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos, e também dos resultados, pois ambos constituem importante

subsídio para o cumprimento de seu papel como representantes da comunidade e aprimoramento das ações de governo.

Entrevistado 6: *"Essas lideranças locais eu vejo que é de fundamental importância a participação da equipe na própria comunidade, essa articulação, ela tem que ser sempre, é um papel vejo que também do coordenador na viagem precursora estar articulando essas lideranças e vejo a função dela quando a equipe está no local, porque elas na verdade vão ser as pessoas que vão chamar a comunidade, as pessoas que irão apresentar a equipe Unisol à comunidade e as pessoas que vão articular com outros setores para o desenvolvimento das atividades no município. Claro que não temos a participação das lideranças comunitárias e políticas do município, mas vejo que hoje em dia temos um bom acesso a elas, principalmente as lideranças políticas."*

A falta de engajamento da equipe para formar parcerias com essas lideranças e efetivamente desenvolver melhor as atividades, dificilmente resulta em práticas de intervenção social, por não absorverem a rede de parcerias que se forma em torno de cada iniciativa. A atuação pode ser facilitada pela troca de experiências, baseando-se na gestão compartilhada das atividades desenvolvidas, na qual a articulação das ações garante o bom desempenho. Em praticamente todas as atividades do projeto, busca-se a formação de parcerias como um modo de atrair a participação da comunidade, das lideranças locais e políticas, e de promover a integração, produzindo uma atuação cada vez mais abrangente, estimulando a organização de entidades representativas dos diversos setores da sociedade local.

Entrevistado 5: *"Eu não tenho queixas da prefeitura, cederam carro de som, cederam espaço físico para o Unisol. Quando houve o problema de dinheiro a Secretaria de Ação Social ajudou, levaram comida para nós, acho que a perda da carteira do coordenador foi uma prova do respeito do Unisol com a comunidade, a faculdade levou compras para nós, o IPA levava arroz, feijão e o que sobrou nós distribuimos para a comunidade no final, a faculdade cedeu o espaço físico para diversas reuniões, o Prefeito nos recebeu algumas vezes, os Secretários nos receberam muito, sem participação dos políticos da cidade nada teria acontecido, bom ou ruim, mas nada teria acontecido, (...)"*

Espera-se do poder público infra-estrutura para o trabalho, mas eles não são envolvidos no planejamento e execução das atividades. É importante acentuar que o projeto se caracteriza como um instrumento de multiplicação, sendo uma boa causa a ser implementada.

Concluindo essa questão, com este aspecto acima, deixa-se bem claro que mesmo se deparando com tantas adversidades, nada teria acontecido se não houvesse a participação das lideranças locais e dos políticos da cidade. Os dilemas são muitos e a profundidade das questões exige um amplo e responsável processo de discussão e definição de estratégias de implementação de uma política para a comunidade mais eficiente e justa. A participação do governo municipal é muito mais no sentido de fornecer apoio e assessoria, do que de atuar como integrante do projeto. A equipe UNISOL depara-se cotidianamente com esses dilemas e contradições, encontrando soluções criativas e inovadoras. Assim, foi possível gerar alternativas com a participação daqueles que estão diretamente envolvidos com os problemas, dentro de um processo em contínua construção, no qual é possível aprender conjuntamente, por meio de erros e acertos.

Na décima primeira questão, foi pedida a opinião dos acadêmicos em relação a participação da Universidade em programas deste tipo, se realmente é eficaz como forma de combate à pobreza. As respostas foram diversificadas, apresentando oscilações, porém todos destacam que não é possível combater a pobreza com essas intervenções. A dificuldade predominante conforme pode-se acompanhar a seguir está relacionada ao perfil das ações.

***Entrevistado 2:** "Não, acho que de combate à pobreza não, acho que a Univali tem participação com a faculdade de entrar em parceria com um programa como esse e tentar, dar ao aluno uma visão de mundo, que não fique só dentro da Universidade, que ele possa ser um profissional pelo menos com senso crítico no futuro e outra coisa, combate à pobreza é muito, amplo, na verdade ela tem que dar instrumentos científicos e dar a oportunidade ao aluno, que o aluno faça isso do lado de fora. (...) nós fizemos programas para a auto suficiência dos moradores, ajudamos, não combatemos, é uma forma de ajudar, está muito longe de combater, (...)"*

***Entrevistado 5:** "A participação da Univali, imagina, se o trabalho fosse feito diferente ajudaria, mas por enquanto assim, está dando um apoio moral ao combate à pobreza, combate à fome, o combate à todas as mazelas do nosso povo, mas eu considero importante, considero importante principalmente, não tem, não é cabível criticar a Univali estar participando desse projeto, pelo contrário, não é*

qualquer universidade que abre esse espaços para os seus alunos, que dá o apoio como a Univali dá o apoio até de infra-estrutura para a gente."

Entrevistado 6: *"Nesses moldes não, enquanto a universidade não parar e pensar sobre seus projetos de extensão não vai mudar a realidade, enquanto tiver esse perfil voltado a questão, vamos dizer assim, de universidade privada, em benefício de poucas pessoas a um autoritarismo muito grande impregnado em toda a estrutura da universidade, (...)"*

O sucesso de determinada política específica - como a de combate à pobreza - depende da maneira como seus efeitos se refletem sobre os objetivos maiores de uma política social. O objetivo é oferecer a essa parcela da população excluída a possibilidade de inserir-se em novas oportunidades e alternativas políticas.

A pobreza, no Brasil, assim como nos demais países subdesenvolvidos, resulta de uma longa trajetória de exclusão social, na qual fatores como indigência econômica, falta de acesso a serviços sociais básicos (como educação e saúde), desconhecimento de princípios básicos de cidadania e desestruturação familiar e pessoal associam-se e reforçam-se mutuamente. (RESENDE, 2000,)

Cabe destacar aqui, o esforço protagonizado pelo Conselho da Comunidade Solidária que, desde 1995, vem promovendo atividades de fortalecimento da relação Estado/Sociedade, por meio da implementação de programas e projetos em parceria entre governo e instituições não governamentais, dentre os quais podemos destacar o Programa Universidade Solidária.

Segundo um documento da CEPAL de 1986:

Tanto as políticas de emergência e de subsídio aos pobres, bem como as de reorientação das políticas sociais devem ser desenhadas tendo por objetivo final a criação das condições de integração social que são a base do desenvolvimento produtivo. Isto supõe que o desenvolvimento social tem por objetivo estabelecer a cidadania social, ou seja, lograr para todos certas condições básicas de desenvolvimento biológico, formação intelectual e de trabalho, e acesso à renda. Esta cidadania social constitui o fundamento da cidadania política, que é, por sua vez, a base dos sistemas democráticos dos países da região. (SOARES, 2001, p. 53)

Na décima segunda questão, os acadêmicos deram sua opinião quanto à participação continuada da UNIVALI no Programa Universidade Solidária. A UNISOL proporciona lições que nenhuma sala de aula pode oferecer, ao colocar estudantes diante de uma face do país que só conheciam através da mídia.

Entrevistado 2: *"Sim, devia justamente por isso, uma forma de participação, de uma ajuda a comunidade de Belém de São Francisco e também com relação aos alunos, uma forma dos alunos abrirem uma visão social das coisas e tudo mais, (...)"*

Entrevistado 4: *"Com certeza, deveria continuar, deveria se aperfeiçoar e se mostrar mais atuante e se impor mais dentro do espaço do Universidade Solidária Nacional junto a administração do Unisol, se impor mais e fazer mais sugestões de mudanças, sugestões de aperfeiçoamento (...)"*

Entrevistado 6: *"Com certeza, mas participar no sentido dos projetos locais aqui, desenvolver núcleos de discussão, desenvolver núcleos de fórum e debates aqui no município, engajar mais, fazer com que a sociedade civil participe mais da universidade de uma forma descomprometida, com apoio, com recursos e que os professores estejam engajados e que a universidade tenha como filosofia isso, (...)"*

As idéias acima, resumem o que os acadêmicos pensam em relação à UNIVALI continuar participando do programa. Afirmam que a experiência é importante e justificam esta continuidade de diversas maneiras, que podem ser confirmadas nas declarações.

Desenvolver projetos que possam ser realizados a nível local, envolvendo os acadêmicos, é um ponto que poderia ser explorado com maior intensidade.

É importante afirmar que o Projeto Unisol-Xingó caracteriza-se como um conjunto de ações de importância estratégica para a comunidade belemita, fortalecendo parcerias, contribuindo de forma substancial para a dignidade e a auto-estima de populações castigadas constantemente pelos longos períodos de seca. Trata-se da oportunidade de propor políticas públicas que assegurem o fortalecimento de sua própria imagem institucional, necessária à gestão democrática e comprometida com o bem-estar da sociedade em geral.

Portanto, a experiência contempla o conceito de política pública orientada pela busca da melhoria da qualidade de vida das comunidades beneficiadas, baseando-se no exercício contínuo da cidadania.

A décima terceira questão pergunta aos entrevistados se houve uma mudança em suas vidas pessoais após a participação no Programa UNISOL. Cada uma dessas abordagens tem vantagens e desvantagens. Todas requerem compilação e análise de amplos relatos, abrangendo informações diversas.

Entrevistado 3: *"Acredito que a modificação principal é saber que nós temos realidades diferentes no mesmo país e nós temos que saber como lidar com essas realidades. O fundamental é o crescimento pessoal, porque o convívio em grupo é fundamental para qualquer indivíduo,(...) Eu acho que a principal mensagem é, crescimento pessoal, mas também crescimento social, (...) então o programa Unisol quer fazer o contrário, investe na questão social e quer que as pessoas tenham (...) seu lugar na sociedade e possam mudar a realidade em que elas estão inseridas."*

Entrevistado 4: *"(...) se as pessoas vem te procurar, vem dizer da sua simpatia, isso te enche muito mais de esperança e auto-estima do que qualquer diploma, do que qualquer nota, do que qualquer conselho de orientador de projeto do que qualquer coisa, como vale muito mais mesmo a experiência humana, (...) a gente estar se doando do que qualquer outro tipo de contato de valor material (...)"*

Entrevistado 6: *"Foi muito gratificante, a experiência de participar do Unisol com suas críticas e suas mazelas é importante para a vida acadêmica (...) a experiência de vida é o choque com a realidade, o compromisso que nós adquirimos quando retornamos, (...) e sempre nesta perspectiva da atuação profissional voltada a essas questões, isso que mudou radicalmente, porque a gente muda o pensamento, muda postura, muda conduta, é uma outra percepção, onde se constrói uma outra pessoa e isso tudo é muito importante para a própria maturação da pessoa, porque as vezes é experiência de vida nesse sentido."*

Os relatos acima, demonstram as experiências dos acadêmicos, acentuando principalmente o crescimento pessoal. Pode-se confirmar - pelo menos se partimos das declarações dos participantes - as mudanças conquistadas na vida dos acadêmicos como: tornarem-se pessoas mais humanas, mais humildes, conhecerem realidades diferentes e aprender a respeitá-las, conhecerem culturas diferentes e na verdade constroem um compromisso baseado num crescimento social.

Conforme Rattner (2003), "enquanto o capital humano é produto de ações individuais em busca de aprendizado e aperfeiçoamento, o capital social se fundamenta nas relações entre os atores sociais que estabelecem obrigações e expectativas mútuas, estimulam a confiabilidade nas relações sociais e agilizam o fluxo de informações, internas e externas."

Combater a pobreza e a exclusão social, significa fortalecer as capacidades de pessoas e comunidades de satisfazer necessidades, resolver problemas e melhorar a qualidade

de vida. O fortalecimento do capital humano e do capital social é fundamental para a eficiência das políticas públicas e as ofertas de serviços governamentais.

CAPÍTULO IV

REPRESENTAÇÕES DOS PROFESSORES E COMUNIDADE SOBRE O UNISOL

Pelo fato da UNISOL estar participando do projeto Unisol-Xingó em Belém de São Francisco à 3 anos, acontecendo a primeira intervenção em julho de 2002 e, a última em janeiro de 2004, foram entrevistados os dois coordenadores que participaram em diferentes períodos. A partir dos dados coletados elabora-se um perfil sobre as questões gravadas e, faz-se uma síntese dos aspectos mais relevantes aos objetivos propostos, assinalando os pontos de convergência e/ou divergência e interpretando seus elementos significativos.

4.1 A VISÃO DOS PROFESSORES

Para a análise das entrevistas foram preservadas as falas dos dois professores coordenadores de várias equipes UNISOL. As declarações somam experiências muito relevantes para a avaliação da pesquisa.

A primeira questão apresentada aos professores coordenadores relata os objetivos do Programa UNISOL.

***Professor 1** - Para mim o objetivo maior é o intercâmbio. O intercâmbio cultural entre o nordeste. A realidade brasileira do nordeste e a realidade brasileira do sul. Fazer com que os alunos tenham o conhecimento de uma nova cultura, novos conhecimentos. Que conheçam essa realidade. Ver que realmente nós vivemos num país com muita diversidade: riquezas lá, riquezas aqui, pobreza aqui, pobreza lá, dificuldades aqui, dificuldades lá. Então, acho que esta troca pessoalmente de conhecimento, de informação, de cultura, eu acho que é um grande objetivo da Universidade Solidária.*

***Professor 2** - São vários, mas a gente pode resumir em dois grandes objetivos: um diz respeito a intenção de modificação da realidade das comunidades onde a Unisol atua, ou seja, poder através da idéia de levar o conhecimento produzido dentro da Universidade, para a comunidade, através disso, de alguma forma contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. (...) E o outro, objetivo orientador do programa é possibilitar a oportunidade aos*

acadêmicos, e através da vivência dessa experiência de nível pessoal, profissional, de intervenção social, contribuir para a formação dele do ponto de vista acadêmico. (...)

A eficácia de um projeto está relacionada ao alcance de seus objetivos. A sua gestão será eficaz à medida que suas metas sejam iguais ou superiores às propostas. A eficácia deve ser medida na relação estabelecida entre meios e fins, isto é, o quanto o projeto – em sua execução – foi capaz de alcançar os objetivos e as metas propostas e o quanto ele foi capaz de cumprir os resultados previstos. (CARVALHO, 2001)

Os professores acentuaram como objetivos, a intenção de modificação da realidade das comunidades onde o UNISOL atua, a vivência dessa experiência a nível pessoal e profissional na formação do próprio acadêmico, oportunizando um convívio com valores e culturas diferentes, dando ênfase principalmente, à troca de conhecimentos.

As questões culturais são muito presentes e acabam influenciando no desenvolvimento das atividades. Wanderley Guilherme dos Santos aponta a cultura cívica do país como relevante para a eficácia ou ineficácia de políticas governamentais. Segundo ele, o sucesso de qualquer política governamental dependeria não apenas de sua qualidade técnica, mas sobretudo "da adequação entre suas expectativas sociais implícitas e a efetiva distribuição de valores e atitudes, e suas respectivas intensidades, pela população". (Apud FREY, 1996, p. 129-130)

A segunda questão está relacionada às atividades desenvolvidas, e apresenta os objetivos que foram alcançados pela equipe em Belém de São Francisco.

Professor 1 - (...) Então, em Belém de São Francisco o Programa já tinha um amadurecimento maior. Então, ele já tinha passado da etapa de palestras de educação em saúde, educação, cidadania, que apenas era o trabalho inicial do Universidade Solidária, para já discutir uma proposta de geração de renda, emprego, organização comunitária, cidadania, numa fórmula mais ampla. Então, Belém de São Francisco foi uma experiência bastante interessante que aí é um projeto especial - o Xingó. E nós buscamos trabalhar bem dentro destas premissas: da geração de renda e emprego, integrado junto com o conselho de DLIS da cidade. (...)

Professor 2 - É difícil de medir. (...). Eu acho que os dois, tomando como referência esses dois objetivos que a gente acabou de traçar, (...) porque de alguma forma a gente conseguiu causar um impacto

muito significativo na comunidade de Belém de São Francisco, (...). Iniciativas que a gente começou a implementar, e que hoje ainda continuam existindo, como: associações dos artistas, associações de moradores, trabalhos, projetos dentro das escolas, na área cultural com o grupo de jovens. Então, a gente conseguiu atingir de alguma forma o objetivo em relação à comunidade. E eu acho que também foi atingido o objetivo em relação aos acadêmicos, porque as mudanças que a gente percebe no comportamento dessas pessoas, na forma dessas pessoas entender o mundo assim mesmo e a própria formação também mudou. E isso, fica nítido quando a gente conversa com esses alunos (...).

A efetividade de um projeto está relacionada ao atendimento das reais demandas sociais, ou seja, à relevância de sua ação, à sua capacidade de alterar as situações encontradas. A efetividade é medida, portanto, pela quantidade de mudanças significativas e duradouras na qualidade de vida ou desenvolvimento do público beneficiário da ação que o projeto ou política foi capaz de produzir.

Para medir o grau de efetividade de um projeto ou programa social, torna-se necessária a adoção de uma perspectiva comparativa entre “antes” e o “depois”, e essa tem sido uma das dificuldades na realização de avaliações sobre a efetividade de programas sociais. Também se apresenta como dificuldade, ou desafio, nesse tipo de avaliação o estabelecimento das relações de causalidade entre os ganhos de efetividade e o programa implementado.(CARVALHO, 2001)

Conforme o depoimento dos professores, em Belém de São Francisco, o Programa Universidade Solidária já vem com uma proposta mais madura, não desenvolvendo apenas atividades relacionadas a palestras, mas sim, num modelo mais amplo que envolve geração de renda e emprego. Lançado pelo Conselho do Comunidade Solidária, o DLIS - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, é uma expressão que vem sendo utilizada em Belém de São Francisco desde 1999. É uma denominação ampla para vários tipos de processos de desenvolvimento local. Analisar as iniciativas implementadas, após um novo intervalo de seis meses, e ver que há uma continuidade, como por exemplo na associação dos artistas, nas associações de moradores, projetos dentro das escolas, atividades culturais com o grupo de jovens, mostra que certos objetivos atingiram tanto a comunidade quanto os acadêmicos.

A terceira questão, ressalta fatores ou objetivos que não foram alcançados. Os professores coordenadores, destacam metas planejadas, que por motivos diversos não foram cumpridas.

Professor 1 - (...) *Essa relação de planejamento e execução dentro do Universidade Solidária é muito difícil porque eu acho que o planejamento tem que ser estratégico, (...) Então, nós planejamos muitas ações dentro de todo o programa e nós não conseguimos cumpri-las. Uma delas foi trabalhar com grupos de protagonismo jovem permanente. Que os jovens dessem continuidade ao projeto de DST AIDS, que se mantivessem unidos. Isso realmente não funcionou dentro da cidade. As associações de agricultores dentro de um financiamento que nós descobrimos na cidade, que não estava planejado. Algumas associações que nós estruturamos para ter acesso a esse financiamento até deu certo. Outras associações não deram certo. (...)*

Professor 2 - (...) *o maior problema da Unisol, o que a gente mais tem dificuldade em concretizar, é a continuidade de todos os trabalhos que a gente inicia, e aqui eu me refiro em relação à comunidade.(...) Talvez o objetivo que a gente não tenha conseguido cumprir, é fazer com que a própria comunidade entenda a necessidade de ela agir por conta própria e de buscar seus próprios meios, seus próprios caminhos para construir esse novo ideal de sociedade, de cidadania, de igualdade, de renda, tudo mais. (...)*

Os professores declararam que nem tudo que é planejado, é possível ser realizado. A flexibilidade do programa permite na medida do possível atender questões que a comunidade pede naquele momento, e que muitas vezes, foge do planejado, mas atinge os resultados esperados. A falta de continuidade por parte da comunidade, seja nos trabalhos, nos projetos, é a grande dificuldade que impede que os objetivos sejam alcançados.

As relações entre os indivíduos, ou seja, o conjunto de laços e normas de confiança e a reciprocidade contidos numa comunidade que facilitam a produção de capital físico e capital humano, referem-se ao capital social. Segundo Putnam (1996), a produção de laços de confiança e fidelidade mútua facilita a cooperação social, aumentando o desempenho e a responsabilidade dos governos e das instituições democráticas. A sociedade dotada de redes de confiança e solidariedade horizontais produz instituições sólidas.

O monitoramento durante a implementação e execução é imprescindível, pois fornece informações importantes sobre dificuldades ou desvios no desempenho do projeto que

podem afetar a obtenção das metas ou resultados propostos, o que permite correções no decorrer da ação.(CARVALHO, 2001)

A quarta questão direcionada aos professores coordenadores, indaga quais as principais falhas detectadas no Programa UNISOL.

***Professor 1** - No meu entendimento a principal falha do Unisol é não valorizar, e não incentivar o "Unisol Local".(...) Quer dizer não justifica nós levarmos o aluno pro nordeste fazendo projeto nacional, se ele não vivenciou a experiência local. Então, como eu já falei, miséria nós também temos aqui. Não é ir só para o nordeste como se fosse uma viagem. Ele tem que ter primeiro uma **inserção local**, Regional, mostrar trabalho, mostrar competência, mostrar envolvimento, compromisso, responsabilidade, aí sim, ser premiado e fazer uma etapa superior, vamos dizer assim, que seria o Nacional. (...). (Grifo meu)*

***Professor 2** - Acho que o grande problema é o da **continuidade** mesmo. A continuidade no sentido de um compromisso maior, e aí eu me refiro à instituição em nível nacional mesmo, no compromisso maior com a comunidade. (...) Não que isso seja uma falha digamos assim, metodológica de atuação ou da instituição, o problema é que isso depende pelo fato de ser, hoje tá numa condição de uma OCIP³⁴, claro, depende de financiamento, depende de conseguir parcerias, de conseguir patrocínios. E esses patrocínios, muitas vezes não seguem o compromisso que a gente acaba assumindo com as comunidades. Então isso é o problema. (...). (Grifo meu)*

A UNIVALI é uma das poucas universidades que mantém uma estrutura permanente com professor e com capacitação para alunos. Dentro desse contexto, o professor 1 relaciona como principal falha do UNISOL, da coordenação nacional, a falta de incentivo para o Unisol Local, e também, a extinção do Programa Unisol Regional. É fundamental que o aluno passe por essa experiência local para desenvolver um comprometimento maior com a causa. O professor 2, associa as falhas, à continuidade em relação à instituição em nível nacional com a comunidade. A equipe assume um compromisso com a comunidade em dar seqüência aos trabalhos iniciados, no entanto, não existe uma certeza de poder-se estar retornando à cidade,

³⁴ OCIP, ver nota n. 3

devido à problemas de ordem metodológica de atuação ou da instituição, no sentido de buscar um comprometimento maior com parcerias e patrocinadores.

Os professores, avaliam as falhas de uma maneira mais global, não se prendendo a detalhes mais específicos. Integram todos os atores envolvidos e visualizam como valores e objetivos são confrontados em um processo de negociação permanente.

As fronteiras sociológicas não são definitivas e nem devem ser congeladas, seja pelo pesquisador seja pela ação política. Ao se entender a sociedade como um complexo processo de interação e *negociação da realidade*, abre-se a possibilidade de compreender e estimular mudanças política e eticamente desejáveis. (Velho, 1994, p. 113)

Para Costa³⁵ as conseqüências de um projeto de construção de esferas públicas particulares para a convivência democrática numa sociedade tão diversa, plural e desigual quanto a brasileira parecem evidentes. Ela pode alimentar não o desejado processo de aceitação e reconhecimento mútuo das diferenças e particularidades de cada grupo sociocultural específico, mas exatamente o auto-referenciamento, a fragmentação social e a intolerância recíproca. Ou seja, mesmo que se assegure que cada grupo tenha seus espaços próprios de manifestação cultural, parece fundamental que as diferentes subculturas, na medida em que apresentem reivindicações que tenham conseqüências para o conjunto da comunidade nacional, tenham a possibilidade de dirigir suas vozes para uma esfera pública compartilhada genericamente. É nessa instância que aquelas reivindicações que impliquem em reflexos para as políticas ou para as formas de regulação legal da vida coletiva podem, através de argumentos passíveis de decodificação pelo conjunto da comunidade política, ser justificadas e legitimadas.

A questão número cinco pede sugestões, no sentido de aperfeiçoar o Programa UNISOL. Os dois entrevistados, com a ampla experiência que possuem, relacionam uma série de medidas que poderiam contribuir para continuidade e qualidade do programa.

Professor 1 - Oficializar a implantação nas universidades do estudo da Universidade Solidária Local, incentivando ele com recursos, com equipamento, com material, com treinamento, capacitação das equipes, das universidades. Voltar a ter o edital Universidade Solidária Regional, que acho fundamental. Que a gente faça uma

³⁵ Uma versão deste artigo foi publicada na revista *Metapolítica*, vol. 3, nº 9, 1999, Cidade do México.

intervenção na nossa área de abrangência da universidade, então isso é essencial.(...) A universidade deve institucionalizar o Programa Unisol como um programa de extensão permanente. Ter mais reuniões de avaliação e capacitação das universidades envolvidas. (...) Que pudesse ser criado uma metodologia de capacitação entre alunos e professores que vão viajar. Qualificar melhor as equipes que vão viajar. Eu também acho que esse modelo de 21 dias, de 10 alunos, eu acho que ele se esgotou. (...)

Professor 2 - (...) *É uma maior abertura para envolver as pessoas que trabalham, que executam os programas, como coordenadores de equipe, alunos, egressos. Criar um sistema, uma forma de fazer com que essas pessoas possam participar de um fórum, de um debate de reuniões, de congressos, onde possa ser discutido o programa, onde ele possa ser sistematicamente discutido, repensado, reformulado, replanejado.(...) Eu acho que falta o amadurecimento que esse tipo de debate poderia proporcionar. Inclusive no sentido de poder discutir talvez uma mudança na forma de atuação em vez de concentrar a viagem como é o caso específico do Projeto Xingó, ao invés de concentrar essa viagem em duas vezes por ano com 10 alunos, (...) irem mais vezes ao longo do ano, tantas quantas fossem necessárias até que esse projeto estivesse encaminhado e aí então, passar a pensar em outro projeto. (...)*

Os professores coordenadores deixam várias sugestões, apontando questões primordiais para o programa, entre elas: a qualificação melhor das equipes, promover fóruns com debates entre participantes, sejam eles coordenadores, alunos, egressos no UNISOL, para discutir mudanças no programa com o intuito de buscar ações mais efetivas para o município, inclusive com um novo modelo de atuação.

Segundo os professores este modelo de atuação da UNISOL, onde 10 alunos e um coordenador passam 21 dias, duas vezes por ano, desenvolvendo trabalhos, no caso específico em Belém de São Francisco, precisa ser revisto na medida em que se percebe uma acomodação muito grande por parte das lideranças e também, da própria comunidade. Esta falta de continuidade nas ações implementadas pode estar ligada a este intervalo entre as intervenções, causando um desestímulo na população em geral. Este período de seis meses é muito longo e provoca uma estagnação dos projetos. Manter um contato mais próximo, em espaços de tempo mais curtos e inclusive direcionando acadêmicos com especificidades para acompanhar constantemente as atividades iniciadas é algo que poderia ser estudado para reverter esse processo.

A sexta questão, apresenta os benefícios que o Programa UNISOL traz ou trouxe para a comunidade local. Na visão dos professores coordenadores houve um avanço na cidade de Belém de São Francisco. E esse avanço está relacionado com diversas atividades desenvolvidas pelas equipes do UNISOL, que transcrevemos abaixo:

***Professor 1** - Belém de São Francisco, uma questão de projetos, pensar a médio e longo prazo também. (...) A associação dos artistas plásticos, dos artistas de Belém, e das associações de artistas de Belém de São Francisco, também acho que é muito sério. A questão das associações dos moradores, então eu acho que prejuízo a gente nunca leva, acho que mal nenhum a gente causou até hoje. (...) eu acho que realmente a gente deixa para a cidade o exemplo de que é possível fazer. Se você se une, se você se organiza, você consegue fazer a transformação, e esse acho que é o grande exemplo. Um grupo de jovens, incluindo o professor, que conseguem em 21 dias mostrar que é possível fazer mudanças. Eu acho que esse é o grande benefício que a gente deixa na cidade.*

***Professor 2** - (...) Um, do ponto de vista objetivo, que é a gente olhar para comunidade de Belém de São Francisco e ver o que existe nela, que não existia antes. (...) E que através de um projeto feito pela nossa equipe, pela equipe Unisol em parceria com o grupo de jovens, com associações de moradores, com os alunos do PETI (...), com pais de alunos do PETI, a gente fez um trabalho de restauração, de recuperação do mercado público. (...) A Associação dos Artistas que trabalha lá dentro, que tem seu ateliê dentro do mercado, que vende suas obras, e com isso sobrevive e gera renda, existe por uma iniciativa do Programa Unisol (...) trabalho de treinamento e capacitação na parte pedagógica e psicológica com os monitores que trabalham no programa de erradicação. (...) Os agentes comunitários de saúde que tiveram treinamento dos acadêmicos que foram ligados à área de saúde (...) os vários grupos de jovens que atuam como multiplicadores de informações, (...) e o lado subjetivo, a gente consegue sentir perguntando para essas pessoas, conversando com a própria comunidade, e perguntando à eles - como eles percebem a importância do trabalho que a gente realizou.*

Outro aspecto extremamente positivo do programa é a maneira como ele se insere em um movimento social através da notável capacidade da equipe de articular parcerias, mais ou menos duradouras. Neste aspecto, cabe ressaltar a importância da proposta de fomentar a criação de associações, bem como a de mobilizar amplos segmentos da sociedade em torno do tema.

Os sistemas de participação cívica são uma forma essencial de capital social, conforme afirma Putnam (1996, p.183):

Os sistemas de participação cívica, assim como as associações comunitárias, as sociedades orfeônicas, as cooperativas, os clubes desportivos, os partidos de massa e similares (...), representam uma intensa interação horizontal. Os sistemas de participação cívica são uma forma essencial de capital social: quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo.

A criação e o desenvolvimento de organizações e associações são fatores que estimulam a cidadania, assegurando a manutenção, o espaço da palavra e da ação comunitária. O capital social é próprio da estrutura de relações entre os atores e no meio de atores.

Os professores relacionam uma série de benefícios que foram alcançados através do compromisso e da parceria com a cidade. Isso confirma-se nos relatos acima, nos quais destacam-se: as associações dos artistas; associações dos moradores; a reforma do mercado público que envolveu o grupo de jovens, associações de moradores, alunos e pais do PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, como também a própria comunidade e, por consequência disso, atraiu um grande número de feirantes que se instalou ao lado do mercado, conseguindo com isso, gerar renda e emprego; o treinamento e capacitação na parte pedagógica com os monitores que trabalham no PETI causaram efeitos positivos sobre os alunos; o treinamento com os agentes comunitários de saúde, foi importante, pois estes, sendo líderes locais, que uma vez treinados, passam a dispersar conhecimentos básicos de higiene e saúde à população que lidera; e os vários grupos de jovens que atuam hoje dentro da comunidade, como multiplicadores de informação.

A sétima questão, está relacionada ao envolvimento dos alunos da UNIVALI, integrantes da equipe UNISOL. Os coordenadores foram questionados a fazer uma avaliação quanto ao desempenho dos participantes.

Professor 1 - (...) O que eu defendo, é que não podem ir grupos de alunos, tem que ir uma equipe de alunos. Então o trabalho, o envolvimento deles dentro do Universidade Solidária tá diretamente ligado a capacitação que eles tiveram. O que eu percebo, é quando a gente teve tempo, para fazer uma boa capacitação, uma boa seleção, teve o envolvimento local, essas equipes conseguiram um resultado melhor na cidade. (...) Outra coisa é que o aluno em fase de treinamento, ele se mostra com uma cara, e quando chega na cidade

*ele se transforma, é incrível isso. (...) Essa é outra dificuldade. É a **personalidade**. De repente você trabalha com líderes negativos, que dividem grupo, e aí, vai muito do coordenador, a gente tem que tá acertando, lidando com essas personalidades. (...) Eu vejo como bastante positivo assim a participação, o envolvimento do aluno, busca de querer fazer mais, realizar mais. Sempre tem exceçãozinha, mas isso é de menos. (Grifo meu)*

Professor 2 - *Isso é muito variado. Embora a gente tenha um treinamento bastante longo, se comparar por exemplo com outras universidades. Eles tem período de treinamento, de capacitação, desenvolvem atividades em nível local, tenta trabalhar a idéia da seleção dos alunos a partir da necessidade dos projetos que estão em andamento que vão ser executados na comunidade. É enfim, mas o efeito e a forma como esses alunos acabam vivendo, vivenciando essa experiência e conseqüentemente o desempenho deles é muito variado. (...) a gente tem desde grandes **decepções** até enormes **surpresas** do ponto de vista positivo. **Uma variação muito grande.**(Grifos meus)*

O desenvolvimento do pessoal deve ser sempre um processo contínuo, de avaliação e aprendizagem constantes. Visa fornecer ao grupo informações e habilidades que possibilitem seu crescimento e aperfeiçoamento, tanto profissional quanto pessoal. Investir na capacitação significa preparar o grupo para o trabalho e para a vida, propiciando seu crescimento profissional e social. Implica conseguir melhores resultados para o projeto e para a sociedade, e, nesse sentido, deve ser preocupação permanente do programa. Os professores destacaram dificuldades de caráter psicológico do grupo.

Os professores relataram que o desempenho dos alunos integrantes da equipe é variado. Mesmo havendo uma metodologia de ação com trabalhos a nível local, acontecem imprevistos quando se vai à campo, quando se está realizando a intervenção numa cidade. Os alunos acabam se transformando quando se deparam com pessoas diferentes, culturas diferentes, situações inusitadas, o que pode reverter tanto em pontos positivos, quanto negativos. Para analisar e compreender as práticas e os costumes do outro, requer um tempo maior de observação do grupo em ações conjuntas para que se possa ter uma idéia em relação ao comportamento dessas pessoas.

Segundo Roche (2002), a observação pode ser uma ferramenta útil na avaliação da qualidade das relações entre os indivíduos ou grupos. Pode desempenhar um papel na avaliação da capacidade modificada de influenciar, bem como os comportamentos ou ações modificados dos que estão sendo influenciados.

Na questão oito, foi pedido ao coordenador, como ele avalia seu próprio desempenho. Como ele avalia seu papel enquanto coordenador.

Professor 1 - Fundamental. (...) *Sem o coordenador que tem uma visão geral da unidade, que sabe como fazer uma mobilização, organizar uma comunidade, se inserir numa comunidade, como chamar a comunidade, como fazer um projeto ter início, meio e fim, como também saber estimular os alunos para a atividade. Ter essa noção de **trabalho de grupo**, de equipe, ser coordenador do Programa Universidade Solidária requer muita **experiência**. Eu vejo assim, que 90% talvez do resultado que você pode ter numa cidade, tem a ver mais com o coordenador do que com os próprios alunos. Então, se a equipe falha, você pode ter certeza que o coordenador não está conseguindo desenvolver bem a ação. (...) Então, eu vejo a presença do coordenador **essencial**. (Grifos meus)*

Professor 2 - *A gente acha que se fosse mais uma vez, faria melhor. Isso é inevitável, a gente passa lá 3 semanas em campo e quando volta a gente imagina como é que faria tudo diferente, como é que faria se voltasse, as coisas que deram errado, que seriam feitas novamente. Mas acho que se de alguma forma, pelo próprio resultado que a gente conseguiu alcançar pelo efeito que a gente conseguiu atingir, na comunidade pelo reconhecimento dos alunos quando a gente volta. De alguma forma me considero satisfeito, sabendo que poderia fazer muito melhor, e que é claro se o Unisol continuasse, eu ir mais vezes, com certeza farei cada vez melhor.*

Avaliar o próprio desempenho, não é uma tarefa fácil. "A avaliação é o instrumento de análise mais adequado para sabermos se uma política está sendo implementada, no sentido de observar criticamente a distância entre as conseqüências pretendidas e aquelas efetivadas, detectando as disparidades entre metas e resultados" (CASTRO, 1989, p. 3)

Segundo o professor 1, os resultados alcançados nas intervenções, nas idas à campo, em 90% de seu sucesso dependem do desempenho do coordenador.

Na questão nove, foi pedido aos coordenadores entrevistados que avaliassem a participação e envolvimento da comunidade.

Professor 1 - (...) *Eles vem, eles participam, por isso, que a sua responsabilidade até aumenta. Aumenta, e bastante, porque a participação realmente da comunidade é grande. Eles esperam por nós.(...) Realmente é nosso compromisso, de realmente fazer as coisas*

bem feitas, não é levar qualquer coisa para eles, é levar coisas importantes, e aprender. O envolvimento deles é fundamental por causa disso. À medida que eles se envolvem aumenta a nossa responsabilidade e também a gente suga conhecimento, emoções com eles. Então, o envolvimento eu vejo como grande. Se depender da coordenação dá certo. Se não dá certo acho que depende mais da gente inclusive, do que deles.

Professor 2 - (...) *quando nós chegamos na cidade, nós já somos esperados pelas pessoas. As pessoas festejam a nossa chegada, nos procuram, nos cobram a execução de projetos porque da última vez que estivemos lá, elaboramos esses projetos, fechamos alguns acordos, combinamos algumas linhas de atuação para a vinda seguinte. (...) a avaliação que eu poderia fazer da comunidade é a melhor possível porque a gente sempre teve a compreensão das pessoas no sentido de: qual era a nossa intenção, teve colaboração, teve apoio das pessoas, a gente sempre pôde contar com elas na execução dos projetos, nas parcerias e tudo mais.*

As declarações acima, comparadas com depoimentos dos acadêmicos e também de certa forma com pessoas entrevistadas da comunidade, demonstram uma contraditoriedade. A avaliação dos coordenadores é muito positiva. Os coordenadores apresentam uma visão idealista. Tem uma opinião do conjunto, ou seja, de todas as intervenções.

A participação da comunidade é essencial na implementação dos projetos, aumentado assim, a responsabilidade da equipe. É fundamental que a equipe UNISOL esteja bem preparada, capacitada para desempenhar os projetos assumidos previamente, assim como, criar alternativas imediatas para eventuais reivindicações ou necessidades. A comunidade espera muito a presença dos integrantes da UNISOL. Ela se preocupa, tem grande consideração pelas pessoas da equipe. Isto não exclui o fato de sempre se poder encontrar exemplos isolados contrariando essa orientação geral.

Percebe-se que com o passar do tempo, depois de quatro intervenções, as pessoas já estão sentindo realmente que é um programa importante, e que este processo que envolve o associativismo é mesmo imprescindível para as ações comunitárias. O grau de comprometimento vem aumentando gradativamente, conscientizando a comunidade dos seus direitos, das questões na área da saúde, porém, os efeitos dessas ações não são imediatos, contudo, as pessoas estão aos poucos aderindo.

As avaliações de políticas públicas, programas e projetos, devem focar de forma privilegiada o processo de implementação. O desenho de estruturas de incentivo que

promovam arranjos cooperativos em redes de implementação, representa uma das tarefas centrais para a reforma do estado. A avaliação da eficiência é possivelmente hoje a mais necessária e a mais urgente de ser desenvolvida afirma Arretche (1999).

Primeiramente, porque a escassez de recursos públicos exige maior racionalização do gasto. Por exemplo, um dos objetivos mais importantes do Programa Comunidade Solidária³⁶ consiste na melhoria da gestão de programas pré-existentes, tornando mais eficiente a prestação de serviços, sem aumentar substancialmente rubricas anteriores de gasto. Em segundo lugar, os estudos de avaliação da eficiência tornaram-se cada vez mais necessários no Brasil porque, paralelamente à escassez de recursos públicos, os “universos” populacionais a serem cobertos pelos programas sociais são de enormes proporções. (ARRETCHÉ, 1999)

A décima questão pede uma avaliação, quanto a participação das lideranças comunitárias e políticas.

Professor 1 - *A minha experiência tem-se indicado bastante positiva. (...) Então, o desenvolvimento, toda a passagem, envolvimento geral da comunidade, de todas as lideranças. Agora outro problema é a política no nordeste. Se nós não temos essa questão da política enraizada, lá é muito mais forte. Então, o cuidado que a gente tem que ter, com que liderança a gente tá lidando, de que partido que é, se é apoio ou não é do prefeito, como é que nós vamos chegar naquela comunidade, como nós vamos sair daquela comunidade, com quem nós vamos falar, como que nós vamos falar. Então, isso é bastante presente. (...)*

Professor 2 - *Lideranças comunitárias, acho que a avaliação é muito positiva. Muito embora o que é comum em qualquer lugar que sempre haja alguns tentando capitalizar o próprio projeto, uma própria idéia em favor próprio, no sentido de se promover politicamente. (...) Alguma desconfiança em alguns casos, no sentido de líderes, de líderes políticos, ligados à prefeitura inclusive, ficarem meio receosos sobre o que queremos, quem somos. E muitas vezes nós somos confundidos com órgãos governamentais, com pessoas que são do governo. Então, tem que desconstruir tudo isso também. É difícil, então, desde apoio significativo de lideranças, pessoas que são chave para a execução do trabalho. Como também problemas em alguns casos relativamente sérios com algumas lideranças que não entendem*

³⁶ O Programa Comunidade Solidária foi criado em 1995 por meio de decreto presidencial. Sua criação teve por princípio norteador o caráter de inovação de combate à pobreza por meio da promoção da participação dos cidadãos e da parceria entre Estado e sociedade.

a proposta (...) Então, essas coisas acabam acontecendo mas, a gente tem tentado superar, tem tentado contornar, e eu acho que de alguma forma a gente tem obtido sucesso.

Percebe-se que há uma presença política muito forte no nordeste, que influencia muito no processo de atuação da equipe. No entanto, os professores avaliam a experiência de forma positiva.

Muitos municípios, para atender às determinações constitucionais, organizaram apressadamente seus sistemas locais de políticas setoriais, não estabelecendo a devida atenção e preocupação em realizar uma gestão comprometida com resultados concretos que alterassem o modelo de atendimento à população, realizando ações de interesses coletivos dentro do atual modelo de gestão das políticas públicas sociais. (CUNHA; CUNHA, 2002)

Segundo Cunha e Cunha (2002, p. 15), a discussão e definição de novas formas de organização e gestão de políticas públicas envolvendo diversos atores é importante:

O processo de formulação de uma política envolve a identificação dos diversos atores e dos diferentes interesses que permeiam a luta por inclusão de determinada questão na agenda pública. Assim, pode-se perceber a mobilização de grupos representantes da sociedade civil e do Estado que discutem e fundamentam suas argumentações, no sentido de regulamentar direitos sociais e formular uma política que expresse os interesses e as necessidades de todos os envolvidos.

Para ter um bom desempenho (Putnam, 1996, p. 25), "uma instituição democrática tem que ser ao mesmo tempo sensível e eficaz: sensível às demandas de seu eleitorado e eficaz na utilização de recursos limitados para atender a essas demandas."

A décima primeira questão pediu aos entrevistados que dessem sua opinião, se as atividades desempenhadas pela UNIVALI, são eficazes como forma de combate à pobreza e como política social.

Professor 1 - *Não, não tão eficaz quanto eu gostaria. É eficaz, é. Mas podia ser mais, se a gente tivesse um programa mais estruturado internamente. (...) Eu acho que as ações podiam ser mais efetivas sim. Com certeza, se a gente pudesse se preparar melhor. Se esse programa realmente tivesse o apoio da Universidade Solidária Nacional para a nosso projeto local. O apoio que nós não temos. Eu acho que nós deixamos muito a desejar em algumas ações nossas, as vezes a gente repete muito, a gente ainda está muito centrado naquela questão da educação e saúde, palestrinha, informação. Acho que a*

gente poderia trabalhar com projetos de geração de renda e emprego. E eu acho que, em organização comunitária, aí sim, a gente poderia dar um salto qualitativo fantástico. (...)

Professor 2 - *Eu acho que sim. (...) Se a gente pensar e contabilizar todas as famílias por exemplo, que através da reativação da feira na cidade passaram a vender seus produtos, os produtos agrícolas, seus artesanatos e com isso aumentar a sua renda familiar. Os artistas que concentraram a produção, exposição de obras, venda de obras, hoje tem artistas vendendo quadros e pinturas para Recife, para Petrolina, para cidade da Bahia, é com isso que está ganhando, são suas famílias que estão aumentando a renda, estão melhorando sua alimentação, acesso à bens que antes não tinha, então isso, são resultados positivos. Grupo de jovens que estão multiplicando informações, que estão sentando para discutir problemas, que estão formando grupos e discutindo em fóruns com o poder público municipal (...)*

Espaços tradicionais de socialização dos indivíduos em instituições como a família e a educação, são afetadas pelas profundas mudanças sociais. Essas transformações quebram as fronteiras territoriais políticas, econômicas, sociais e culturais e atingem o cotidiano de todos os indivíduos, que buscam principalmente novos saberes e conhecimentos. (SOUZA, 2002)

Reis (2000), através de uma pesquisa, relata que os investimentos em educação, são acentuados pelos diferentes setores da elite, que compreendem elites políticas, empresariais, burocráticas e sindicais, como um recurso a ser explorado pelo poder público tendo em vista dar mais condições aos setores mais pobres da população, criando oportunidades para que estes possam competir por um lugar melhor na estrutura social.

A desigualdade na distribuição de renda e de oportunidades, o desemprego e as catástrofes naturais, são fatores adversos à formação de capital social que desarticulam a rede de relações existentes e exigem dos indivíduos esforços nas tentativas de reconstrução de uma rede de relações sociais de apoio e confiança. O capital social não se desgasta com o uso, mas pode ser destruído, aumentando a vulnerabilidade dos mais pobres, dos desempregados e desabrigados sujeitos às manifestações das diferentes formas de violência, transformando o ambiente numa situação em que o homem se torna o lobo dos outros. (RATTNER, 2003)

Na última questão foi levantada uma crítica que alguns analistas fazem em relação ao Programa UNISOL, considerando-o um programa neoliberal. Foi perguntado aos

entrevistados se eles concordavam com essa crítica, e também que fizessem uma avaliação quanto a isso.

Professor 1 - Bem, eu tenho o seguinte. Quem faz o projeto, é quem está administrando ele. (...) Eu tenho bem claro o que eu quero. Quero uma transformação concreta da sociedade. Então, o programa pode ser liberal, neoliberal, agora eu não sou neoliberal. Eu conduzia as equipes num trabalho de transformação social, de organização comunitária. (...) Então eu não me preocupo com conceitos, eu me preocupo com a minha prática. E a prática da Universidade Solidária, pelo menos das equipes que eu coordenei, eu posso afirmar com toda certeza, foi de transformação social, sim. (...) A avaliação que eu faço, é de que eles sim, tem muita coisa de assistencialismo. O projeto tá enraizado muito no tipo projeto RONDON, de dar assistência para os pobres, para os miseráveis do nordeste, esquecendo a nossa realidade. (...) Você deveria fazer programas culturais e não programas de assistência. Então se existe o Programa Universidade Solidária, é porque existe uma demanda, uma necessidade. Uma necessidade de você intervir numa realidade. (...)

Professor 2 - (...) Primeiro nós não estamos discutindo a idéia de substituir o papel do Estado, nós estamos assumindo um compromisso de multiplicação de informações que são produzidas dentro da universidade. O grande dilema da Universidade, não da Univali mas, da universidade brasileira hoje, é discutir como dar uma aplicabilidade social, prática para os conhecimentos científicos produzidos dentro da universidade. (...) Então, o foco aqui não são as pessoas daquela comunidade, são os acadêmicos. (...) o Estado também em grande parte da história de vida da Unisol, o Estado foi o financiador. Então, nós não estamos substituindo o papel do Estado, nós estamos fazendo direito aquilo que ele fazia mal feito. (...) Sabe, vamos discutir, é claro que existem muitas falhas, é claro que em algumas vezes o programa acaba sendo encarado de forma assistencialista. (...)Então, isso ao meu ver não tem nada de neoliberalismo, pelo contrário, tem muito de mudança na própria estrutura de gestão e de administração, provocada por um exercício do poder político transformado em poder de pressão através da organização, uma espécie de agir comunicativo.

A realidade atual requer propostas urgentes para resolver problemas básicos das populações. A focalização é uma ação do Estado concentrada em segmentos da população, ou seja, para os muito pobres. Usa o critério da extrema pobreza para justificar o gasto social. Grupos de risco passam a ser objeto privilegiado de políticas no processo de focalização.

Segundo Farah (1998, p. 4):

A proposta neoliberal da intervenção do Estado na área social se completa em sua proposta de reforma da gestão das políticas, dos programas e das instituições estatais atuando nesta área. Procura-se garantir a eficiência do gasto do setor público e maior eficácia a suas ações, nas áreas em que o Estado permanece, seja como provisor direto, seja coordenando a provisão transferida ao setor privado.

A descentralização não significa apenas transferir atribuições, mas é vista sobretudo como redistribuição de poder. A focalização, por sua vez, prioriza as ações para segmentos da população. No entanto, as políticas seletivas devem ser entendidas como complementares a políticas universais de caráter redistributivo e a políticas de desenvolvimento orientadas para a superação de desigualdades estruturais. (FARAH, 1998)

A busca da Reforma do Estado resulta de uma crítica à ação do Estado, atribuindo parte desse mal desempenho ao padrão de gestão prevalecente no setor público, ou seja, o padrão burocrático.

... para estabelecer condições de intervenção efetiva do Estado, os governos devem ser capazes de controlar as ações econômicas dos atores privados e os cidadãos devem ser capazes de controlar os governos. Os agentes privados devem se beneficiar quando agem no sentido de interesse público e devem sofrer sanções quando não o fazem; o mesmo deve ocorrer com os governos. (PRZEWORSKI, 1995, apud ARRETCHE, 1996, p. 58)

Um novo paradigma de gestão para o setor público segundo Farah (1998), procura formular alternativas para a reforma do Estado, baseado no pensamento progressista adequado aos desafios postos pela crise. Para o autor:

Na perspectiva progressista, a preocupação com a eficiência e com a eficácia se articula à preocupação com a *equidade* e com a democratização dos processos decisórios, envolvendo tanto alterações internas à máquina burocrática (o que inclui propostas de descentralização), como novos padrões de relação entre Estado e Sociedade Civil. (FARAH, 1998, p. 6)

Os professores declararam que estão muito mais envolvidos com as práticas dos trabalhos, visando uma mudança de qualidade de vida e de transformação para a sociedade, do que com os conceitos e críticas. No entanto, ambos avaliam que o programa algumas vezes acaba sendo encarado de forma assistencialista.

Questionada se cabem ações assistencialistas no Programa, Elisabeth Vargas (2002, p. 60) declara:

Até cabem, mas de forma incidental. Às vezes a pedido da comunidade, da prefeitura. Às vezes em situações emergenciais. Extrair dentes, por exemplo, não

acontece mais. Mas tivemos que trabalhar essa questão do assistencialismo em reuniões, seminários, publicações. O assistencialismo é a resposta mais fácil para enfrentar a miséria. E a mais ineficiente.

Na afirmação de Rattner (2003, p. 4): "a colaboração entre o poder público e a sociedade civil afigura-se como fator fundamental para mobilizar e liberar as forças criativas latentes para a luta por um desenvolvimento sustentável em nossa sociedade."

4.2 A VISÃO DA COMUNIDADE

Nesta parte do trabalho analisamos os impactos do Programa Universidade Solidária - UNISOL, correlacionados às ações desenvolvidas pela equipe da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI em Belém de São Francisco.

Segundo Roche (2002, p. 209), "Se as avaliações de impacto precisam reconstruir a história, freqüentemente por meio de entrevistas, há um consenso cada vez maior de que isso deve ocorrer logo após o acontecimento. Entretanto, pode também ser necessário providenciar a avaliação de impacto a longo prazo."

No que se refere à amostragem, quanto às percepções à nível pessoal, para análise de conteúdo, realizou-se entrevistas que foram gravadas junto a representantes de diferentes segmentos, somando um total de 14 pessoas da comunidade belemita, incluindo diretora de escola estadual, diretor administrativo da associação dos artistas, agente comunitária de saúde, auxiliar de enfermagem, professor, estudante, diretor da faculdade, vice-diretora da faculdade, assessor especial da prefeitura e presidente do diretório acadêmico, presidente da associação belemita de artistas e assessor da secretaria de projetos especiais, coordenador da pastoral da juventude e professor, presidente do comitê gestor do fome zero, monitora do PETI e radialista. Com esses dados pretende-se fundamentar a percepção da comunidade, sobre os benefícios ou impactos do Programa UNISOL em Belém de São Francisco.

Na visão de Cano (2002, p. 106):

As dificuldades para a objetividade no trabalho de avaliação podem ser enfrentadas de diversas formas. Uma delas é propor que o avaliador, não podendo ser objetivo, explique publicamente, à maneira weberiana, os seus valores e os juízos de valor que estão por trás das conclusões, para que estas últimas possam ser interpretadas à luz dos primeiros.

A pesquisa participativa e qualitativa, na afirmação de Roche (2002, p. 312):

Aceita que os pesquisadores ou observadores sejam necessariamente parte do que observam, e que suas próprias atitudes, crenças e comportamentos determinarão, pelo menos em parte, as informações colhidas. Portanto, ela enfatiza a qualidade e a intensidade do envolvimento, bem como a checagem cruzada das descobertas a partir de várias perspectivas.

Alguns dados serão explicados com elementos oriundos da própria pesquisadora, tendo em vista sua participação como membro do projeto. "É extremamente difícil, senão impossível, para o pesquisador permanecer distante ou independente do processo que ela ou ele está pesquisando." (ROCHE, 2002, p. 115)

Segundo Roche (2002, p. 161), "Para fins de avaliação de impacto, a observação significará, sobretudo, a capacidade que alguém tem de perceber sempre as mudanças que estão ocorrendo dentro das comunidades e entre os grupos de pessoas. Significará também explorar o inesperado ou não-usual, e o que não foi dito."

Na primeira questão, os entrevistados declararam qual a importância do Programa Universidade Solidária.

Entrevistado 1: "(...) eu faço parte dos movimentos da Unisol, desde o começo, desde quando ela veio pela primeira vez, eu posso afirmar, que a Unisol é fundamental em todos os sentidos, atinge todas as áreas possíveis e a cidade conseguiu adquirir uma injeção de adrenalina no bom sentido da palavra, de motivação com a vinda de vocês. Vocês são fundamentais para a gente, porque a cada seis meses com a vinda de vocês para cá, as pessoas se renovam, os interesses se renovam toda esta postura voltada para o social, para a comunidade é renovada com a vinda de vocês (...)"

Entrevistado 2: "O programa Universidade Solidária, no momento em que o Brasil realmente precisa dessa assistência por parte de todos os segmentos e numa região como a nossa carente de, principalmente de educação, o Universidade Solidária que entre com a sua assistência para a constituição de fóruns, de associações, um processo de esclarecimento e informação de cidadania que é verdadeiramente o que o povo brasileiro precisa e principalmente o povo do semi árido nordestino."

A importância do Programa UNISOL está relacionado a mobilização da comunidade. A comunidade se torna mais unida e ativa com a presença da equipe, se envolve nas

atividades desenvolvidas num processo coletivo. A UNISOL dentro da sua proposta consegue unir a comunidade em torno dos trabalhos que vem desenvolver.

Além disso, um outro aspecto importante de registrar, como elemento de originalidade, é o fato de estimular-se a prática associativa. Segundo depoimento, no caso do PETI, a equipe conseguiu em 2003 trabalhar em conjunto com o grupo de jovens, com os artistas de Belém e os próprios monitores em prol da reforma da casa onde funciona o PETI, e com isso, fez com que a comunidade se unisse em favor de uma ação que beneficiaria as crianças.

Segundo um dos membros da comunidade, o Programa Universidade Solidária é importante na medida em que ele desperta, motiva e sensibiliza os formadores de opinião da comunidade, no sentido de se envolverem com as atividades comunitárias, tornando-se multiplicadores.

***Entrevistado 9:** "(...) o ponto principal do programa é exatamente esta interação entre regiões, entre universidade e comunidade, entre aquelas universidades que estão nos centros mais desenvolvidos do país e as regiões mais carentes de nosso país. Então eu vejo isso como uma coisa bastante positiva, porque além dos jovens universitários conhecerem melhor o nosso país, eles podem de certa forma colaborar e principalmente na mobilização das comunidades carentes, na orientação dessas comunidades. (...)"*

Outro aspecto relatado pela maioria dos entrevistados está relacionado ao intercâmbio entre a universidade e a comunidade. A troca de experiências é um processo muito rico que possibilita levar conhecimento e desenvolver trabalhos de interesse para a comunidade. Os belemitas ressaltam que esta integração com estudantes de outra região, de vários cursos diferentes, é um diferencial bastante positivo na orientação da comunidade em geral. Os jovens acadêmicos, de certa forma colaboram principalmente na mobilização de comunidades carentes e, além disso conhecem melhor a realidade de nosso país.

Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo (2004), Ruth Cardoso declara que:

Numa atividade típica de extensão universitária, a Unisol proporciona lições que nenhuma sala de aula pode oferecer, ao colocar estudantes diante de uma face do país que só conheciam por livros, jornais ou televisão. Em quase uma década de operação, foram efetivadas parcerias com mais de 200 universidades, e quase 20 mil estudantes participaram de ações da Unisol em mil localidades diferentes.

A segunda questão feita aos entrevistados relata os benefícios que o Programa UNISOL trouxe para as comunidades atendidas.

Entrevistado 1: *"Os benefícios são diversos. A pastoral da juventude foi atingida, assim como eu falei a princípio por diversos fatores, como, motivação, estruturação, adquiriu mais maturidade., isto foi importante demais para a pastoral, as técnicas que foram passadas, técnicas diversas para se trabalhar com a juventude, a questão dos aspectos dos movimentos sociais, que nós já fazíamos, mas, adquirimos assim uma maior experiência com a Unisol (...) a capacitação com pessoas voltadas para a saúde, foi fundamental. Também a criação de associações, isso que foi na minha opinião muito importante, daí surgiu, por exemplo, a ABA – Associação Belemita de Artistas, (...) está andando e aos poucos vai mudando a cara da cidade, enfim machetaria, a reforma dos bonecos gigantes, foi fundamental que mexeu também com a cultura local, em todos os aspectos foi fundamental, foi importante."*

Entrevistado 2: *"Nós tínhamos associações de bairro que estavam desativadas, desarticuladas e com a visita da equipe da Universidade Solidária esses grupos estão prontos para funcionar novamente com uma nova metodologia, passaram justamente por um processo de esclarecimento, a constituição do fórum de DLIS, também estava desativado, a rádio comunitária de Belém de São Francisco que até então não tínhamos, mas hoje já existe um projeto, e isto tudo em parceria com a Universidade Solidária (...)"*

Entrevistado 5: *"Vocês articulam o conhecimento e a prática, o conhecimento não é estanque (...) então isso é que é significativo, é o que eu acho válido, essa participação na formação do adolescente mesmo, formação educativa dele, de descobrir interesses de motivá-lo, de levantar a auto-estima desse jovens, são pontos que eu vejo que vocês conseguem, que isso é um benefício para a sociedade, um benefício para a comunidade, um benefício para a escola, esses alunos que participam ficam com auto-estima, ele tem participação maior na escola, eles se envolvem mais."*

Os entrevistados ressaltam inúmeros benefícios deixados pelo Programa UNISOL, entre os quais destacam-se as diversas técnicas para trabalhar com a juventude, a capacitação com pessoas da área da saúde, criação de associações, a reforma dos bonecos gigantes, a revitalização do fórum DLIS, palestras, capacitação de professores, de alunos, a reforma do mercado público e, motivar e mobilizar a comunidade.

Foi dada grande ênfase em relação a mobilização da comunidade na busca de soluções para problemas mais graves que englobam a questão da moradia, a questão da saúde, saneamento, educação, pelo fato desses temas serem discutidos por grupos externos, ou seja, a equipe UNISOL , através de fóruns, criando uma imagem positiva da situação e mostrando alternativas e oportunidades de crescimento, possibilitando à comunidade uma maior organização na reivindicação desses problemas.

Conforme Putnam (1996, p. 181), "a confiança social pode manar de duas fontes conexas: as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica." "A regra da reciprocidade generalizada é um componente altamente produtivo do capital social." (1996, p. 182). Ela está relacionada a um amplo sistema de intercâmbio social. "Nas comunidades em que as pessoas acreditam que a confiança será retribuída, sem que dela venham a abusar, existe maior probabilidade de haver intercâmbio." (1996, p. 182)

Na terceira questão foi perguntado aos entrevistados quais ações obtiveram maior êxito nas atividades desenvolvidas pela UNIVALI.

***Entrevistado 1:** "Eu vou destacar a primeira vinda, pois esta nos marca mais. Quando veio a primeira vez, a equipe conseguiu reformar os bonecos gigantes (...) São os primeiros bonecos gigantes do Brasil, e aí juntou uma equipe, porque não foi um momento só da Unisol, a Unisol conseguiu envolver a pastoral da juventude, conseguiu envolver a classe dos artistas e outras pessoas, enfim voluntários, pessoas que se engajaram neste projeto, daí surgiu a reforma do mercado, pintura do Mercado Público Municipal que é um prédio, Patrimônio Histórico que estava abandonado (...) e hoje é a sede da associação de artistas da cidade. (...) Fora as associações, são os aspectos que eu acho muito importante para desenvolvimento local e que a Unisol tem estruturado muito, tem dado força para as associações que já existem e criado novas associações, o cooperativismo é fundamental para o desenvolvimento local, e eu acho que a Unisol tem este papel fundamental aqui (...)"*

***Entrevistado 2:** "As principais ações estão voltadas justamente para reconstituição desses fóruns, do fórum de DLIS, das associações de bairro, associações rurais, constituição da rádio comunitária, o processo de conscientização ambiental. Acho que principalmente a constituição dos fóruns, que aí vai caber a nós do poder público, entidades civil e o sindicatos, igrejas, dar andamento a esta semente plantada aqui pela equipe."*

Entrevistado 5: "Na formação de professores, que em julho passado a equipe que veio, trabalhou na capacitação de professores, então aqui, a gente já colocou um espaço para fonoaudióloga, para trabalhar questão de voz com o professor. Na formação de metodologia também, no mês de julho, coincidiu com o período de aula aqui, então vocês tiveram a ação muito boa, (...) a questão pedagógica, então essa questão de formação de professores é uma ação muito boa, essa questão dos portadores de deficiência, (...), as oficinas agora de, inglês, informática, eu acho um sucesso para sacudir o aluno, para abrir caminhos, (...) então a gente já coloca no projeto Político Pedagógico da escola essa parceria, com o universidade solidária (...)"

Conforme as declarações acima, observa-se que a UNISOL tem implementado ações durante essas quatro intervenções, desenvolvendo atividades com as crianças, abrangendo ações educativas, culturais e lúdicas. A reforma da sede do PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, outra ação concreta realizada pela equipe UNISOL, beneficia um grande número de crianças. Sobretudo, é importante destacarmos o envolvimento, a união da comunidade em torno de um projeto que foi desenvolvido. As crianças inclusive estão aprendendo as técnicas do papel machê, para confeccionar bonecos, e assim, continuar com as tradições culturais de Belém de São Francisco. A preservação das tradições culturais faz com que as comunidades valorizem seus conhecimentos .

FOTO 8: BONECOS GIGANTES E ATIVIDADES CULTURAIS



FONTE: Arquivo da autora 21/01/04

FOTO 9: ATIVIDADES LÚDICAS



FONTE: Arquivo da autora 24/01/04

Segundo depoimentos, várias associações de bairro estavam desativadas, desarticuladas e, com a visita da equipe da UNISOL esses grupos passaram por um processo de esclarecimento e voltaram a funcionar novamente com uma nova metodologia.

O trabalho realizado no associativismo estava ligado aos projetos de continuidade das propostas realizadas pelas equipes passadas, que consistiam no supervisionamento das associações já fundadas, na manutenção de suas atividades, bem como na capacitação dos associados para a gestão interna das associações.

Foram realizadas reuniões com associações já existentes, na qual destacaremos a reunião do Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS.

Conforme expressa Giddens:

Programas convencionais de socorro à pobreza devem ser substituídos por abordagens centradas na comunidade, que permitem uma participação mais democrática além de serem mais eficazes. A formação de comunidades enfatiza as redes de apoio, o espírito de iniciativa e o cultivo do capital social como meio de gerar renovação econômica em localidades de baixa renda. O combate à pobreza requer uma injeção de recursos econômicos, mas aplicados para apoiar a iniciativa local. (GIDDENS, 1999, p. 120)

O Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável constituído desde 1999, em Belém de São Francisco com o apoio do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, e Comunidade Ativa³⁷, pela falta de empenho dos órgãos responsáveis, deixou de desempenhar seu papel por questões financeiras e políticas. Tanto a mudança política, quanto a gestão centralizadora municipais, foram fatores preponderantes no lento processo de desenvolvimento local, provocando desestímulo.

A revitalização do Fórum DLIS, é um fator muito importante para a comunidade. É através dele que a sociedade se mobiliza para discutir os problemas e buscar as soluções. Para a Unisol seria ótimo ter a parceria também do Fórum DLIS. Devido o importante papel que o Fórum tem para o desenvolvimento local, principalmente pela metodologia utilizada de participação popular, fica evidente a necessidade de sua revitalização.

A reforma do Mercado Público Municipal (Foto 10) é uma das ações desenvolvidas pela UNISOL, com grande destaque. Praticamente todos os entrevistados citaram-no como uma referência da Unisol dentro do município.

A primeira vez, em julho de 2002, quando a UNIVALI foi para Belém de São Francisco, houve um grande envolvimento da população com a equipe. A UNISOL conseguiu envolver a pastoral da juventude, a classe dos artistas, e muitos outros voluntários, pessoas que se engajaram neste projeto com o propósito de revitalizar o mercado, onde hoje em uma parte, está a sede da associação de artistas da cidade.

A sustentabilidade das ações é constatada nas associações criadas, na qual, como exemplo citado pela própria comunidade, destacamos a Associação Belemita dos Artistas - ABA. Em Belém de São Francisco originaram-se os bonecos gigantes do Brasil, no ano de 1919. Com o passar do tempo os bonecos gigantes foram se deteriorando e de certa maneira abandonados. Então, o professor Pedro, passou a técnica do papel machê, que deu novo visual, e, principalmente vida aos bonecos, resgatando a cultura da cidade.

A feira, que já não mais existia em volta do mercado, depois da reforma, voltou a funcionar, e hoje como podemos verificar na foto 11, há uma grande concentração de barracas oferecendo os mais variados produtos, e principalmente, gerando renda.

³⁷ Lançado em meados de 1999, o programa Comunidade Ativa aposta no desenvolvimento local, integrado e sustentável como alternativa para reduzir os problemas sociais e econômicos de localidades mais pobres. As ações de desenvolvimento são decididas pela própria população, rompendo com as práticas assistencialistas e programas impostos de redução da pobreza. A partir de uma ampla mobilização popular, os próprios municípios identificam suas necessidades e montam sua lista de prioridades.

FOTO 10: MERCADO PÚBLICO



FONTE: Arquivo da autora 24/01/04

FOTO 11: FEIRA AO LADO DO MERCADO



FONTE: Arquivo da autora 24/01/04

A questão quatro, traz relatos dos entrevistados em relação ao trabalho nas escolas com professores e alunos, se ele atende as necessidades do setor educativo.

Entrevistado 1: "(...) desde a primeira vez, a capacitação nesta área de professores, reajustes, a questão didática, ela é revista, a questão do poder trabalhar, novas idéias, ver a educação com novos olhos, realmente eu acho assim, fundamentalmente a área de educação foi atingida, (...)"

Entrevistado 7: "Com certeza esta parte nas escolas é a espinha dorsal do programa, porque justamente nas escolas é que estão os formadores de opinião, que são os alunos e professores e esse senso de trabalhar em parceria, em união realmente é que vai dar o maior sucesso. "

Os entrevistados na sua grande maioria, declararam que a proposta no setor educativo contribui muito em todos os aspectos dentro da escola. Tanto professores quanto alunos se envolvem bastante nas capacitações, nas palestras e demais atividades voltadas à esta área.

O trabalho nas escolas vem sendo importante em todas as áreas, trazendo orientações, idéias inovadoras que trazem uma capacitação mais ampla para os professores e, que conseqüentemente transmitem esse conhecimento aos seus alunos, somando um aprendizado mútuo. Assim, o Universidade Solidária desempenha um trabalho de uma forma conjunta com os professores, de maneira que obtenha resultados positivos no âmbito da educação.

Segundo Brandão (1997, p. 17):

A educação é, assim, essa indispensável comunicação de valores e experiências, que se sucedem, beneficiadas pelo influxo inovador de cada geração. Pode-se portanto, dizer que a educação é a mais vívida expressão da comunidade entre os homens. As grandes energias germinais, que cada ser humano traz dentro de si, desdobram-se num amadurecimento progressivo, num processo interior e pessoal, mas que encontra sua plena expressão na convivência com os valores da sociedade.

Na quinta questão, os entrevistados relataram em que área existe maior deficiência ou carência de investimento humano por parte da UNIVALI.

Entrevistado 2: "Setor agrícola, Belém é uma cidade agrícola, Belém já foi o maior produtor de cebola do Estado de Pernambuco e nós

temos oitenta e oito ilhas que, com um potencial agrícola enorme, mas que isto não é explorado. Hoje a gente traz de fora a mandioca, o feijão, o feijão por incrível que pareça a gente traz de fora, alimentos básicos a gente traz de fora. Com o Fome Zero a gente está tentando fazer aí um consórcio e ver se melhora esta situação. Mas, eu acho que a Univali poderia contribuir muito de uma próxima vez, voltando mais ainda seus esforços para o setor agrícola."

Entrevistado 7: *"Eu creio que se for possível seria necessário talvez um apoio no que diz respeito a trabalhar família, trabalhar a questão da família, porque nós sabemos que a família é a base e nós sabemos que a família está sendo, está sendo desestruturada por muitos problemas, falta de comunicação no lar, a Televisão, a influência da Televisão,(...)"*

Entrevistado 9: *"Uma é a questão da saúde pública eu acho que é uma coisa que pode se orientar com mais intensidade as comunidades carentes e, outra é na questão da educação, eu acho que a Unisol pode elaborar e fazer um projeto mais eficaz na reeducação. Ela pode vir com um projeto concreto de atuação, de mobilização da comunidade e dar o pontapé inicial para que a comunidade depois dê continuidade a este projeto de reeducação do analfabetismo, de zero criança fora da escola, um programa dessa natureza (...)"*

Entrevistado 11: *"Eu acho assim , os adolescentes nas horas das drogas , porque a juventude gosta muito de se envolver com isso enfim , é a parte que mais deveria ser desenvolvida e também a área da criminalidade que os jovens se desviam muito pra esse lado, e eu acho que vocês deveriam explorar mais essa área buscar mais conhecimento e ensinar bastante a eles que trouxessem mais opções (...)"*

Entrevistado 12: *"Acho que mais, a área da saúde. Eu acho que está faltando mais é um trabalho de conscientização para os adolescentes. Aqui é uma coisa séria tem ano mesmo que você não vê uma pessoa de 20 anos engravidando, é de 14 , 15 anos."*

Percebe-se pelas respostas acima, que a cidade de Belém de São Francisco passa por várias privações. Observa-se nos depoimentos várias questões e áreas que poderiam ser mais exploradas, nas quais relacionam-se o setor agrícola, a zona rural, a questão familiar, saúde, educação, formação profissional, geração de emprego e renda, desenvolver atividades mais específicas com os jovens, hortas comunitárias, e também, outra carência foi atribuída a falta de participação popular.

Outro aspecto destacado foi o período de tempo que é muito curto. Atender à uma demanda tão grande de necessidades em 21 dias é impossível.

Para Ruth Cardoso (2004), novas formas de interlocução com a sociedade são fundamentais:

Ações de assistência humanitária são bem-vindas e até necessárias, assim como o crescimento econômico é pré-condição para melhorar as oportunidades de geração de emprego e renda aos mais pobres. Mas, sem preparação do capital humano, sem formação para a cidadania, sem a articulação da sociedade organizada, não se pode imaginar que haverá desenvolvimento social.

Na sexta questão foi perguntado aos entrevistados se as áreas de atuação da UNISOL, são realmente as mais importantes para o município.

Entrevistado 1: "(...) a vinda de vocês para cá tem sido muito importante, porque depois que vocês vieram pela primeira vez, lógico que coincidentemente, graças a Deus aconteceram outras coisas boas que influenciaram também. A violência, foi assim realmente diminuída grandiosamente e isto tem influenciado para o retorno de pessoas, para a permanência de visitantes na cidade (...), então vocês são fundamentais, foram desde o princípio, são e vão continuar sendo fundamentais. Eu quero até frisar: vocês não podem deixar de vir para cá, (...) o processo de crescimento começou a entrar em processo agora, em crescimento agora, começou a sair da estagnação agora, então vocês precisam continuar vindo para cá, as coisas estão acontecendo e vocês fazem parte disso, historicamente, porque vocês entraram na história de Belém neste aspecto, fizeram com que a cidade passasse a crescer e acreditar mais em si mesma, a comunidade em sentido geral, por isto que é tão importante a vinda de vocês para cá."

Entrevistado 2: "Com certeza. Até porque já existia uma discussão dentro do comunidade ativa e aí foram alavancados 10 principais problemas de Belém de São Francisco e a Univali vem trabalhando justamente em cima disto. Inclusive a agricultura, como eu falei, é um desses 10 problemas que a gente tem. Mas atende a expectativa, está correspondendo e realmente trabalhando em cima das reais necessidades."

Entrevistado 6: "A Unisol vem na área que é a base para qualquer município, que é em torno da educação, saúde. Principalmente o social, porque são as três bases que regem uma cidade, se você não for fazer um tipo de reeducação neste três setores você não consegue, a cidade não consegue se desenvolver então você tem que estar

trabalhando a educação, o social e a saúde. (...) Então são essa três coisa que vocês vem para cá trabalhar. Eu acho que isto é o fundamental para cidade."

Observa-se nos relatos acima, que as áreas de atuação da UNISOL são realmente importantes. Os entrevistados relataram diversos benefícios que o município alcançou com as intervenções do UNISOL. Belém de São Francisco é uma cidade com alto nível de carência em praticamente todos os setores. Neste sentido, tudo que é desenvolvido, gera um ganho para a comunidade, seja no processo de crescimento da cidade, no próprio crescimento pessoal da comunidade que passa a acreditar mais em si mesma, na criação de organizações populares, na orientação à professores e monitores, na educação de uma maneira geral, na saúde, nas associações, nas atividades com crianças carentes.

Na sétima questão os entrevistados relataram qual o grau de mobilização por parte do poder público: prefeito, secretários, em relação às ações desenvolvidas.

Entrevistado 2: *"(...) Eu acho que o poder público tem deixado a desejar. Um exemplo disso é que o fórum de DLIS estava desativado. Por falta de computador, por causa de um telefone. (...) Porque o Fórum DLIS é justamente isso, é um povo que se manifesta, que está se passando, eu acho que o poder público deixa muito a desejar e até sugiro assim, que em um próximo contato a gente tente interagir com o poder público, esclarecer para o Prefeito, para o Secretariado, para os Vereadores, o papel da Univali e para que eles possam reconhecer o valor e a importância que tem o papel desenvolvido."*

Entrevistado 3: *"(...) eu acho que a gente poderia contribuir mais, eu acho que a prefeitura deveria contribuir mais, deveria e poderia contribuir mais, não é. Esta crítica eu faço, eu acho que a gente não tem contribuído tanto quanto o programa merece, (...) mas é uma crítica que eu faço assim internamente, dentro do governo. Eu acho que o governo, não tem sido participativo, (...) Tem contribuído, mas não com a efetividade que deveria ser."*

Segundo os entrevistados, como é possível acompanhar-se nas declarações acima, há pouca mobilização por parte do poder público.

Para Robert Putnam (1996), o funcionamento efetivo das instituições políticas é formado pelo contexto social no qual operam, acentuando como variável decisiva a cultura cívica. Assim, a diversidade de governos regionais capazes de formular as suas competências

são diretamente estabelecidas pela existência do capital social, constituído pela cultura cívica destas regiões.

Nestes termos, as variações na disposição dos governos locais brasileiros, quanto a funções de gestão de política social está relacionada aos melhores índices de desempenho de gestão pública naquelas regiões onde a tradição de participação política fosse mais forte e, paralelamente quanto mais verticalizadas as relações políticas, piores índices de desempenho seriam encontrados. Sendo assim, os resultados estão diretamente relacionados ao grau de participação política.

Na oitava questão foi perguntado aos entrevistados, qual o grau de participação por parte da comunidade em relação às ações desenvolvidas.

Entrevistado 1: *"Total. Porque além da capacidade, vocês trazem esta simpatia, esta coisa meiga, esta coisa fina que vocês tem por natureza, então a comunidade se empolga não só por apenas amar vocês, porque nós aprendemos a amar vocês, mas por uma questão realmente de perceber a importância de pessoas que não são da cidade, pessoas que vem lá de uma cultura totalmente diferente, pessoas que vem de tão longe para se preocupar com a cidade, com as nossas preocupações. (...) Enfim, a comunidade participa intensamente, mas, agora é lógico, a participação tem uma tendência a ser crescida, aumentada."*

Entrevistado 3: *"(...) na realidade eu acho que pelo número de vezes que vocês já estiveram aqui era para a gente estar num estágio mais avançado, mas eu acho que há uma participação, não é aquela coisa, é um processo cultural, um processo que já vem arraigado de não participação da sociedade, na realidade da sociedade nordestina, (...) eu acho que a Unisol contribui, que é lento, mas contribui."*

O grau de participação por parte da comunidade, conforme pode-se observar nas afirmações destacadas, é bastante variada. Há um envolvimento muito grande da comunidade junto à algumas atividades do UNISOL. Porém, em outras falta um trabalho mais informativo junto a essa comunidade, pois as questões culturais são muito presentes.

Entrevistado 11: *"Não , no meu ver eles não participam muito, eles não procuram buscar é como se existisse uma barreira entre comunidade e prefeitura . – Você acha que é por medo ou desinformação ? - Eu acho que é pelas duas coisas medo, desinformação, eu acho que eles não tem o conhecimento do poder"*

que eles tem, que eles poderiam conseguir se, se unissem se realmente se informassem em grupos, associações eu acho que eles não tem esse conhecimento geral do todo, e acabam se acomodando, com o que está acontecendo. Reclamam, mais não buscam."

Entrevistado 12: *"As pessoas quando vocês saem, eu acho que a presença de vocês faz com que eles queiram, mas quando vocês vão embora aí sei lá. Então, uma coisa que poderia ser feita pra essas pessoas continuarem esse trabalho, era a gente deixando alguma coisa, que partisse daqui. Agora a gente tem que tentar pra vê o que a gente pode fazer aqui pra não parar, o trabalho."*

Entrevistado 5: *"A questão da horta, é uma das coisas que a gente quer muito envolver a comunidade e também os cursos de informática que a escola desenvolve atendendo os pais e a procura é pouca, (...) ainda é uma procura muito pequena certo, ele não está ainda motivado, estimulado, não sei, não é isso que eles querem entendeu, não sentem a necessidade, (...) a intenção nossa é que a comunidade utilize mais os recursos que tem disponível na escola."*

Conforme comprova-se acima, nos relatos dos demais entrevistados, a participação da comunidade em relação às ações desenvolvidas é muito pouca. Esse baixo envolvimento está associado à falta de continuidade.

O engajamento do indivíduo em redes informais e organizações cívicas formais, segundo Grootaert et al (2003, p. 6 apud Loebel, 2004, p.3-4), relacionam o capital social e a pobreza, como:

(...) um conjunto de problemas sociais - criminalidade, saúde, pobreza, desemprego - tem sido empiricamente associado à existência (ou falta de) capital social em uma comunidade, e com eles um sentido de preocupação por parte de cidadãos e formuladores de políticas públicas de que novas formas de capital social precisam ser imaginadas e construídas, conforme outras formas mais velhas entram em declínio. Essas questões são relevantes tanto para países onde a renda per capita é alta, como para aqueles onde a renda é baixa.

Na nona questão, os entrevistados responderam se o conjunto de ações é suficiente para resolver o problema ou atender a demanda que deu origem ao programa Unisol.

Entrevistado 4: *"(...) Então, todas as propostas são positivas e Belém de São Francisco nunca teve proposta tão exemplares quanto a proposta que a Unisol trouxe, agora lamentavelmente o que falta é apoio, porque com estas propostas que vocês trouxeram se tivesse*

apoio bem firme, Belém do São Francisco ia, através da Unisol ser verdadeiramente uma Belém. (...)"

Entrevistado 8: *"Eu acho que é suficiente, o importante é só as coisas que a gente está aprendendo com vocês, que o prefeito, que todo mundo dê continuidade, vocês tão dando um início, o importante agora é com a gente tentar dar continuidade a coisa funcionar."*

Entrevistado 11: *"A proposta é boa, eu só acho que deveria ter mais tempo para abranger no meio da comunidade, são ótimas as propostas o trabalho também, eu só acho que deveria ter mais tempo para ocorrer um melhor desenvolvimento."*

Conforme os entrevistados acima, a falta de continuidade presente na comunidade, é um fator negativo, assim como, as limitações de tempo que são escassas para atender a tantas mazelas.

Entrevistado 7: *"Na área urbana a gente sente que há um atendimento bom, de bom para ótimo, eu creio que talvez precisasse de mais ações na área rural, alguma coisa para atender mais a convivência com a seca, (...) que pudesse trazer informações até para o poder público mesmo, como trabalhar esta questão da seca. A questão da pesca, também a gente tem este potencial aqui no município. Como organizar as associações voltadas para a questão da pesca. E o próprio trabalho também de, na área agrícola, nas ilhas, como pudesse trabalhar preservando a natureza, (...)"*

Outro aspecto que vários entrevistados destacaram é que as ações deveriam ter um outro foco, um novo modelo.

Entrevistado 2: *"Suficiente acho que não. É importante, importante até demais. Também, para ser suficiente precisaria do envolvimento do poder público. Não adianta a Unisol, a Univali trazer as melhores propostas para a gente alavancar Belém, tirar Belém desse IDH que a gente tem, se o poder público não se envolve. Quando o poder público se envolve, a sociedade também se envolve, aí existe aquela interação. Acho que não é suficiente, mas é o suficiente para que a gente possa alavancar a economia, melhorar os índices sociais, acho que muita coisa depende da gente, da gente que fica em Belém de São Francisco."*

Outra idéia que obteve destaque, é que as ações não são suficientes, pois existe uma ausência do poder público em relação ao próprio desenvolvimento da comunidade, e conseqüentemente com este ato, surge a incapacidade da comunidade de interagir com o processo de melhoria.

Segundo Milani (2005), os fatores de ordem social, institucional e cultural são reconhecidos por terem impacto direto no aumento qualitativo da comunicação entre indivíduos e atores sociais, na produção de melhores formas de interação social e na redução dos dilemas da ação coletiva. "É fundamental pensar o desenvolvimento local enquanto projeto integrado no mercado, mas não somente: o desenvolvimento local é também fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos de natureza social, política e cultural." (MILANI, 2005, p. 2).

Na décima questão os entrevistados responderam se os objetivos que justificam a existência do Programa estão bem definidos.

Entrevistado 1: *"Estão, os objetivos estão. (...) quando vocês vem para cá eu observo mesmo de fora o grau de definição profissional a objetividade de cada um de vocês, então os objetivos pelo que eu vejo da parte da Unisol são muito bem definidos (...) a objetividade de vocês tem feito com que a comunidade passe a ter objetivos também assim misturando, mesclando com os objetivos de vocês.(...)"*

Entrevistado 7: *"A gente percebe isto na prática, que está bem definido, que são voltados para ações comunitárias, da área de saúde, educação, meio ambiente, com certeza a gente percebe que está bem claro, bem definido, os objetivos são claros e a gente sente realmente a importância e a ação realmente do que vocês vem desenvolver."*

Entrevistado 13: *"Acho que sim. Teria só que ser ampliados. (...) Então como aqui nós temos carências múltiplas em todos os setores da sociedade, acho que devia ser ampliado, e que áreas nós vamos atuar agora, né. Então nós vamos atuar na área da educação, então um grande projeto de educação pra gente deixar definido. Um grande projeto de pequenas empresas para geração de renda, um grande projeto para agroindústrias, agropecuária. Então, um projeto para que seja dado início a como a comunidade pudesse seguir, né? A idéia é muito boa, mas acho que está faltando assim, eu acho que um pouco de aumentar mais (...)"*

Percebe-se nos depoimentos acima, que na visão da comunidade os objetivos que justificam a existência do programa estão bem definidos. No entanto, as afirmações apontam

para diferentes situações responsáveis por esse processo. Os entrevistados estabelecem níveis de interpretações variados e apontam um conjunto de fatores que necessitam de ajustes e ampliação para melhorar os resultados, ou seja, integração com a comunidade, melhorar a qualidade de vida da população, seja na saúde, na educação, na participação popular, na área ambiental.

Na décima primeira questão, os entrevistados relataram quais as principais ações responsáveis pela obtenção de resultados para o município.

Entrevistado 1: *"É, por exemplo, o fórum de DLIS, de desenvolvimento social, é importante você atinge diversas camadas, diversos líderes de igreja, associações instituições educacionais, líderes comunitários, enfim, a criação do fórum foi muito importante; Devagar esta se caminhado, se estruturando, está amadurecendo, isto é importante. (...) A questão das associações, diversas, ABA, Associação de Moradores do Alto Bom Jesus, Associação de Moradores, enfim das fazendas tais e tais, enfim em todas as áreas tem sido fundamental. Estas ações principalmente eu frisaria, mas, tem lógico as capacitações com os agentes comunitários de saúde, tem as capacitações com a juventude, mostrando assim novas formas. Em uma das vezes em que vocês vieram, eu vou até destacar uma preocupação com a questão do sexo, a questão das doenças sexualmente transmissíveis que foi trabalho com a pastoral da juventude, com os grupos de jovens. (...) a ação maior que vocês tem feito é fazer com que nós Belemitas, paremos e comecemos acreditar em nós mesmos, esta ação resume todas as outras. (...)"*

Entrevistado 5: *"A recuperação do mercado público, uma ação que eu achei que ficou e as associações que foram feitas, associação de artistas, nós temos alunos nossos hoje que você vê com outra cabeça, (...) faz parte hoje de uma associação, de pintores de artistas da cidade, que foi iniciativa da Unisol, e a gente vê que eles tem outra mentalidade é outra cabeça é outro nível de participação, vestem a camisa fazem a parte deles, (...) em educação esse resultados são bastante significativos. Parte daí a auto-estima do aluno. Uma das maiores dificuldades na educação, é você trabalhar a auto estima do aluno, você motivá-lo, é ele ter interesse, é ele querer. Esta auto-estima do aluno não tem preço, é incomparável."*

Entrevistado 3: *"Eu creio que é nesta parte do associativismo, nós percebemos que agora especificamente com a revitalização do fórum de DLIS, isto aí vai ser marco realmente divisor aqui na nossa comunidade, (...) nós percebemos que nós realmente, (...) temos*

condições, e que este despertar humano em nós foi alcançado e nós temos certeza que a partir de agora, nós vamos realmente acionar o fórum (...) a gente percebe que há realmente um envolvimento das pessoas para levar a frente a questão do fórum e com certeza muitas outras pessoas virão se juntar a gente no fórum e com certeza nós iremos fazer um trabalho aqui que vai realmente mudar a face da comunidade."

Quanto aos resultados das principais ações para o município, os entrevistados destacaram a revitalização do Fórum DLIS, porque ele atinge diversas camadas, mobiliza a comunidade a buscar coletivamente soluções para os problemas; as associações, dando ênfase a associação dos artistas, que está diretamente relacionado a reforma do mercado público, que consequentemente movimentou a comunidade; o espírito de solidariedade que despertou o interesse do povo belemita, que passou a ter uma representação em diversas atividades como por exemplo a restauração do PETI; trabalhos na área da educação envolvendo alunos em atividades que despertem sua auto estima, capacitações com professores, capacitação com a juventude e capacitações com agentes comunitários da saúde.

Porém, observa-se que as limitações de tempo e a falta de continuidade, são barreiras que precisam ser superadas dentro da comunidade para que as ações apresentem resultados progressivos.

Os sistemas de participação cívica (Putnam, 1996, p. 185), "têm mais possibilidades de abranger amplos segmentos da sociedade, fortalecendo assim a colaboração no plano comunitária." Os sistemas de participação cívica que reúnem diferentes categorias sociais, ampliam o âmbito de cooperação. Por essa razão, também são parte importante do estoque de capital social de uma comunidade.

CONCLUSÃO

A questão da pobreza e da exclusão social são componentes estruturais da sociedade brasileira, mas cada vez mais existe a convicção de que pensar e agir em torno da pobreza inclui aspectos éticos de democratização das relações sociais. (JACOBI, 2003). A luta contra a pobreza e o futuro do bem-estar são fatores preponderantes da política, na busca de melhores condições de vida das pessoas, no sentido de alcançar resultados sustentáveis. Políticas públicas são fundamentais para a realização da justiça social. A vontade política, somada à eficácia e eficiência são imprescindíveis para combater a injustiça e a desigualdade na busca de um novo pacto social.

O terceiro e o quarto capítulos desta dissertação, como pôde observar o leitor, limitaram-se a apresentar e comentar as percepções de alunos, professores e comunidade envolvidos no projeto Unisol-Xingó. Apesar da variedade de aspectos que destacamos, falta ainda fazer uma análise global dos resultados da pesquisa, comparando as diferentes percepções destes atores sociais e buscando uma percepção totalizante do tema. Nestas considerações finais, além de buscar esta visão global, vamos nos dedicar a tarefa de relacionar os resultados empíricos com as questões centrais da pesquisa, a relembrar: 1) no plano micro, a análise da percepção dos atores envolvidos no processo (alunos, professores e comunidade), 2) no plano meso, a avaliação do Programa Universidade Solidária enquanto política social e, 3) no plano macro, a discussão do conjunto do processo de redefinição do papel do Estado e do Programa Comunidade Solidária, no atual estágio da modernidade e do processo social brasileiro.

1. Plano micro: a percepção dos atores sociais

Dos três segmentos entrevistados, é importante destacarmos que os **acadêmicos**, de uma maneira geral, não refletem as atividades desenvolvidas pelo programa como um todo, mas, as avaliam de forma isolada. De forma geral, o seu foco de visão está centrado nos fatores positivos e negativos dos trabalhos específicos que desenvolveram e no impacto que a experiência traz para suas vidas. Mas, apesar desta visão fortemente “empírica” e centrada nas atividades, alguns alunos destacam que o programa, além das ações de caráter assistencialista

e interventivo, tem como papel importante a geração de capital social e associativismo comunitário.

Segundo os **acadêmicos**, as atividades relacionadas direta ou indiretamente com questões educativas são ações particularmente importantes nas parcerias firmadas, pois existe por parte da comunidade uma reciprocidade muito grande. Mesmo sendo o projeto Unisol-Xingó desenvolvido no período de férias, existe uma efetividade maior nesse campo, pois, além dos alunos e professores, também, a comunidade em geral se envolve com os trabalhos. É importante salientar também, o envolvimento das lideranças locais, que de alguma forma apoiavam as iniciativas, e criavam condições de aproximação, seja na área da saúde, educação e atividades de lazer, promovendo, assim, uma integração com a comunidade. Os projetos implementados nos diversos setores da sociedade local são, na verdade, caracterizados como instrumentos de multiplicação, e, nesse sentido, quanto mais pessoas estiverem envolvidas no processo, maior a possibilidade de desenvolvimento sustentável.

Dentre os diversos elementos levantados pelos **acadêmicos**, observam-se questões que ajudam na avaliação da experiência. Em primeiro lugar, vale a pena lembrar as dificuldades de integração do grupo, ocasionadas, principalmente, por um fator contingente, a saber, a presença do MIT - Massachusetts Institute of Technology (Instituto de Tecnologia de Massachusetts) que foi um diferencial muito questionado, mas, que de certa forma, trouxe para a equipe uma experiência desafiadora e inovadora.

Outro aspecto destacado foi a falta de preparação e informação em relação as demandas existentes no município. Foi levantada a questão da viagem precursora, na qual o coordenador busca colher informações complementares junto a prefeitura e comunidade, a fim de identificar as necessidades locais, para posteriormente repassá-las à equipe, para o planejamento das ações. O período da capacitação, no qual os acadêmicos são preparados para as atividades de campo, não correspondeu aos objetivos propostos. Durante a capacitação, que aconteceu dentro da própria universidade, houve realmente uma integração muito grande entre a equipe. Bastou, no entanto, chegar a um ambiente totalmente diferente, com pessoas estranhas, falando inclusive outro idioma, (no caso do grupo do MIT) e inúmeros problemas começaram a surgir desgastando o espírito de união que havia se construído, e assim, afetando as atividades.

A falta de continuidade nos projetos e iniciativas implementadas pela equipe UNISOL, é algo que impressiona. A comunidade participa de uma maneira efetiva enquanto a equipe está na cidade. No entanto, a partir do momento que encerram-se as atividades

realizadas durante 3 semanas, e a equipe retorna à Universidade, percebe-se que a comunidade não se mobiliza para dar andamento e continuidade nas ações desenvolvidas. Para esta questão os **acadêmicos** destacam curiosamente aspectos contraditórios. Nas questões fechadas responderam que existe uma boa participação por parte da comunidade, porém pouca continuidade na sustentabilidade das ações desenvolvidas. Já nas questões abertas, semi-estruturadas, eles alegam que a comunidade tem uma participação limitada. Para os professores o modelo de atuação de 21 dias, 2 vezes ao ano, necessita ser revisto. A falta de continuidade pode estar atrelada a este intervalo nas intervenções.

Mas, apesar destas dificuldades, predomina entre os **acadêmicos** uma visão positiva quanto a experiência, especialmente no que tange ao impacto que ela tem sobre suas trajetórias e percepções pessoais. Além da percepção da diversidade cultural, destaca-se ainda a sensibilidade para as questões sociais e o desejo de continuar com as atividades de caráter voluntário.

Os **professores** pelo fato de estarem comprometidos com este trabalho, desde o princípio, ou seja, na primeira intervenção que aconteceu em julho de 2002, na segunda em janeiro de 2003, na terceira em julho de 2003 e, finalmente, em janeiro de 2004, tem uma visão geral das 4 intervenções, e desta forma apresentam uma opinião muito positiva em relação ao conjunto. Cabe no entanto, ressaltar que em janeiro de 2004, o Projeto Unisol-Xingó, na realidade não conseguiu atender as expectativas, devido as várias situações atípicas ocorridas. É possível inclusive perceber nos depoimentos da própria comunidade certa insatisfação em 2004.

Em relação a visão que os **professores** manifestam sobre o conjunto da experiência, destacam-se três fatores. Em primeiro lugar, eles reconhecem que o maior mérito da iniciativa está em envolver universidades e alunos de ensino superior, com problemas sociais das áreas mais carentes do Brasil. Os acadêmicos se deparam com situações muito avessas a sua realidade, que independente dos resultados da ação serem positivos ou negativos, deixam marcas profundas na sua formação pessoal e profissional. O intercâmbio social é a maior vantagem do Universidade Solidária. Em segundo lugar, eles reconhecem que mais do que ações de caráter local e imediato, o programa Universidade Solidária necessita de continuidade. Para isso, é fundamental que se busque a geração de capital social local. Por isso, boa parte das iniciativas, além da assistencial, foi voltada para promover o associativismo comunitário. A revitalização do fórum de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável - DLIS, foi um processo muito trabalhado e discutido com membros da

comunidade, sempre destacando sua importância para a geração de renda e emprego, e conseqüentemente, buscando de uma forma coletiva soluções para os problemas locais. Outras iniciativas implementadas, que também merecem destaque são as associações, como por exemplo, a Associação Belemita de Artistas, que tem profissionais que comercializam suas obras, gerando renda, e mantendo sua subsistência. Em terceiro lugar, existe uma avaliação bastante geral, ligada ao próprio caráter do programa enquanto política social. Em relação aos questionamentos que o programa Universidade Solidária recebe quanto a tratar-se de um programa neoliberal, os professores praticamente mantém uma mesma opinião. Acreditam que o neoliberalismo não seja responsável pelas transformações sociais que ocorreram, e sim, as práticas desenvolvidas pelas equipes UNISOL, buscando através da implementação dos projetos, alcançar uma transformação concreta da sociedade.

Nas entrevistas com os **membros da comunidade**, observa-se que os relatos dos benefícios estão, de certa forma, relacionados as atividades realizadas nas intervenções anteriores. Aqui, podemos acentuar como obstáculo a falta de integração do grupo, que conseqüentemente, refletiu-se na comunidade. O grupo não estimulou a comunidade a participar, a se envolver com as atividades. Apesar desse quadro, existia vontade de alguns atores em promover mudanças, e foi com estes que o trabalho prosseguiu. Preocupados com este contexto, alguns líderes da comunidade buscavam ainda individualmente uma forma de iniciar alguma ação que fosse capaz de promover resultados mais abrangentes e sustentáveis em Belém de São Francisco. É imprescindível e necessário um apoio permanente ao processo de mudança, pois não existem ações imediatas capazes de solucionar todos os problemas. Não basta apenas uma intervenção periódica para promover o desenvolvimento. As metodologias empregadas não garantem por si só as mudanças.

Contudo, é importante ressaltar que este intercâmbio com a universidade, desperta na **comunidade** uma motivação e interesse nas atividades desenvolvidas. Os trabalhos desempenhados na área educativa, seja na parte pedagógica com formação de professores, seja com oficinas nas escolas abrangendo noções de inglês e informática, foram muito bem aceitas. Os trabalhos com grupos de jovens tem um significado especial, pois dentro desse segmento encontramos pessoas muito engajadas com as propostas apresentadas, e principalmente, dispostas a se empenhar como multiplicadores dessas ações. Os jovens belemitas são muito ativos e participativos. Mantém aspectos culturais e tradições bem definidas e reveladas através de um espetáculo de dança, que cabe aqui ser destaque. Outro fator positivo apontado pela comunidade, é o projeto de reformas, que compreende a reforma

do mercado público, e, principalmente, a reforma dos bonecos gigantes, que inclusive são motivo de orgulho para a cidade por serem os primeiros no Brasil.

Mobilizar a comunidade em torno de questões relacionadas a habitação, saneamento, saúde e educação, oportunizando discussões e buscando soluções para o problema, apresentando alternativas de crescimento, são fatores determinantes para a organização da comunidade na reivindicação de seus direitos. Particularmente no que diz respeito à política municipal, os levantamentos primários sobre as dimensões do envolvimento dos governantes, apresentam uma estrutura muito frágil, que reflete na população um sentimento de abandono. Para que as mudanças que buscamos, sejam sustentáveis, é fundamental uma ampla discussão, as mudanças devem ser debatidas e consensuadas na medida do possível, e por isso só acontecem de forma lenta. Entendido isso, é impreterível criar estruturas permanentes de apoio e incentivo, dirigidas a essas comunidades, enquanto se propõe ajuda mútua para a melhoria do trabalho.

2. Plano meso: Universidade Solidária e políticas sociais

Diante da situação social brasileira, o governo FHC adotou um novo modelo de política social, o Comunidade Solidária, para proporcionar ações mais imediatas, relevantes ao processo de reforma e reestruturação de serviços sociais. Sua função básica está em aprimorar os programas federais, bem como coordenar e focalizar suas ações. Assim, foi criado o Conselho da Comunidade Solidária, constituído por representantes do governo e por pessoas representativas da sociedade civil, desta forma, desenvolvendo uma parceria entre programas governamentais e setores da sociedade civil, para atividades de política social em regiões mais vulnerabilizadas. A nova estratégia cria e desenvolve vários programas a partir de então. No entanto, para objeto de estudo, relacionamos apenas o Programa Universidade Solidária.

A experiência aposta formalmente na formação cidadã de futuros profissionais, aguçando sua criatividade e liderança e, principalmente, desenvolvendo a responsabilidade social. Segundo Ruth Cardoso et. all (2002, p. 57), " a finalidade é somar esforços para a realização de ações que busquem soluções locais, enfatizando a educação, a geração de renda e a transferência de conhecimentos e tecnologias, além da capacitação de recursos humanos com o objetivo de contribuir para a transformação sócio-econômica das comunidades."

O Programa Universidade Solidária, Projeto Unisol-Xingó, realizado em Belém de São Francisco, possibilitou para os acadêmicos e professores da UNIVALI, bem como para a comunidade belemita, uma troca de experiências e conhecimentos significativos.

Conforme as declarações dos acadêmicos, conhecer uma realidade cultural tão diferente, deixou marcas profundas e uma consciência maior com as questões sociais, estimulando assim, sua responsabilidade social. É dirigida grande ênfase ao aprendizado gerado com a troca de valores a partir da reflexão sobre a realidade local.

Através da análise sobre o desempenho do Programa Universidade Solidária em Belém de São Francisco observa-se uma busca de sustentabilidade nas ações desenvolvidas, a qual está intrinsecamente ligado o capital social dos membros da comunidade envolvidos com o programa. Ressalta-se, no entanto, que o número de pessoas realmente comprometidas está restrito a uma margem muito aquém das expectativas. Os níveis de exclusão que prevalecem na região apresentam reflexos sobre o potencial e a dinâmica de participação social e política da população.

Putnam (1996) atesta que os sistemas de participação cívica são uma forma essencial de capital social: quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo.

Nessas quatro intervenções, as equipes UNISOL atuaram como ampliadores de capital social, aumentando a capacidade de cooperação e também a capacidade de trabalhar de forma conjunta para melhorar a qualidade de vida da população. Ao explorar formas de cooperação e parceria que permitam desempenhar com eficácia novas responsabilidades, o programa UNISOL gera mais confiança, sendo esta apontada como a base do capital social.

Basicamente, o capital social expressa a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança entre pessoas e redes de cooperação buscando a produção de bens coletivos. Neste sentido, pudemos analisar no decorrer do trabalho, diversas atividades que foram implantadas através do Programa Universidade Solidária e que apresentaram resultados positivos, proporcionando à comunidade uma oportunidade de conhecer e aprender que existem vários meios para alcançar o desenvolvimento, e que a integração e participação são fundamentais à organização da sociedade civil.

Uma das bases de sustentação do programa é a organização da sociedade civil, o que demonstra um aspecto positivo na busca da democracia. A proposta tem como quesito a participação da sociedade civil e da comunidade no controle e na administração das ações. Neste sentido, as regiões mais pobres estão sujeitas, em consequência da própria dificuldade

gerada pela miséria, a receber menor grau de prioridade associada a falta de informação e também a falta de interesse pelas questões políticas geradas pela inexistência de um plano educacional democrático. (SUPLICY; MARGARIDO NETO, 1995)

Para atenuar essa deficiência, os trabalhos são realizados nos municípios com maiores índices de pobreza, identificando assim, nos locais atendidos, as necessidades e estratégias para atuação, de modo a minimizar as seqüelas decorrentes da má administração pública. Segundo Suplicy e Margarido Neto (1995, p. 43), "o coronelismo e a opressão poderão continuar superando a capacidade de resposta do governo. Somente a dinâmica social e o esforço coletivo poderão responder a essas dúvidas."

Embora certamente tenham muito ainda a avançar na maneira como executam suas ações, parecem boas as perspectivas de continuidade do envolvimento das Instituições de Ensino Superior em programas na área social.

Para Elisabeth Vargas (2002), após sete anos do início do Programa Universidade Solidária - UNISOL, é possível concluir que o estudante é o principal público-alvo dessa ação. Essa experiência contribui para sua formação pessoal e profissional, estabelecendo assim, primeiro, um ganho para a universidade e para o país, e, segundo, estimulando as universidades à participação de uma ação conjunta e coordenada, ou seja, tornando-as parceiras do desenvolvimento. Já os municípios, são beneficiados pela oportunidade de trocar experiências, de encontrar soluções locais e regionais, de evoluir.

Hoje, os programas e iniciativas estão interligados em rede, conforme Ruth Cardoso (2002) relata na apresentação do livro que conta a história da Comunidade Solidária. RedeSol, como é chamada hoje, é uma comunidade de projetos movidos por valores e propósitos comuns. Também criou-se uma organização autônoma da sociedade civil - Comunitas: parcerias para o desenvolvimento Solidário. Para a autora, RedeSol e Comunitas garantem as condições de continuidade dos trabalhos na área social.

3. Plano macro: Comunidade Solidária e reforma do Estado

Este trabalho procurou fazer um apanhado dos resultados empíricos e abordagens sobre o Programa Universidade Solidária, sub-programa do Comunidade Solidária na literatura brasileira. Apresentamos e discutimos os diagnósticos das ações desenvolvidas no Projeto Unisol-Xingó, e procuramos enfatizar a representação social dos acadêmicos, dos professores e segmentos da comunidade.

Neste momento, passamos à reflexão quanto a atuação do programa Comunidade Solidária no enfrentamento dos problemas sociais e os resultados dessa experiência em relação ao tema da reforma do Estado e suas funções sociais.

As políticas sociais de um país, segundo Villalobos (2000), demonstram a expressão da concepção do papel do Estado que esse país tem, na promoção e conquista do bem-estar na sociedade. As reformas estruturais foram implementadas no Brasil, no início dos anos noventa, e estavam direcionadas entre o ajuste fiscal e a mudança institucional. Diminuir e controlar os gastos públicos e ao mesmo tempo criar condições favoráveis de funcionamento para as instituições foram os temas centrais das reformas.

O papel do Estado na formação social brasileira, enfrenta grandes desafios, elevados com a herança caracterizada pela pobreza e desigualdade. Visando a correção desses desequilíbrios que se acumulam ao longo do tempo, o Estado vem criando estratégias de desenvolvimento social e, nesse sentido, vem estabelecendo com a sociedade civil, parcerias que são apontadas como fundamentais no próprio processo de reforma do Estado.

O terceiro setor, surge como uma proposta de experimentação social, com o propósito de reunir diversas instituições, não-governamentais, voltadas à trabalhos voluntários capazes de transformar as relações Estado/sociedade. O Comunidade Solidária vem fortalecendo a construção de novos canais de interlocução entre o governo e a sociedade civil no campo social. A contribuição das organizações da sociedade civil para a estratégia eficaz de desenvolvimento social, é muito importante diante dos limites que o Estado vem manifestando.

As propostas da reforma do Estado contribuem muito, mas sobretudo, a própria sociedade está mais exigente e, cobrando resultados imediatos. Para atender essa demanda, o Estado passa a criar políticas focalizadas para acolher de uma maneira específica e mais rápida, esses segmentos mais excluídos.

Diante deste quadro, afirmar que o programa Comunidade Solidária – e sua extensão, o UNISOL – significa a adoção pura e simples de um suposto receituário neoliberal recomendado pelo “Consenso de Washington” é uma tese mais do que equivocada e simplista. Movida por razões ideológicas, ela ignora o fato de que as reflexões da ciência política e da sociologia contemporânea têm mostrado e apontado que, diante da complexidade da segunda modernidade (Beck), o papel social do Estado só pode ser exercido e efetivado mediante formas de conexão e rede entre Estado e Sociedade Civil (Giddens, 1999 e Castells, 1999). Trata-se de abandonar um modelo estado-cêntrico de política social que coloca o

Estado como único e exclusivo provedor dos benefícios sociais e incluir a sociedade na geração de bem estar social. Neste modelo, o Estado não perde o papel de centro nervoso e articulador da vida social, mas deixa de ser visto como agente único diante de uma sociedade imóvel.

O programa UNISOL é claramente inspirado neste novo modelo e busca, de fato, inspirar-se nesta ótica. De qualquer forma, o que pode e deve questionar-se em relação ao programa UNISOL é que, por outro lado, universidades, sozinhas, não podem ser paliativos e substitutos para a redução da pobreza e da exclusão social. Ainda que possam contribuir, a ação permanente do Estado é necessária. Assim, a falta de continuidade das ações da UNIVALI no seu local de atuação parecem revelar a ausência do Estado ou, colocando de outra forma, a dificuldade de envolver as estruturas governamentais em projetos de intervenção efetiva na realidade. Na prática, o Programa UNISOL tem como maior mérito reforçar a sensibilidade social de jovens, comprometer as universidades com os problemas sociais, reforçar o sentimento de cultura cívica e capital social das comunidades envolvidas. Sem dúvida, são conquistas preciosas que devem ser destacadas. Mas, dar continuidade a ações que reduzem os graus de pobreza e desigualdade requer uma presença mais ativa e efetiva do Estado. Este nos parece ser o caminho para o aprimoramento de programas desta natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, José M. R.. **Terceiro Setor**. Cadernos do Fórum São Paulo Século XXI. SEADE. Caderno 8. Dez. 1999.
- AMARAL, Ana Valeska. **Terceiro setor e políticas públicas**. In: Revista do Serviço Público. Ano 54, n. 2. Abr-Jun 2003.
- ARAUJO, Maria Celina D'. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.
- ARRETCHE, Marta. **Emergência e Desenvolvimento do Welfare State**: teorias explicativas. In: BIB, Rio de Janeiro, n. 39, 1º semestre 1995, p. 3-40.
- ARRETCHE, Marta. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 11, n. 31, p. 44-66, jun. 1996.
- ARRETCHE, Marta. M. T. S. Tendências no Estudo sobre Avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de Políticas Sociais**: Uma questão em debate. 2. ed. São Paulo: Cortez - Instituto de Estudos Especiais, 1999.
- ARRUDA, Angela. **Teoria das Representações Sociais e Teorias do Gênero**. Rio de Janeiro. Cadernos de Pesquisas, n. 117, p. 127 - 147, novembro / 2002.
- ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 1991-2000. Disponível em: http://www.fjp.gov.br/produtos/cees/idh/atlas_idh.php
- AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora, 1994.
- AZEVEDO, Sérgio de e ANDRADE, Luiz Aureliano G. de. A Reforma do Estado e a questão federalista: reflexões sobre a proposta Bresser Pereira. In: DINIZ, Eli e AZEVEDO, Sérgio de. **Reforma do Estado e democracia no Brasil**: dilemas e perspectivas. Brasília: editora da UNB, 1997.
- BARROS, Ricardo Paes de. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (org.). **FHC: A era FHC, Um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.
- BECK, Ulrich. **O que é Globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**; por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BORON, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E. & GENTILI, P. (org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BOSCHI, Renato. **O Estado e o Setor no Cenário Pós-Reformas: Novas Modalidades de Regulação**. Trabalho apresentado no Seminário "Brasil: Mudanças Recentes e Perspectivas" patrocinado pela Pent Fundación, Buenos Aires, 5 de dezembro de 2002.

BOSCHI, Renato; LIMA, Maria Regina Soares de. O Executivo e a Construção do Estado no Brasil: do Desmonte da Era Vargas ao Novo Intervencionismo Regulatório. In: VIANNA, Luiz Werneck. **A Democracia e os Três Poderes no Brasil**. Belo Horizonte, Ed. UFMG/IUPERJ, 2002.

BRANDÃO, Euro. **Universidade e Transparência**. 2. ed. Curitiba: Champagnat, 1997.

BRESSAN, Silvio. Reforma Administrativa. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens. **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. v. 1.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Um novo Estado para a América Latina**. Novos estudos. São Paulo: n. 50, março de 1998.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo: Ed. 34; Brasília: ENAP, 1998.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; CUNILL GRAU, Núria. **O público não-estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

BROOKE, Nigel. A Universidade e a sociedade - ética e atuação. In: **Caminhos para ações regionais**. Brasília: Programa Universidade Solidária, 1999.

CAIXETA, Nely. Educação. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens. **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

CAMPOS, André et. al. (org.). **Atlas da exclusão social no Brasil**, volume 2: dinâmica e manifestação territorial. São Paulo: Cortez, 2003.

CAMPOS, Iris Walquiria; PASTOR, Luiza. Ação social não tem cor política. Entrevista com Ruth Cardoso. **Indústria Brasileira**. Julho 2004.

CANO, Ignacio. **Introdução à avaliação de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CARDOSO, Ruth. In: **Caminhos para ações regionais**. Brasília: Programa Universidade Solidária, 1999.

CARDOSO, Ruth et.al. (org.). **Comunidade Solidária**: fortalecendo a sociedade, promovendo o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Comunitas, 2002.

CARDOSO, Ruth. Uma parceria inovadora. **Folha de São Paulo**. 13 de ago. 2004. Disponível em : <http://www.comunitas.org.br>. Acesso em: 16 nov. 2004.

CARVALHO, M. DO C. B. de. Avaliação de projetos sociais. In: ÁVILA, Célia m. de. (coord.) **Gestão de projetos sociais**. 3ª ed. Rev. São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001.

CASTELLS, Manuel. Para o Estado-Rede: Globalização econômica e instituições políticas na era da informação. In: **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: ENAP, 1999.

CASTRO, M. H. G. **Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. Caderno nº 12, NEPP/ UNICAMP, São Paulo, 1989.

CATÁLOGO UNISOL DE PROJETOS SOCIAIS. Universidade Solidária. São Paulo. 2002.

COELHO DE SOUZA, Luiz Fernando. A experiência do Módulo Regional no Rio Grande do Sul. In: **Caminhos para ações regionais**. Brasília: Programa Universidade Solidária, 1999.

COHN, Amélia. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (org.). **FHC: A era FHC, Um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

COMUNIDADE SOLIDÁRIA: uma estratégia de combate à pobreza no Brasil. Brasília, 1995. (mimeo). In: SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

CONSTANTINO, Luciana. ONU identifica 13 bolsões de extrema pobreza no Brasil. **Folha de São Paulo**. Brasília, 19 de jan. 2005.

COSTA, Sérgio. Esfera pública e as mediações entre cultura e política no Brasil. Disponível em: http://www.ipv.pt/forumedia/fi_3.htm. Acesso em: 11 fev. 2004.

CUNHA, E. de P. & CUNHA, E. S. M. Políticas Públicas. In: CARVALHO, A. et al. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex, 2002. pp. 11-25.

CUNILL GRAU, Nuria. **Repensando o público através da sociedade**: novas formas de gestão pública e representação social. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: ENAP, 1998.

DEMO, Pedro. Brincando de Solidariedade: Política social de primeira-dama. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

DINIZ, Eli. Governabilidade, governance e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma. **Revista do Serviço Público**. Ano 47, vol. 120. N. 2, mai/ago de 1996.

DINIZ, Eli e AZEVEDO, Sérgio de. **Reforma do Estado e democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. Brasília: editora da UNB, 1997.

DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato. Estado e sociedade no Brasil: uma revisão crítica. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 01, 1977, p. 12-31.

DINIZ, Eli. Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli e AZEVEDO, Sérgio de. **Reforma do Estado e democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. Brasília: editora da UNB, 1997.

DINIZ, Eli. Uma perspectiva analítica para a reforma do Estado. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 45, 1998, p. 29-48.

DINIZ, Eli. Globalização, Reforma do Estado e Teoria Democrática Contemporânea. **São Paulo em Perspectiva**. 2001.

Documento-Base para a IV Rodada de Interlocação Política do Conselho da Comunidade Solidária (Terceira Gestão, 1999-2000). **Um novo referencial para a ação social do Estado e da Sociedade**. Brasília, Granja do Torto, 25 de setembro de 2000. Mimeo.

DOCUMENTO DE REFERÊNCIA - Módulo Nacional. **Unisol Municípios**.

DRAIBE, Sônia M. A política social na América Latina: o que ensinam as experiências recentes de reformas? In: DINIZ, Eli e AZEVEDO, Sérgio de. **Reforma do Estado e democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. Brasília: editora da UNB, 1997.

DURÃO, Jorge Eduardo Saavedra. O Estado da Questão. In: GARCIA, Joana e outros. **Sociedade & Políticas** - novos debates entre ONGs e universidade. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As três economias políticas do Welfare State**. Lua Nova, São Paulo, n. 24, set., 1991. p. 85 - 116.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Reforma do Estado no período FHC e as propostas do Governo Lula**. Mimeo. 2004.

FARAH, M. F. S. **Reforma de Políticas Sociais no Brasil: iniciativas recentes de governos estaduais e municipais**. Mimeo, 1998.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Uma genealogia das Teorias e Modelos do estado de Bem-Estar Social. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais BIB**, Rio de Janeiro, n. 46, 2º semestre de 1998.

FERNANDES, Luis. Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In: SADER, E. & GENTILI, P. (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém Público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERNANDES, Rubem César. Elos de uma cidadania planetária. **Revista brasileira de ciências sociais**. Ed. ANPOCS. Abril, 1995.

FERRAREZI, Elisabete; REZENDE, Valéria. **OSCIP - Organização da sociedade civil de interesse público**: a lei 9.790/99 como alternativa para o terceiro setor. 2 ed. Brasília: Comunidade Solidária, 2002.

FRANCO, Augusto. **O que está por trás da nova lei do terceiro setor**. Oscip. A Lei 9.790/99 como alternativa para o terceiro setor. Brasília: Comunidade Solidária, 2000.

FRANCO, Augusto. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. Compukromus Editoração e Assessoria Gráfica Ltda. Brasília, 2000. Mimeo.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli. **A Política de Combate a Pobreza e as Agências Multilaterais**: um estudo comparativo entre o Brasil e o México. Florianópolis, 2004. 407f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina.

FREY, K. Crise do Estado e Estilos de Gestão Municipal. **Revista Lua Nova**. CEDED, n. 37, 1996. Pp. 107-138.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas no dia 14/12/1999 em Brasília. **Caminhos para ações regionais**. Brasília: Programa Universidade Solidária, 1999.

FUKUYAMA, Francis. **Capital Social e Sociedade Civil**. Disponível em: <http://www.portalsociologia.hpg.ig.com.br/fukuyama.htm>. Acesso em 05 abril 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Tradução de Maria Luiza X. De A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GIDDENS, Anthony. **Para Além da Esquerda e Direita**. São Paulo: Unesp, 1996.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GÓMEZ, José Maria. Sociedade Civil e Política Públicas: balanço da conjuntura. In: GARCIA, Joana e outros. **Sociedade & Políticas** - novos debates entre ONGs e universidade. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GUIA DE REFERÊNCIA PARA AÇÕES DA UNISOL - Módulo Nacional 2003. **Unisol Universidades**.

HARVEY, David **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HELD, David. **Modelos de Democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1995.

ITAJAI. Disponível em: <http://www.itajai.com.br/perfil/apresenta.pdp>. Acesso em: 9 nov. 2004.

JACOBI, Pedro Roberto. **Educação, ampliação da cidadania e participação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.26, n.2, p. 11-29, jul./dez. 2000.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais, Pobreza e Desenvolvimento Humano: Subsídios para Formulação de Políticas Públicas e Estudos Socioeconômicos**. Mimeo.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vada com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens. **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOBO, Thereza. **Comunidade Solidária: estratégia para desenvolvimento social**. VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

LOEBEL, Eduardo. **As Noções de Capital Social e Pobreza no Brasil**. Mimeo. No prelo.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTIN, Hans-Peter e SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização**. 5. ed. São Paulo: Globo, 1999.

MELO, Marcus André. Estado, Governo e Políticas públicas. **O que ler na ciência social brasileira**. MICELI, Sérgio (org.). São Paulo: editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999.

MILANI, Carlos. **Teorias do Capital Social e desenvolvimento Local: lições a partir de experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. (2002-2005) Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/documentos>. Acesso em: 22 mar/2005.

MONTANÕ, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NAVARRO, Vicente. Produção e Estado do bem-estar: o contexto das reformas. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OFFE, Claus. A Democracia Partidária Competitiva e o “Welfare State” Keynesiano: Fatores de Estabilidade e Desorganização. In; OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1984.

PELIANO, A. M.; RESENDE, L.F.; BEGHIN, N. **O Comunidade Solidária**: uma estratégia de combate à fome e à pobreza. IPEA (Mimeo). – Brasília: out. 1995.

PEREIRA, Carlos. **Em busca de um novo perfil institucional para o Estado**: uma revisão crítica da literatura recente. BIB, n. 44, 2 semestre de 1997.

PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DE BELÉM DE SÃO FRANCISCO 1999/2000. Mimeo.

PINHEIRO, Armando Castelar. Reforma do Judiciário: uma análise econômica. In: BRESSER PEREIRA, L. C., WILHEIM, J., SOLA, L. (org.). In: **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: ENAP, 1999.

POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo, (org.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. 2. ed. São Pulo: Cortez, 2003.

PRZEWORSKI, Adam. Reforma do Estado: responsabilidade política e intervenção econômica. **RBCS** nº 32 ano 11 out. 1996.

PUTNAM, Robert D.. (1994). In: JACOBI, Pedro Roberto. **Educação, ampliação da cidadania e participação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.26, n.2, p. 11-29, jul./dez. 2000.

PUTNAM, Robert D.. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

RAMOS, Flávio. **Reforma do Estado e Agências Regulatórias**: Estudo sobre responsabilização pública a partir da descentralização de poderes e novos instrumentos de governabilidade - O caso da ANATEL. Florianópolis, 2005. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina.

RATTNER, Henrique. Prioridade: construir o capital social. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano II, n. 21, fev/2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/021/21rattner.htm>. Acesso em 21 set. 2004.

REIS, Elisa P.. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **RBCS**. Vol. 15, nº 42 fev/2000.

REIS, Bruno Pinheiro W.. **Capital Social e Confiança**: questões de teoria e método. Revista Sociologia Política, Curitiba, 21, p. 35-49, nov. 2003.

RELATÓRIO COMUNIDADE SOLIDÁRIA. Todos por todos. 1996. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/index.htm>. Acesso em 01 set. 2004.

RELATÓRIO DO PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA. Resultados de 2 anos de Trabalho. 1ª Versão editada de apresentação feita pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República em 5 de maio de 1997.

RELATÓRIO UNIVALI PROGRAMA UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA - Projeto Unisol-Xingó. Itajaí. 2003.

RESENDE, Luiz Fernando de Lara. **Comunidade Solidária**: uma alternativa aos Fundos Sociais. IPEA (Texto para discussão nº 725). – Brasília, maio, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry; colaboradores PERES, José Augusto de Souza (et al.). 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROCHE, Chris. **Avaliação de Impacto dos trabalhos de ONGs**: aprendendo a valorizar as mudanças. 2. ed. São Paulo: Cortez; ABONG; Oxford, Inglaterra: Oxfam, 2002.

ROSAR, Daniel. Relatório Univali Programa Universidade Solidária - Projeto Unisol-Xingó. 2003.

SABBATINI, Renato. Olimpíadas e Pobreza no Brasil. Jornal Correio Popular, Campinas. 6 out. 2000. Mimeo.

SAMPAIO, Helena. **Caminhos para ações regionais**. Brasília: Programa Universidade Solidária, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. In: BRESSER PEREIRA, L. C., WILHEIM, J., SOLA, L. (org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: ENAP, 1999.

SCHERER, Elenise Faria. Ação solidária nos cantos e recantos da Amazônia: Neoliberalismo e “Redes de Segurança”. In; SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Comunidade Solidária**: o não enfrentamento da pobreza no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001.

SCHOLZ, Cley. Assistência Social. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (org.). **FHC: A era FHC, Um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

SELL, Carlos Eduardo. **Democracia**: teoria e empiria. Mimeo. Itajaí, 2003.

SEN, Amartya K.. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2001.

SINGER, André. Saúde. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens. **A era FHC: um balanço.** São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

SOARES, L. T. R. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SPOSATI, Aldaíza. Cidadania e Comunidade Solidária. In: **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, n. 48, agosto p. 124-147, 1995.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo; MARGARIDO NETO, Bazileu Alves. **Políticas Sociais: o Programa Comunidade Solidária e o Programa de garantia de renda mínima.** Planejamento e Políticas Públicas. Nº 12 - jun/dez 1995.

TOLEDO, Enrique de la Garza. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

UNISOL. **Guia de referência para ações do Unisol.** Módulo Nacional. Mimeo.

UNIVALI. Disponível em: <http://www.itajai.com.br/perfil/apresenta.pdp=1>. Acesso em: 09 nov. 2004.

UNIVALI. Disponível em: <http://www.itajai.com.br/perfil/apresenta.pdp=3>. Acesso em: 09 nov. 2004.

VARGAS, Elisabeth. **MANUAL: Como trabalhar solidariamente.** Mimeo.

VARGAS, Elisabeth. In: **Caminhos para ações regionais.** Brasília: Programa Universidade Solidária, 1999.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

VIEIRA, Liszt. Notas sobre o conceito de cidadania. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, 2001, n. 51, p. 35-48.

VILLALOBOS, Verónica Silva. O Estado de bem-estar social na América Latina: necessidade de redefinição. In: Cadernos Adenauer 1: **Pobreza e Política social.** São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

YAZBEK, Maria Carmelita. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2001.

APÊNDICES

Questionário dirigido à comunidade

1. Qual a importância do Programa Universidade Solidária?
2. Quais os benefícios que o Programa Unisol trouxe para as comunidades atendidas?
3. Quais ações obtiveram maior êxito nas atividades desenvolvidas pela UNIVALI?
4. De que forma o trabalho nas escolas, com professores e alunos, atende as necessidades do setor educativo?
5. Em que área existe maior deficiência ou carência de investimento humano por parte da UNIVALI?
6. Qual o grau de mobilização por parte do poder público: prefeito, secretários, em relação às ações desenvolvidas?
7. Qual o grau de participação por parte da comunidade em relação às ações desenvolvidas?
8. O conjunto de ações é suficiente para resolver o problema ou atender a demanda que deu origem ao programa Unisol?
9. Os objetivos que justificam a existência do Programa estão bem definidos?
10. Quais as principais ações responsáveis pela obtenção de resultados para o município?

Questionário dirigido aos acadêmicos

NOME:

CURSO:

PERÍODO:

1. Qual foi o seu grau de satisfação em relação a sua participação no Programa Unisol?
 - () Muito satisfeito
 - () Satisfeito
 - () Pouco satisfeito
 - () Nada satisfeito

2. De que forma você avalia o cumprimento dos objetivos propostos no Programa Unisol neste ano de 2004?
 - () Os objetivos foram plenamente realizados
 - () Os objetivos foram parcialmente realizados
 - () Os objetivos foram pouco realizados.

3. Como você avalia a preparação/capacitação do grupo Unisol?
 - () Excelente
 - () Bom
 - () Ruim
 - () Péssimo

4. Em relação à sustentabilidade das ações desenvolvidas em Belém de São Francisco pela equipe do Programa UNISOL. Qual sua opinião ?
 - () Possui alta/muita continuidade
 - () Possui pouca continuidade
 - () Possui nenhuma continuidade

5. De que modo você avalia a participação da comunidade local (população) nas atividades desenvolvidas?

Excelente

Bom

Ruim

Péssimo

6. De que modo você analisa a participação do poder público e lideranças locais no Unisol?

Ótima participação

Boa participação

Pouca participação

Nenhuma participação

7. Na sua opinião, qual o grau de importância do Programa Unisol?

Muito importante

Pouco importante

Nada importante

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA - ALUNOS

1. Quais são os objetivos do Programa Unisol?
2. O que foi cumprido em Belém de São Francisco?
3. O que não foi cumprido?
4. Você conseguiu identificar falhas? Quais?
5. Quais as sugestões que você gostaria de deixar?
6. Qual a importância, os benefícios para a comunidade local?
7. Como foi o desempenho do grupo?
8. Como foi o desempenho dos coordenadores?
9. Como foi a participação da comunidade?
10. Como foi a participação das lideranças locais e políticos?
11. Na sua opinião a participação da Universidade em programas deste tipo é eficaz como forma de combate à pobreza?
12. Na sua opinião, a UNIVALI deveria continuar participando do Programa Universidade Solidária?
13. Que modificação o Programa UNISOL trouxe para sua vida pessoal depois de realizada esta experiência?

ENTREVISTA – COORDENADORES

1. Quais são os objetivos do Programa UNISOL?
2. Quais os objetivos que foram cumpridos em Belém de São Francisco?
3. O que não foi cumprido?
4. Quais as principais falhas detectadas no UNISOL?
5. Quais as sugestões que o Sr. daria para aperfeiçoar o Programa UNISOL?
6. Que benefício o Programa UNISOL traz ou trouxe para a comunidade local?
7. De que forma o Sr. avalia o envolvimento e o desempenho dos alunos da UNIVALI que participaram?
8. Como você avalia o seu papel como coordenador?
9. Como o Sr. avalia a participação e envolvimento da comunidade?
10. Como o Sr. avalia a participação das lideranças comunitárias e políticas?
11. Na sua opinião a participação da UNIVALI neste programa é eficaz como forma de combate à pobreza e como política social?
12. De acordo com alguns analistas o Programa UNISOL é considerado um programa neoliberal. O Sr. concorda com esta crítica? Qual sua avaliação a respeito?

ANEXOS

PROJETOS QUE FORAM EXECUTADOS EM BELÉM DE SÃO FRANCISCO

Segundo relatório da UNIVALI projeto Unisol-Xingó 2004, desde julho de 2002, quando a universidade esteve pela primeira vez em Belém de São Francisco, até a última atividade realizada em 2004, muitos projetos foram colocados em prática. São alguns exemplos de projetos que foram executados com sucesso:

- recuperação do Mercado Público Municipal e a conseqüente reativação e aumento da feira livre da cidade, gerando renda para dezenas de famílias;
- recuperação da sede do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – com a melhoria das condições de atendimento de cerca de 120 crianças e adolescentes;
- criação de cooperativas de agricultores que conseguiram o financiamento – de forma coletiva – para compra de terra e construção de moradias, beneficiando cerca de 60 famílias;
- capacitação desses agricultores para o gerenciamento das cooperativas;
- treinamento dos Agentes Comunitários de Saúde, totalizando mais de 200 horas de capacitações nas mais diversas áreas, melhorando a qualidade dos serviços prestados à população por esse profissionais;
- capacitação de cerca de 70 professores municipais, permitindo a melhoria da qualidade do ensino no município;
- capacitação dos monitores do PETI, inclusive com o repasse de novas técnicas de desenvolvimento de habilidades nos jovens, utilização de música e artesanato como recursos didáticos;
- formação de mais de 20 multiplicadores na área de sexualidade, especialmente entre os jovens;
- desenvolvimento de oficinas de artesanato com jovens da comunidade, possibilitando a utilização de técnicas de produção de artigos com material reciclado, o que pode se tornar uma boa fonte de renda para ao mesmos;
- apoio à criação, fundação e treinamento para cerca de 15 associações de bairro;
- criação da ABA – Associação Belemita de Artistas – que hoje congrega 17 artistas locais e possui um espaço dentro do Mercado Público para produzir e comercializar suas obras, permitindo um complemento na renda de 17 famílias;
- apoio na estruturação, planejamento e divulgação do carnaval da cidade, importante comemoração cultural do Nordeste brasileiro;
- capacitação de conselheiros municipais, aumentando o potencial de exercício e desenvolvimento da cidadania através da participação de organismo representativo da sociedade nas decisões políticas locais;
- reorganização e refundação do Fórum de Desenvolvimento Local, estruturando mais um órgão de afirmação da cidadania e da participação da comunidade nas decisões que dizem respeito aos rumos da cidade.

PROJETOS REALIZADOS PELA UNIVALI EM PARCERIA COM O UNISOL

ANO	MÓDULO	PROJETO	LOCALIDADE	UF
2004	E	Unisol-Xingó	Belém de São Francisco	PE
2003	E	Unisol-Xingó	Belém de São Francisco	PE
2003	E	Unisol-Xingó	Belém de São Francisco	PE
2002	N	Atuação do Programa Unisol Nacional no município de Castro Alves - BA	Castro Alves	BA
2002	R	Caravana da cidadania e saúde	Itajaí	SC
2002	E	Unisol-Xingó	Belém de São Francisco	PE
2001	N	Atuação do Programa Unisol Nacional no município de Castro Alves - BA	Castro Alves	BA
2000	N	Atuação do Programa Unisol Nacional no município de Castro Alves - BA	Castro Alves	BA
2000	R	Atuação do Programa Unisol Nacional no município de Matos Costa - SC	Matos Costa	SC
1999	N	Atuação do Programa Unisol Nacional no município de Castro Alves - BA	Castro Alves	BA
1999	R	Atuação do Programa Unisol Nacional no município de Matos Costa - SC	Matos Costa	SC
1998	N	Atuação do Programa Unisol Nacional no município de Castro Alves - BA	Castro Alves	BA
1998	N	Atuação do Programa Unisol Nacional no município de Castro Alves - BA	Ibipitanga	BA
1998	R	Atuação do Programa Unisol Nacional no município de Santa Terezinha - SC	Santa Terezinha	SC
1997	N	Atuação do Programa Unisol Nacional no município de Carneiros - AL	Carneiros	AL
1996	N	Atuação do Programa Unisol Nacional no município de Veloso - PI	Elesbão Beloso	PI
1996	N	Atuação do Programa Unisol Nacional no município de Água Branca - AL	Água Branca	AL



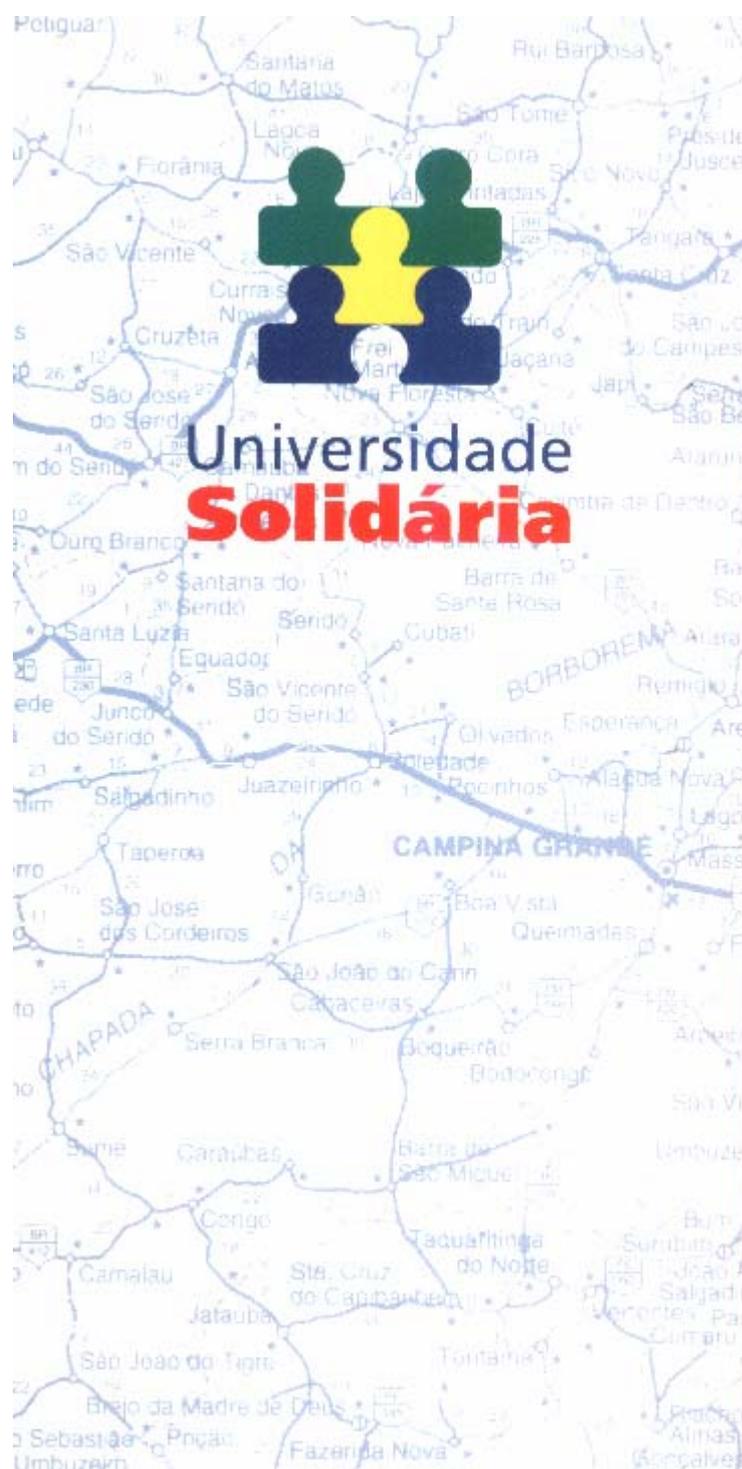
PROGRAMA UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA
 ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS,
 BLOCO A - SALA 509
 CEP: 70054 - 900 BRASÍLIA, DF
 TELEFONES: 0800 610303 / (61) 411 4746
 FAX: (61) 322 1525 / 411 4611
[http:// www.unisol.org.br](http://www.unisol.org.br)
 e-mail: unisol@unisol.org.br

Parceiros UniSol

Todas as ações contam com o apoio de empresas públicas e privadas que financiam e acompanham as atividades. Assim, os parceiros do UniSol contribuem para a formação de futuros profissionais com maior responsabilidade social e participam da melhoria da qualidade de vida das comunidades, com ações baseadas no desenvolvimento local, integrado e sustentável.

Banco Real – Banco Real S.A
 Caixa Econômica Federal
 Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
 Comunidade Ativa
 Cosipa
 CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - Serviço Geológico do Brasil
 CIDA – Canadian International Development Agency
 Fundação Ford
 Grupo Takano
 Grupo NewCommBates
 Instituto Kaplan
 Instituto Xingó
 Klabin
 LG Electronics
 Marisol S.A
 Ministério da Educação
 Nordeste – Nordeste Linhas Aéreas Regionais S.A
 Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A
 Rio Sul – Rio Sul Serviços Aéreos Regionais S.A
 SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas -
 SESC – Serviço Social do Comércio
 Sul América Aetna – Sul América Companhia Nacional de Seguros -
 TAM – Transportes Aéreos Regionais S.A
 Telebrasília Brasil Telecom
 Telefónica S.A
 Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -
 Varig – Viação Aérea Rio Grandense S.A

A UNIVERSIDADE QUE FORMA CIDADÃOS



A Universidade que forma cidadãos.



PROPOSTA

Promover o progresso econômico e a prosperidade social no semi-árido do Nordeste, compreendendo o trecho da bacia hidrográfica do rio São Francisco, entre Itaparica e Xingó.

LINHAS DE AÇÃO

- * Aqüicultura
- * Arqueologia e Patrimônio Histórico
- * Atividades Agropastoris
- * Biodiversidade da Caatinga
- * Educação e Gestão do Trabalho
- * Energia Alternativa
- * Geoprocessamento
- * Recursos Hídricos
- * Ações de Articulação Institucional

ATIVIDADES

Cultivo e Beneficiamento de Peixes, Produção de Alevinos, Apoio à Pesquisa Arqueológica, Documentação do Baixo São Francisco, Agroindústria de Frutas e Cana-de-açúcar, Apicultura, Avicultura Alternativa, Caprinocultura, Implantação de Hortas Comunitárias, Transferência e Difusão de Tecnologia, Coleta e Identificação de Plantas Nativas para Herbário, Processamento de Plantas Medicinais, Educação de Jovens e Adultos, Formação Continuada do Educador, Organização de Associações e Cooperativas, Instalação de Sistemas Energéticos, Construção de Barragens Subterrâneas, Reuso de Águas Residuárias, Monitoramento de Águas Subterrâneas, Treinamento e Capacitação Profissional, Fomento ao Turismo e Empreendedorismo, Sistematização de Informações Georeferenciadas.

OSCIP

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)